

Pesquisa de Informações Básicas Municipais



Gestão Pública
2004

Presidente da República
Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão
Paulo Bernardo Silva

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE

Presidente
Eduardo Pereira Nunes

Diretor Executivo
Sérgio da Costa Côrtes

ÓRGÃOS ESPECÍFICOS SINGULARES

Diretoria de Pesquisas
Wasmália Socorro Barata Bivar

Diretoria de Geociências
Guido Gelli

Diretoria de Informática
Luiz Fernando Pinto Mariano

Centro de Documentação e Disseminação de Informações
David Wu Tai

Escola Nacional de Ciências Estatísticas
Pedro Luis do Nascimento Silva

UNIDADE RESPONSÁVEL

Diretoria de Pesquisas

Coordenação de População e Indicadores Sociais
Luiz Antônio Pinto de Oliveira

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE
Diretoria de Pesquisas
Coordenação de População e Indicadores Sociais

Pesquisa de Informações Básicas Municipais

Perfil dos Municípios Brasileiros

Gestão Pública

2004

Rio de Janeiro
2005

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Av. Franklin Roosevelt, 166 - Centro - 20021-120 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil

ISBN 85-240-3837-3

© IBGE. 2005

Capa

Helga Szpiz e Marcos Balster Fiore Correia - Coordenação de *Marketing*/Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI

Perfil dos municípios brasileiros : gestão pública 2004 / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. - Rio de Janeiro : IBGE, 2005. 133 p.

Acima do título: Pesquisa de Informações Básicas Municipais.
Acompanha um CD-ROM, em bolso.
ISBN 85-240-3837-3

1. Brasil – Municípios – Estatística. 2. Brasil – Municípios – Indicadores. 3. Administração municipal – Brasil. 4. Finanças municipais – Brasil. 5. Descentralização administrativa – Brasil. I. IBGE. Coordenação de População e Indicadores Sociais. II. Pesquisa de informações básicas municipais.

Gerência de Biblioteca e Acervos Especiais
RJ/2005-25

CDU 31(81-0-2)
EST

Impresso no Brasil / *Printed in Brazil*

Sumário

Apresentação	7
Introdução	9
Notas técnicas	11
Quadro de servidores	17
Legislação e instrumentos de planejamento	27
Instrumentos de modernização da administração tributária dos municípios brasileiros	33
Habitação	43
Informática e serviços de atendimento ao público	49
Segurança e justiça	55
Meio ambiente - estrutura administrativa e articulação institucional	67
Tabelas de resultados	
1 - Municípios, total e por partido atual do prefeito, segundo classes de tamanho da população dos municípios, Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2004.....	79
2 - Número de servidores ativos na administração direta, por vínculo empregatício, segundo classes de tamanho da população dos municípios, Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2002/2004	80

3 - Municípios, total e com administração indireta e número de servidores ativos na administração indireta, por vínculo empregatício, segundo classes de tamanho da população dos municípios, Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2002/2004	81
4 - Municípios, total, municípios com regime próprio de previdência social e total de funcionários que recebem benefícios pelo regime próprio, segundo classes de tamanho da população dos municípios, Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2004	83
5 - Municípios, total e com existência de legislação e instrumentos de planejamento urbano, segundo classes de tamanho da população dos municípios, Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2004	84
6 - Municípios, total e com existência de cadastro imobiliário, com indicação dos cadastro informatizados e total de unidades imobiliárias, segundo classes de tamanho da população dos municípios, Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2004	85
7 - Municípios, total e com existência de cadastro de prestadores de serviços, cadastro informatizado e número de contribuintes inscritos, segundo classes de tamanho da população dos municípios, Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2004	86
8 - Municípios, total e com existência de taxas instituídas, segundo classes de tamanho da população dos municípios, Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2002/2004	87
9 - Municípios, total e com existência de taxas instituídas, segundo classes de tamanho da população dos municípios, Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2004.....	89
10 - Municípios, total e com existência de página na Internet, com indicação de alguns serviços disponibilizados pela página, segundo classes de tamanho da população dos municípios, Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2004	90
11 - Municípios, total e com existência de serviços de atendimento ao público, com indicação de alguns meios de comunicação utilizados para o contato com o público, segundo classes de tamanho da população dos municípios, Grandes Regiões da população dos municípios, Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2004.....	92

12 - Municípios, total e com existência de órgão específico de habitação, cadastro de famílias interessadas em programas habitacionais e realização, ao longo desta gestão, de ações ou programas na área de habitação, segundo classes de tamanho da população dos municípios, Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2004.....	93
13 - Municípios, total e por existência de Consórcio Intermunicipal na área de habitação, do Conselho Municipal de Habitação e Fundo Municipal especial, segundo classes de tamanho da população dos municípios, Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2004.....	97
14 - Municípios, total e com existência e utilização de armas de fogo pela Guarda Municipal e efetivo da Guarda Municipal, segundo classes de tamanho da população dos municípios, Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2004	99
15 - Municípios, total e com efetivo da Guarda Municipal, segundo classes de tamanho da população dos municípios, Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2004	100
16 - Municípios, total e com existência de Guarda Municipal, por tipo de atividade exercida pela Guarda Municipal, segundo classes de tamanho da população dos municípios, Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2004.....	101
17 - Municípios, total e com existência e número de Juizados Especiais Cíveis, Juizados Especiais Criminais e Delegacias de Mulheres, segundo classes de tamanho da população dos municípios, Grandes Regiões e Unidades da Federação- 2004	103
18 - Municípios, total e com estrutura na área de meio ambiente, por tipo de órgão existente, segundo classes de tamanho da população, Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2004	104
19 - Funcionários ativos na área de meio ambiente, por regime de contratação, segundo classes de tamanho da população, Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2004.....	108
20 - Municípios, total e com existência de Conselho Municipal de Meio Ambiente e de Fundo Municipal de Meio Ambiente, com participação de Comitê de Bacia Hidrográfica, por número de comitês, segundo classes de tamanho da população, Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2004.....	109

21 - Municípios, total e que implementaram convênio ou cooperação técnica com vistas a desenvolver ações na área ambiental, por tipo de parceria implementada, segundo classes de tamanho da população, Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2004 110

22 - Municípios, total e que participam de Consórcio Intermunicipal na área ambiental, pelos três principais temas abordados no (s) referido (s) consórcio (s), segundo classes de tamanho da população, Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2004 112

Referências 115

Glossário 129

Anexo

Pesquisa de Informações Básicas Municipais - 2004
Questionário de Gestão 121

Convenções

-	Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento;
..	Não se aplica dado numérico;
...	Dado numérico não disponível;
x	Dado numérico omitido a fim de evitar a individualização da informação;
0; 0,0; 0,00	Dado numérico igual a zero resultante de arredondamento de um dado numérico originalmente positivo; e
-0; -0,0; -0,00	Dado numérico igual a zero resultante de arredondamento de um dado numérico originalmente negativo.

Apresentação

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE apresenta nesta publicação os resultados do Questionário de Gestão da Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC 2004.

Em sua quarta edição, a MUNIC tornou a investigar todas as 5 560 municipalidades existentes no País. Foram levantados, no final de 2004 e início de 2005, dados relativos à gestão e à estrutura dos municípios, a partir da coleta de informações sobre mais de uma dúzia de temas, como estrutura administrativa, habitação, segurança pública, justiça, meio ambiente e outros, organizados em 11 blocos.

O volume ora publicado apresenta as questões metodológicas inseridas nas notas técnicas e dedica sete capítulos analíticos ao exame do quadro municipal, acrescidos de um conjunto de tabelas básicas discriminando os resultados por grupos de tamanho da população dos municípios, por Grandes Regiões e por Unidades da Federação.

Merece atenção o fato de que diferentes agentes e organizações envolvidos com a questão local e o monitoramento e avaliação de políticas locais têm renovado o interesse pela pesquisa. Isto se deve, em parte, ao permanente esforço de atualização da MUNIC, bem como ao amplo escopo dos temas por ela tratados.

A par de sua relevância como instrumento de melhoria das condições de vida, a Pesquisa de Informações Básicas Municipais recebeu a distinção de ser premiada, por decisão do Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos - UN Habitat, com o *2005 Habitat Scroll of Honour Award*. Razão de grande orgulho para o IBGE e motivação para o contínuo trabalho de aperfeiçoamento técnico e inovação metodológica da Instituição.

Wasmália Bivar
Diretora de Pesquisas

Introdução

Este volume da Pesquisa de Informações Básicas Municipais traz os resultados do levantamento realizado em 2004 pelo Questionário de Gestão. No mesmo ano, acompanhando o Questionário de Gestão, foi a campo o Suplemento de Esportes, realizado em parceria com o Ministério dos Esportes, cujos resultados serão divulgados futuramente em publicação específica.

As informações com base municipal assumem papel cada vez mais relevante e voltam-se para os diferentes setores da vida social organizada no âmbito local. O peso dado à escala local, e a idéia de desenvolvimento local subjacente, alçados a lugar de destaque a partir do processo de descentralização de parte do poder político e econômico e da multiplicação das chamadas organizações de base, nos anos de 1990, são um verdadeiro movimento mundial nas economias periféricas, a exemplo do que ocorre no Brasil.

No contexto atual, o “pensar globalmente e agir localmente” sintetiza a pauta do debate público acerca dos desafios do desenvolvimento econômico e social sustentável. Estado e sociedade, governos, empresas e cidadãos, organizados em torno de diversos organismos e organizações, demandam com crescente interesse informações municipais. Nesse nível muito básico, em que surgem possibilidades novas de cooperação e coordenação entre os agentes localmente situados, as informações estatísticas reafirmam o seu potencial de instrumento para o planejamento e para a tomada de decisões, seja no diagnóstico das condições locais, seja no monitoramento das ações e avaliação dos seus resultados.

Este volume impresso, que contém ainda um CD-ROM com a base de dados completa da pesquisa, reúne um elenco de tabelas te-

máticas e sete textos dedicados a analisar os diferentes aspectos das administrações municipais investigados no Questionário de Gestão.

O primeiro capítulo verifica a estrutura do serviço público municipal no tocante ao quadro ativo de pessoal das administrações direta e indireta.

O segundo capítulo observa o alcance da atividade legislativa municipal no que se refere a um conjunto de seis instrumentos de planejamento previstos no Estatuto da Cidade, instituído pela Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. A seguir, é analisada a função tributária dos municípios com foco na informatização e atualização dos cadastros do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU e do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS e na implementação de um grupo de seis taxas diversas.

O quarto capítulo trata da capacidade informacional da gestão municipal, destacando os componentes presentes na página de Internet da prefeitura, e aborda o atendimento ao público realizado pela administração municipal através dos meios de comunicação à distância. O capítulo posterior compreende as informações levantadas sobre a política setorial para a área de Habitação. O texto desenvolve reflexão sobre os programas ou ações implementados pela prefeitura e a existência de iniciativas intermunicipais na área.

O sexto capítulo organiza as informações sobre as áreas de Segurança Pública e Justiça, setores em que o poder público municipal atua de forma crescente em detrimento de estarem sob responsabilidade dos estados, contemplando primeiramente uma análise sobre estrutura e atribuições das guardas municipais.

O sétimo e último capítulo volta-se para o tema do meio ambiente no âmbito municipal, realizando o exame dos dados cadastrais e das informações sobre conselho municipal de meio ambiente, fundo municipal de meio ambiente e acerca da existência e do tipo de parceria em convênio, cooperação técnica ou parceria implementado pela prefeitura com foco ambiental. São abordados também os consórcios intermunicipais na área de meio ambiente e os comitês de Bacia Hidrográfica.

Cabe aqui destacar que a Pesquisa de Informações Básicas Municipais é resultado da participação e do compromisso das representações do IBGE em cada Unidade da Federação, distribuídas pelas mais de 500 agências da Instituição, e responsáveis pela coleta e apuração das informações em cada município do País.

Notas técnicas

A Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC tem caráter censitário e é realizada em todos os municípios do País, desde a sua pioneira edição, em 1999, como nas seguintes, em 2001 e em 2002, ano em que foi a campo pela primeira vez com um questionário em separado, o Suplemento de Meio Ambiente. Esta, a quarta edição da MUNIC, tem 2004 como ano de referência e levantou informações referentes à totalidade dos 5 560 municípios brasileiros. Desta vez, o Questionário de Gestão foi acompanhado do Suplemento de Esporte, resultado de convênio celebrado entre o IBGE e o Ministério dos Esportes, obtendo junto aos municípios informações sobre a gestão municipal do esporte. Ambos os instrumentos de pesquisa tiveram seu planejamento, apuração e análise sob a responsabilidade da Gerência de Estudos e Pesquisas Sociais, estruturada na Coordenação de População e Indicadores Sociais, da Diretoria de Pesquisas do IBGE.

Objetivos

O caráter de pesquisa institucional e de registros administrativos da gestão pública municipal singulariza a Pesquisa de Informações Básicas Municipais do conjunto das pesquisas sociais e demais estudos empíricos que voltam a atenção para a escala municipal. Trata-se, basicamente, de um levantamento pormenorizado de informações sobre a estrutura, dinâmica e funcionamento das instituições públicas municipais, em especial a prefeitura, compreendendo também diferentes setores que envolvem o governo municipal e a municipalidade.

O objeto de interesse da MUNIC é a gestão dos municípios, nomeadamente no que se refere à organização da prefeitura, quadro funcional, aparato material, instrumentos fiscais, recursos institucio-

nais, políticas de planejamento, iniciativas de descentralização e desconcentração, programas e ações públicas locais, oferta de serviços à população e infra-estrutura urbana. Não se detém, porém, neste elenco básico de assuntos, por si só já extenso, mas investiga aspectos diversos da realidade local.

Desse modo, em 2004, o Questionário de Gestão trouxe algumas inovações importantes. Apresentou um bloco inédito de perguntas sobre informática e serviços de atendimento ao público. Nele, examinou a disponibilidade, na página de Internet da prefeitura, caso existisse, de serviços informativos, acesso a formulários e documentos, ouvidoria, *links* para outros órgãos, licitações, notícias, consultas a processos, diário oficial, finanças, estatísticas, legislações e outros. Por sua vez, acerca do atendimento prestado pela prefeitura ao público municipal, enfocou os meios de comunicação à distância, definidos como os serviços em que o usuário não necessite comparecer pessoalmente à prefeitura para agendar seu atendimento e/ou obter a informação de que necessita. Foram indicados Internet, *e-mail*, telefone convencional, telefone exclusivo, fax, correio e jornais, sendo a ocorrência eventual de algum veículo não relacionado contemplada no item "outros serviços disponíveis".

O meio ambiente no âmbito municipal também recebeu atenção no Questionário de Gestão com um bloco de quesitos, embora tivesse sido matéria de suplemento específico na edição anterior. Buscou-se a atualização dos dados cadastrais e das informações sobre conselhos municipais de meio ambiente, fundo municipal de meio ambiente e acerca da existência e do tipo de parceria em convênio ou cooperação técnica implementado pela prefeitura com foco ambiental. Foram abordados os consórcios intermunicipais na área de meio ambiente e os comitês de bacia hidrográfica, tópicos estes, que também estiveram presentes no suplemento de 2002.

Em 2004, a MUNIC pela segunda vez coletou informações setoriais em instrumento específico e, na oportunidade, esteve em destaque o esporte na esfera municipal. Em linhas gerais, o Suplemento de Esporte obteve informações sobre os recursos humanos utilizados na gestão do esporte; as articulações institucionais intramunicipais voltadas para políticas e atividades esportivas; aspectos relativos à legislação esportiva municipal; convênios e parcerias e ações, programas e projetos desenvolvidos com a participação da prefeitura; eventos e modalidades esportivas realizados no município; e instalações e equipamentos esportivos existentes, de propriedade ou gestão da prefeitura.

Os temas e questões abordados no Questionário de Gestão e nos suplementos, longe de serem rígidos, buscam correspondência com a crescente demanda de informação da sociedade e do Estado brasileiros. Para tanto, a Pesquisa de Informações Básicas Municipais tem por objetivo a consolidação de uma base municipal de informações, com dados estatísticos e cadastrais atualizados e que proporcionem um conjunto relevante de indicadores de avaliação e monitoramento do quadro institucional e administrativo das cidades brasileiras.

Unidade de investigação e informantes da pesquisa

A unidade de investigação da MUNIC é o município, sendo informante principal a prefeitura através dos diversos setores que a compõem. As instituições ligadas a outros poderes públicos locais ou instaladas localmente constituem-se em unidades secundá-

rias de informação. Neste caso, estão a Câmara Municipal, os juizados ali instalados, as delegacias, etc., onde, da mesma maneira, as informações coletadas são respondidas por seus diferentes setores. Assim, as informações coletadas em cada município, em geral, são resultado de uma consulta a pessoas, posicionadas nos diversos setores e/ou instituições investigados, que detêm informações sobre os órgãos públicos municipais.

O Suplemento de Esporte também teve como unidade de investigação o município, sendo as informações obtidas junto ao órgão gestor do esporte no município. Havendo uma secretaria de esportes, esta foi a responsável pelas informações. Caso o município não tivesse uma secretaria que tratasse da questão do esporte, a informação foi obtida junto ao departamento, assessoria, setor ou órgão similar. Na ausência de qualquer instância administrativa na prefeitura que tratasse da questão esportiva, o questionário deveria ser respondido pelo Prefeito ou pessoa por ele delegada, desde que fizesse parte da estrutura administrativa do município.

Períodos de referência da pesquisa

A coleta das informações do Questionário de Gestão e do Suplemento de Esporte ocorreu entre agosto e dezembro de 2004, sendo efetuada preferencialmente através de entrevista presencial. Os dados coletados referem-se, de maneira geral, à data da entrevista. No entanto, em alguns quesitos a data pode diferir, sendo que, neste caso, há referência explícita no questionário quanto à data ou período da informação.

Algumas exceções merecem ser destacadas quanto ao período de referência da pesquisa sobre gestão:

- 1) as informações sobre ações ou programas na área de habitação e de construção de unidades, urbanização de assentamentos, oferta de material de construção, oferta de lotes, regularização fundiária e outros referem-se a todo o período da gestão municipal.
- 2) as informações referentes à realização de reuniões pelos Conselhos Municipais de Habitação e de Meio Ambiente e aquelas que se referem à implementação pela prefeitura de convênios, cooperação técnica ou outro tipo de parceria com vistas a desenvolver ações na área ambiental referem-se aos doze meses anteriores à data da entrevista.

Abrangência geográfica da pesquisa

Os 5 560 municípios brasileiros instalados em Território Nacional até 31 de dezembro de 2003 foram investigados pela MUNIC 2004. É digno de nota o fato de, em 2001, terem sido criados 54 novos municípios que, acrescidos ao 5 507 anteriormente existentes, totalizariam 5 561. No entanto, ao longo de 2001, a instalação do Município de Pinto Bandeira foi anulada judicialmente e o correspondente território reincorporado ao Município de Bento Gonçalves, no Rio Grande do Sul.

Instrumentos de coleta

Em sua edição de 2004, a Pesquisa de Informações Básicas Municipais foi a campo com dois questionários: o Questionário de Gestão e o Suplemento de Esporte.

O Questionário de Gestão investigou os seguintes temas relativos à administração pública municipal: identificação e partido do prefeito; quadro de servidores ativos nas administrações direta e indireta do poder executivo municipal; regime próprio de previdência social do município; legislação e instrumentos de planejamento local; recursos para a atividade fiscal e tributária municipal; página de Internet da prefeitura e atendimento ao público através de meios de comunicação à distância; programas e ações da prefeitura relativos à questão habitacional; aparato municipal e equipamentos na área de segurança pública e justiça, com ênfase na guarda municipal; e gestão da política ambiental local.

Acompanhou a coleta das informações do Questionário de Gestão um Manual de Coleta, contendo as instruções básicas e os conceitos técnicos necessários para o trabalho do técnico de pesquisas do IBGE.

Coleta dos dados e apuração

Em julho de 2004, foi realizado um treinamento centralizado em Belo Horizonte, Minas Gerais, onde estiveram presentes os supervisores regionais e técnicos de todas as Unidades Estaduais do IBGE, num total de mais de 100 pessoas. Estes, posteriormente, foram responsáveis pelo repasse do treinamento para os técnicos das mais de 500 Agências do IBGE no País.

Antes de efetuar a coleta das informações, o pesquisador do IBGE fez um primeiro contato com a prefeitura de cada município a seu encargo, com o objetivo de obter a indicação de uma pessoa na administração municipal que coordenasse a coleta das informações nos vários setores.

Para possibilitar o preenchimento dos questionários pelos diversos setores das prefeituras, cada instrumento de coleta apresentou as definições dos termos e conceitos mais importantes utilizados na pesquisa, dispostos junto aos respectivos quesitos.

Somente dois municípios não preencheram o Questionário de Gestão: Serra de São Bento e Guamaré, ambos no Rio Grande do Norte.

Assim sendo, existem informações para 5 558 municipalidades existentes no País. Os resultados apurados são divulgados individualmente, conforme coleta realizada junto aos informantes.

Disseminação dos resultados

É necessário ressaltar que, diferentemente da maioria das pesquisas realizadas pelo IBGE, as informações prestadas pelas Prefeituras são de natureza pública, configurando, assim, um conjunto de informações a serem divulgadas individualmente. Este contexto, embora não exima o IBGE da responsabilidade final pelos dados ora divulgados, confere um caráter de maior co-responsabilidade entre a Instituição e os próprios informantes. Um levantamento desta natureza, de informações de caráter público, após os procedimentos de crítica e análise das mesmas, exige ter respeitada sua integridade. Esta decisão implica, em alguns casos, a não divulgação de informações, principalmente no que diz respeito a valores monetários e quantidades, quando são detectados problemas na análise dos dados. Assim, optou-se por não disponibilizar inicialmente algumas dessas informações.

Os dados da MUNIC estão disponibilizados no portal do IBGE na Internet, no sítio Perfil dos Municípios Brasileiros, apresentando as informações de cada município, separadamente.

Este volume contém, além dessas notas técnicas, um conjunto de capítulos com textos analíticos sobre diversos temas abordados pela pesquisa em que são destacados os aspectos considerados mais relevantes na dinâmica de funcionamento das instituições públicas municipais. São apresentados, também, os resultados através de um conjunto de tabelas selecionadas. Acompanha a publicação um CD-ROM contendo a base de dados.

Todas as tabelas ora apresentadas são produto de agregações dos dados de municípios, por classes de tamanho da população, por Grandes Regiões do País, Unidades da Federação em que estão localizados, e por variáveis relevantes para a compreensão, descrição e análise de alguns aspectos abrangidos pela pesquisa

Quadro de servidores

Desde o final da década de 1980, o Brasil passa por um processo de redistribuição de poderes e obrigações entre os entes federativos, o que é bem ilustrado por dois fatos determinantes: primeiramente, o processo de fragmentação territorial, com a criação de mais de 1 400 municípios em menos de 20 anos, a partir de 1985. Paralelamente, intensificou-se o processo de descentralização administrativa que atribuiu novas obrigações aos novos e antigos municípios. O gerenciamento do sistema de saúde e de educação fundamental são exemplos dessas novas atribuições locais para serem resolvidas na esfera municipal. Decisões essas que podem causar repercussões, tanto nas decisões de contratação de novos servidores, quanto na otimização do serviço prestado atualmente por eles.

Esses novos serviços prestados pela prefeitura trazem, por conseguinte, a necessidade de aparelhar a burocracia municipal de modo a prepará-la para atender essas novas obrigações. Daí, nota-se um crescimento permanente do número de servidores municipais, tanto em números absolutos, quanto em números relativos. Com o intuito de melhor entender a alocação desses servidores, a pesquisa sobre as informações municipais de 2004 apresenta os dados sobre os servidores da administração do executivo municipal, colhidos em 5 560 municípios brasileiros, e que representam as realidades locais de cada prefeitura.

A análise apresentará os dados totais sobre os servidores e o sobre o total de servidores estatutários, divididos por classes de tamanho de população, Grandes Regiões e Unidades da Federação, e ainda comparações em relação à MUNIC 2002. Inferências sobre os outros tipos de contrato de trabalho não foram feitas em caráter temporal nesse relatório, devido, sobretudo, à diferença de metodologia para aferir tais servidores ligados à administração municipal nas pesquisas anteriores.

Após essa apresentação sobre o total de servidores, os dados referentes à administração direta e indireta serão mostrados separadamente. Buscaremos enfatizar as principais variações ligadas à população, Grandes Regiões e Unidades da Federação.

Organização administrativa dos municípios

Desde a Constituição Federal de 1988, que reorganizou o pacto federativo, os municípios tem competência para organizar e manter serviços de interesse local, como é o caso dos transportes coletivos, educação fundamental, atendimento pelo SUS, proteção do patrimônio histórico-cultural e controle do uso e parcelamento do solo.

Os serviços públicos mantidos pelas prefeituras são operados por entidades da administração direta e indireta. As primeiras compreendem os órgãos da estrutura administrativa da prefeitura, enquanto os órgãos da administração indireta são entidades dotadas de personalidade jurídica própria, tais como: autarquias, fundações públicas, sociedades de economia mista, empresas públicas vinculadas à secretaria em cuja área de competência se enquadra sua principal atividade (MEIRELLES, 1997, p. 637).

Os servidores públicos aqui referidos são os que estão ligados à administração direta ou indireta, por relações profissionais e/ou políticas ligadas à atividade do executivo.

Quadro total de servidores públicos municipais 2004

Em 2004, houve um crescimento de 11,1% no número total de servidores municipais em relação a 2002, não havendo variação no número de municípios pesquisados. O total de servidores em todo o País passou de 4 069 459, em 2002, para 4 521 579, na última pesquisa. A região que teve a maior taxa de crescimento foi a Sul, que registrou um aumento de 14,8 % no número total de servidores municipais. Essa variação em relação à pesquisa anterior foi menor na Região Norte, com acréscimo de 7,1% em relação ao total de servidores.

Tabela 1 - Total de servidores municipais e variação percentual, segundo Grandes Regiões - 2002/2004

Grandes Regiões	Total de servidores municipais		Variação percentual (%)
	2 002	2 004	
Total	4 069 459	4 521 579	11,1
Norte	310 417	332 442	7,1
Nordeste	1 276 400	1 395 425	9,3
Sudeste	1 557 468	1 743 216	11,9
Sul	561 809	644 757	14,8
Centro-Oeste	363 365	405 739	11,7

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2002/2004.

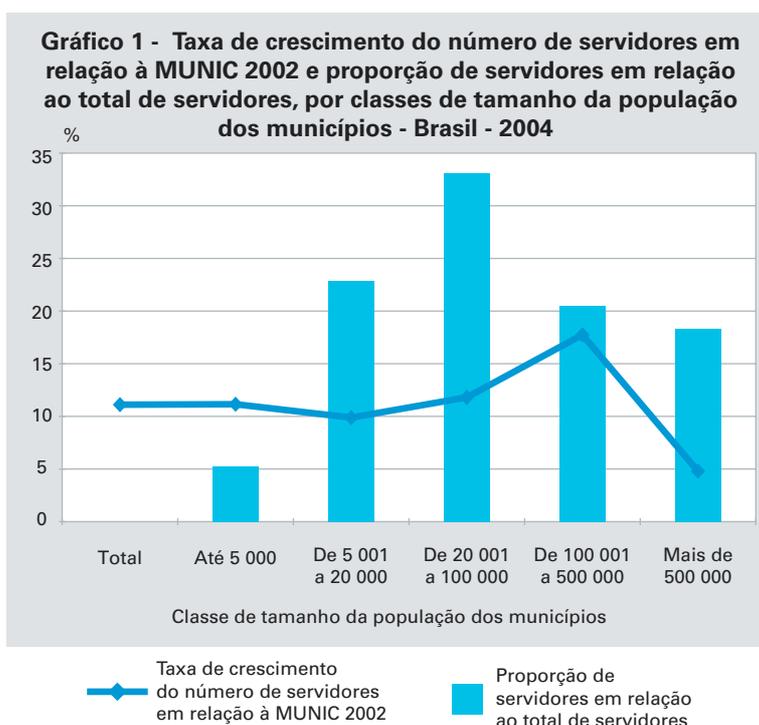
Embora o Norte seja a região onde foi registrada a menor variação, foi no Estado de Roraima onde se deu o maior crescimento proporcional em relação à MUNIC 2002. Na pesquisa anterior, foram declarados 5 220 servidores, enquanto na atual, de 2004, atual 8 947, o que representa um crescimento de 71%. Outras Unidades da Federação podem ser destacadas por terem um taxa de crescimento de mais de 20%. Dentre elas pode-se citar Santa Catarina (26,8%) e Mato Grosso (27,5%).

Tabela 2 - Total de servidores municipais e variação percentual, segundo classes de tamanho da população dos municípios - Brasil - 2002/2004

Classes de tamanho da população dos municípios	Total de servidores municipais		Variação percentual (%)
	2002	2004	
Total	4 069 459	4 521 579	11,1
Até 5 000	212 657	236 372	11,2
De 5 001 a 20 000	940 930	1 033 926	9,9
De 20 001 a 100 000	1 337 623	1 495 547	11,8
De 100 001 a 500 000	786 166	925 683	17,7
Mais de 500 000	792 083	830 051	4,8

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2002/2004.

Dentre as classes de tamanho de população, a que apresentou a maior variação em relação a 2002 foi a faixa de 100 001 a 500 000, que registrou uma diferença de 17,7%. As menores taxas de crescimento foram apresentadas nos municípios com mais de 500 000 pessoas, 4,8%.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2004.

O Gráfico 1 apresenta a distribuição proporcional dos servidores pelas classes de tamanho da população. Observa-se que os servidores nos municípios que têm entre 20 001 a 100 000 habitantes representam mais de 30% do total de servidores do Brasil, enquanto a população que vive nesses municípios representa cerca de 28,7% do total da população. Os municípios com até 5 000 habitantes contam com mais de 5% do total de servidores, enquanto seu total de habitantes representa 2,5% da população.

Tabela 3 - População e servidores, total e número de servidores por 100 habitantes, segundo Grandes Regiões - 2004

Grandes Regiões	Total		Servidores por 100 habitantes
	População	Servidores	
Total	181 569 056	4 521 579	2,5
Norte	14 373 260	332 442	2,3
Nordeste	50 424 713	1 395 425	2,8
Sudeste	77 374 720	1 743 216	2,3
Sul	26 635 629	644 757	2,4
Centro-Oeste	12 760 734	405 739	3,2

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2004.

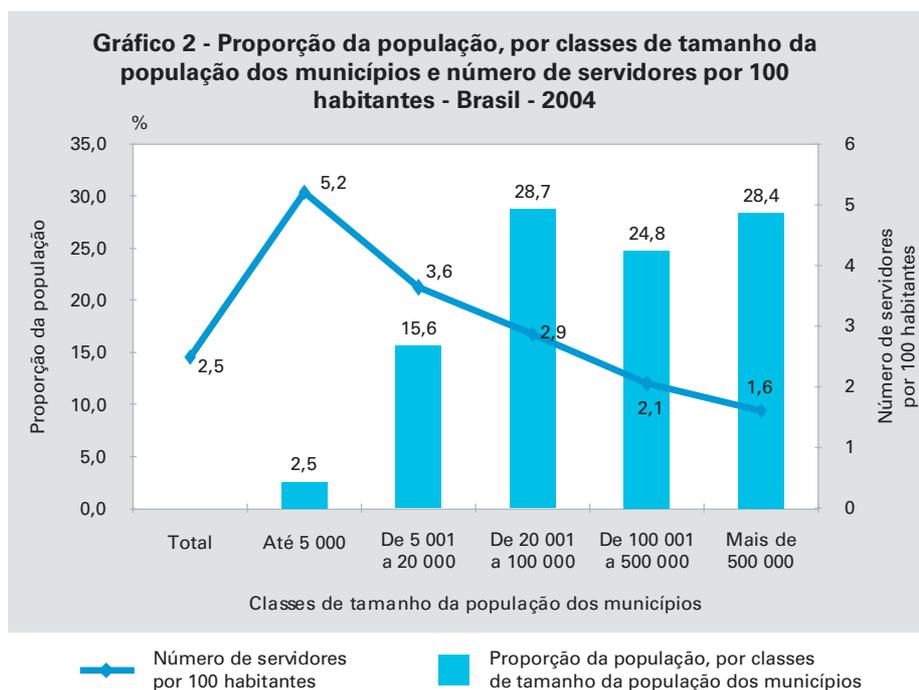
Uma outra comparação importante consiste em calcular o número de servidores em relação ao total da população. A média nacional está em 2,5 servidores por 100 habitantes. No contexto de regiões, deve-se destacar a Centro-Oeste, onde a média está em 3,2 servidores por 100 habitantes, a maior média dentre as Grandes Regiões brasileiras. A Região Norte e a Sudeste, por outro lado, são as regiões que apresentam a menor média, 2,3 servidores por 100 habitantes.

Tabela 4 - População e servidores, total e número de servidores por 100 habitantes, segundo classes de tamanho da população dos municípios - Brasil - 2004

Classes de tamanho da população dos municípios	Total		Servidores por 100 habitantes
	População	Servidores	
Total	181 569 056	4 521 579	2,5
Até 5 000	14 373 260	236 372	5,2
De 5 001 a 20 000	50 424 713	1 033 926	3,6
De 20 001 a 100 000	77 374 720	1 495 547	2,9
De 100 001 a 500 000	26 635 629	925 683	2,1
Mais de 500 000	12 760 734	830 051	1,6

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2004.

Na análise por faixas de tamanho da população, percebe-se que quanto menos populoso é o município, maior é o percentual de servidores por 100 habitantes. Um fator que pode ser argumentado a partir dessa percepção é que as prefeituras dos municípios maiores seriam mais eficientes, pois utilizariam menos funcionários para atender uma mesma quantidade de pessoas.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2004.

Nos municípios de até 5 000 habitantes, onde vivem 2,5% da população brasileira, há uma relação de 5,2 servidores por 100 habitantes. Por outro lado, nos municípios acima de 20 000 habitantes, onde vivem quase 72% da população brasileira, a média de servidores é menor que 3 servidores para cada 100 pessoas. A tendência de queda da média de servidores, conforme aumenta a classe de tamanho da população, revela que pode haver “ganhos de escala” nos serviços prestados nos maiores municípios.

Quanto à alocação dos servidores desses municípios, descobriu-se que 94,7% deles estão engajados na administração direta. Essa proporção é maior nos municípios com menor população, 99,8%; e menor naqueles com população acima de 500 000 habitantes, 86,5%. A única região onde a proporção fica abaixo da média é a Sudeste, com 92,1% dos servidores, estando ligados à administração direta.

Tabela 5 - Servidores municipais e estatutários nas administrações direta e indireta, segundo classes de tamanho da população dos municípios Brasil - 2004

Classes de tamanho da população dos municípios	Servidores			Estatutários		
	Total	Administração direta	Administração indireta	Total	Administração direta	Administração indireta
Total	4 521 579	4 281 923	239 656	2 836 793	2 751 206	85 587
Até 5 000	236 372	235 885	487	152 346	152 088	258
De 5 001 a 20 000	1 033 926	1 027 838	6 088	627 998	625 012	2 986
De 20 001 a 100 000	1 495 547	1 466 899	28 648	888 431	876 195	12 236
De 100 001 a 500 000	925 683	832 948	92 735	531 545	500 241	31 304
Mais de 500 000	830 051	718 353	111 698	636 473	597 670	38 803

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2004.

Desses servidores públicos municipais, 62,7% são estatutários, sendo que aqui se observa o efeito inverso do observado anteriormente: a proporção de estatutários diminui nos municípios maiores, considerando a população como fator de agrupamento.

Administração indireta

Considera-se que a criação das entidades de administração indireta contribui para o processo de descentralização, uma vez que esses órgãos têm personalidade jurídica própria, representando uma maior autonomia administrativa, além de serem passíveis de controle externo específico.

A MUNIC 2004 apurou que mais 134 municípios brasileiros contam com alguma entidade de administração indireta, o que representa um acréscimo de 14,9% em relação ao resultado auferido em 2002. Agora são 1 032 municípios a contar com algum órgão gerido dessa forma. No entanto, deve-se observar que esse número representa apenas 18,6% do total de municípios do País.

Dentre os 1 032 municípios que contam com alguma entidade da administração indireta, 45,3% situam-se na Região Sudeste. Nessa região, em 468 municípios há alguma entidade da administração indireta, o que representa 28,1% do total de prefeituras da região, com destaque para Rio de Janeiro e Espírito Santo, onde 48,9% e 41,0%, respectivamente, dos seus municípios têm algum órgão de administração indireta, resultado bem acima da média nacional.

A Região Centro-Oeste foi a que teve a maior variação no número de municípios com administração indireta, 25,4%, seguida da Região Norte, com 23,9%, e da Região Nordeste com 22,1% de crescimento em relação ao número de municípios que possuíam alguma entidade de administração indireta, segundo a MUNIC 2002. Na Região Norte, apenas 57 municípios (12,7%), possuem algum órgão da administração indireta. Já no Centro-Oeste existem 84 municípios com administração indireta, o que representa 18,1% do total de municípios desta região. Enquanto na Região Nordeste, 221 municípios (12,3%) contam entidades desse tipo de administração

Tabela 6 - Municípios, total e com administração indireta, segundo classes de tamanho da população dos municípios - Brasil - 2004

Classes de tamanho da população dos municípios	Municípios		Percentual de municípios com administração indireta (%)
	Total	Com administração indireta	
Total	5 560	1 032	18,6
Até 5 000	1 359	74	5,4
De 5 001 a 20 000	2 631	332	12,6
De 20 001 a 100 000	1 317	428	32,5
De 100 001 a 500 000	219	165	75,3
Mais de 500 000	34	33	97,1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2004.

Mapa 1 - Municípios com entidades de administração indireta - Brasil - 2004



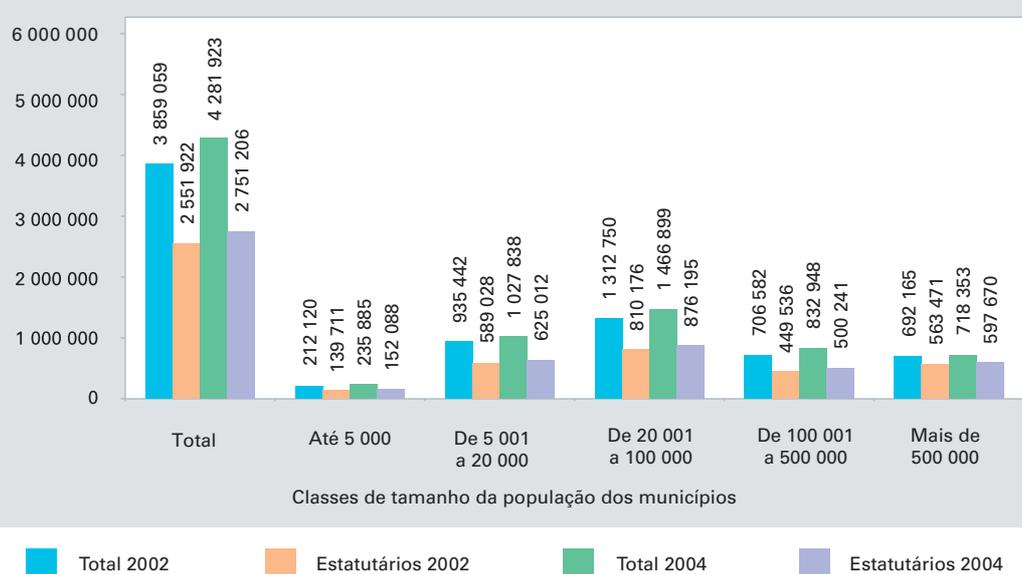
Fontes: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais; IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

Outro ponto observável é a incidência proporcionalmente maior de entidades da administração indireta em municípios mais populosos. Como pode-se observar na Tabela 6, apenas 5,4% dos municípios de até 5 000 habitantes contam com algum órgão da administração indireta, enquanto na outra extremidade, nos municípios de mais de 500 000 habitantes, 97,1% têm alguma entidade de administração indireta.

Administração direta nos municípios brasileiros

O número de servidores públicos ligados à administração direta aumentou cerca de 11,0% em relação a 2002, totalizando 4 281 923 servidores alocados diretamente no executivo municipal. Na perspectiva de tamanho da população dos municípios, aqueles na faixa entre 100 001 e 500 000 tiveram um aumento médio de 17,9% no total de servidores ligados à administração direta. Nos municípios na faixa acima de 500 000 habitantes, a taxa de crescimento ficou em 3,8%, bem abaixo da média nacional.

Gráfico 3 - Servidores da administração direta e estatutários, por classes de tamanho da população dos municípios - Brasil - 2002/2004



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2002/2004.

Regionalmente, o destaque foi para o Sul do Brasil, que apresentou um acréscimo de 14,9% em relação a 2002. Nas Unidades da Federação, o destaque fica por conta de Roraima, que teve um aumento de 74,6% no seu número de servidores. Além disso, os Estados de Mato Grosso (28,3%) e Santa Catarina (26,8%) merecem ser citados por apresentarem aumento bem acima da média nacional.

Apurou-se também um crescimento de 7,8% no número de servidores estatutários com vínculo com a administração direta, em relação à pesquisa anterior. Dentre os municípios divididos por faixa da população, os que têm população entre 100 001 e 500 000 se destacaram por ter aumento médio de 11,3% no número de servidores nessa situação. A Região Sul apresentou a maior taxa de crescimento, cerca de 10,2%. O menor aumento relativo foi encontrado na região Norte, com um acréscimo de cerca de 3,3% em relação à MUNIC 2002.

Quanto às Unidades da Federação, as que mais se destacaram foram: Tocantins (30,8%), Roraima (26,1%), Piauí (24,4%), Amazonas (20,1%) e Mato Grosso (18,9%).

Notou-se uma queda na proporção de servidores estatutários em relação ao total de servidores. Enquanto em 2002, 66,1% dos servidores eram estatutários, em 2004, 64,3% estavam nesta situação. Percebe-se também um aumento proporcional nas contratações por outros tipos de vínculos trabalhistas. Celetistas eram 14,1% em 2002, e agora são 18,5% do total de servidores ligados à administração direta. Entretanto, outras considerações não são convenientes devido à diferença de metodologia na aferição desses outros vínculos de emprego.

Legislação e instrumentos de planejamento

A MUNIC 2004 pesquisou, entre outros temas, a legislação e o planejamento urbano dos municípios brasileiros em 2004.

Os itens pesquisados, foram a existência de: plano diretor, lei de perímetro urbano, lei de parcelamento de solo, lei de zoneamento ou equivalente.

Dos instrumentos pesquisados, o plano diretor se destaca pois o Estatuto das Cidades (Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001), que regulamenta os Artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece prazo até outubro de 2006, para alguns municípios fazerem o seu plano.

O Artigo 41 da citada lei torna o plano diretor obrigatório, até outubro de 2006, para as seguintes cidades:

- 1) Com mais de 20 000 habitantes;
- 2) Integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas;
- 3) Onde o Poder Público municipal pretenda utilizar os instrumentos previstos no parágrafo 4 do Artigo 182 da Constituição Federal;
- 4) Integrantes de áreas de especial interesse turístico; e
- 5) Inseridas na área de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional.

A Constituição Federal não define plano diretor. MUKAI (2001, p.40), em *O Estatuto da Cidade*, cita a definição de José Afonso da Silva, segundo o qual plano diretor, como instrumento de atuação da função urbanística dos Municípios, constitui um plano geral e global que tem, por tanto, por função, sintetizar o desenvolvimento físico, econômico e social do território Municipal, visando o bem estar da comunidade.

A diretriz do inciso 1 - cidades acima de 20 000 habitantes - merece alguns comentários pois alguns autores discordam sobre a inclusão da zona rural no cálculo dos habitantes.

MUKAI (2001, p.40) afirma, com base no Artigo 182, parágrafos 1 e 2, da Constituição Federal, que o plano é obrigatório para cidades com mais de 20 000 habitantes. Na mesma página diz:

Observamos que, ao contrário do que afirmou Hely Lopes Meirelles, no sentido de que o plano diretor deveria abranger em seu conjunto a cidade e o campo, e também ao contrário do que dispõe a lei ora anotada, o âmbito de abrangência do plano, pela Constituição, não alcança o meio rural.

Além da citada posição de Hely Lopes Meirelles, o Estatuto das Cidades no Artigo 2, inciso 7, sobre política urbana diz: "Integração e complementariedade entre atividades urbanas e rurais, tendo em vista o desenvolvimento socioeconômico do município e do território sob sua área de influência".

Ainda na mesma Lei, Artigo 40, parágrafo 2, sobre plano diretor tem-se: "O plano diretor deverá englobar o território do Município como um todo".

Do exposto optou-se por entender que a obrigatoriedade abrange os MUNICÍPIOS com mais de 20 000 habitantes. Assim, se o município tem mais 20 000 habitantes a lei o alcança.

Quanto ao inciso 2 - áreas metropolitanas e aglomerações urbanas que são definidas por lei complementar dos Estados - Artigo 25, parágrafo 3, da Constituição Federal, observa-se que um Estado de menor porte territorial como Santa Catarina possui sete regiões metropolitanas. Número bem maior que Estados de maior porte territorial. Vê-se que a sua existência depende exclusivamente das autoridades estaduais.

O inciso 3 faculta ao poder público municipal exigir do proprietário de solo urbano não edificado, subutilizado ou não-utilizado, a promoção de um adequado aproveitamento sob pena sucessivamente de:

- parcelamento ou edificação compulsória ;
- imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo; e
- desapropriação ou pagamento mediante título de dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, em parcelas anuais iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais.

O enquadramento no inciso 4 - especial interesse turístico - é definido através de entendimentos entre o Ministério das Cidades e o de Turismo.

Quanto ao enquadramento no inciso 5 - áreas de impacto ambiental - depende de entendimento do Ministério do Meio Ambiente.

O plano diretor, que se tornará obrigatório para os municípios que se enquadrarem na lei, provocará uma mudança institucional no quadro administrativo das gestões municipais, pois a intervenção urbana torna-se planejada e mais democrática, porque nele estão embutidos mecanismos de participação dos setores organizados da sociedade.

A falta de informações sobre as leis de parcelamento e zoneamento não significam garantidamente a sua não existência, pois as suas diretrizes podem estar contidas no plano diretor sem necessidade de estar em lei específica.

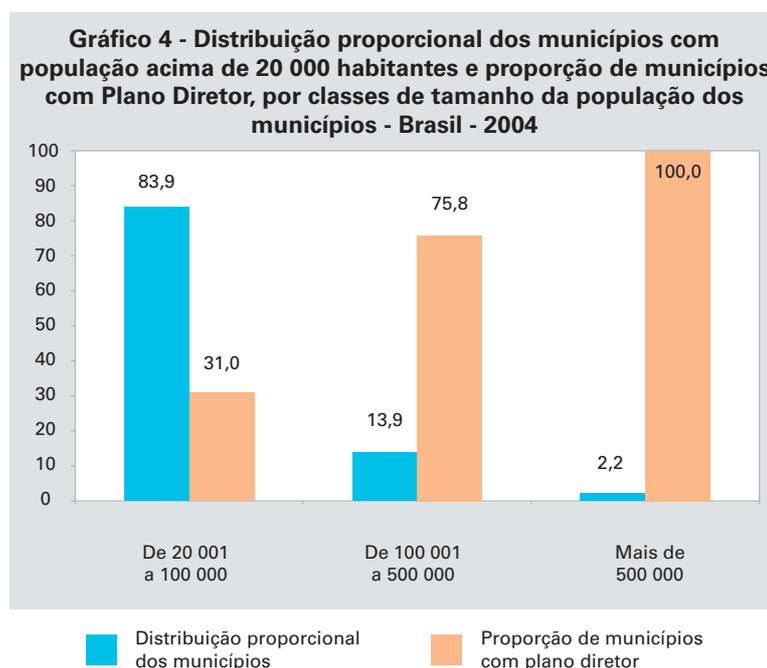
Adiante, serão apresentados uma tabela e um mapa que ilustram os municípios com obrigatoriedade de possuir planos diretores até outubro de 2006, com base no enquadramento no inciso 1 - municípios com mais de 20 000 habitantes.

A legislação pertinente

As políticas de desenvolvimento urbano são reguladas pela União, estados e municípios.

A Constituição Federal de 1988, nos Artigos 182 e 183, traça as diretrizes gerais que devem nortear as políticas urbanas. Estes artigos foram regulamentados pela Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto das Cidades). A Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, é a que orienta as leis municipais de parcelamento do solo urbano, e sofreu alterações através da Lei nº 9.785, de 29 de janeiro de 1999. Esta mesma lei alterou, também, o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, que dispõe sobre a desapropriação por utilidade pública, e a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, sobre registros públicos. No plano federal, são as leis que regem as legislações municipais.

No plano estadual, as maiores intervenções legais são as que criam regiões metropolitanas e aglomerações urbanas e as que regulam proteção de mananciais e impactos ambientais.



Plano diretor

A Tabela 5 de resultados mostra os municípios com mais de 20 001 habitantes, por faixas de população que possuem plano diretor e a sua proporção no conjunto dos municípios brasileiros. Na faixa de 20 001 a 100 000 habitantes, verifica-se o maior déficit de planos diretores em relação à obrigatoriedade de outubro de 2006. Nos municípios

entre 100 001 e 500 000 habitantes, a proporção dos que possuem plano diretor sobe consideravelmente, chegando a 75,8%. Todos os municípios acima de 500 000 habitantes possuem o plano. Nestes, a única obrigação legal é que no caso de o plano ter mais de 10 anos deve-se fazer a revisão do mesmo (Estatuto das Cidades Artigo 40, parágrafo 3. O mapa mostra a sua distribuição pelas Unidades da Federação no País.

Considerando o total de municípios com mais de 20 001 habitantes em um universo de 1 570, 962 não possuíam o plano em 2004, o que significa que, se mantida a situação da época da pesquisa, 61,3% destes terão que fazê-lo até 2006.

Mapa 2 – Municípios, por classes de tamanho da população dos municípios sem plano diretor em 2004



Fontes: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais; IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

Lei do perímetro urbano

Esta lei estabelece a fronteira entre a zona urbana e a rural. É através dela que se definem as áreas de cobrança do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, pela Tabela 5 de resultados, nota-se que a grande maioria dos municípios a possuem. O índice mais baixo de existência da mesma encontra-se na faixa de 5001 a 20 000 que está em 74,4%. Os municípios com mais de 500 000 habitantes que não a possuem são Rio de Janeiro, São Paulo e Distrito Federal, onde a área urbana cobre todo o território, ou seja, não existe zona rural.

Lei de parcelamento do solo

A Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, com as modificações introduzidas pela Lei nº 9 785, de 29 de janeiro de 1979, estabelecem tamanhos de lotes mínimos, declividades máximas de terrenos para construções, área mínima de espaços públicos em loteamentos, entre outras medidas. Pelos dados, observa-se que quanto maior a população mais localidades implantaram a lei. Dos municípios com mais de 500 000 habitantes, somente três não a possuem, cujas diretrizes devem estar no plano diretor pois todos possuem o plano.

Lei de zoneamento ou equivalente

É a lei que regulamenta o uso das regiões das cidades em residenciais, comerciais, de preservação, entre outras.

Na Tabela 5 de resultados, nota-se a mesma distribuição da lei do parcelamento. Quanto maior a classe de população, maior a porcentagem dos municípios que a possuem. A ausência da lei específica não implica a inexistência de diretrizes para a área, pois as mesmas podem estar embutidas no plano diretor. O caso do Distrito Federal é um deles, onde o zoneamento foi definido no projeto da cidade.

Conclusão

Pelos dados exibidos, pode-se prever um maior avanço institucional nas gestões municipais pois a elaboração de plano diretor amplia a participação popular através de seus setores organizados. Exige-se uma certa cautela no tocante à não existência de leis específicas de zoneamento e parcelamento do solo pois as mesmas podem estar embutidas em planos diretores, não necessitando mais regulamentações.

Instrumentos de modernização da administração tributária dos municípios brasileiros

Constitui fato importante na literatura recente sobre o federalismo o crescimento do número de estudos sobre os diversos aspectos da realidade municipal brasileira. Este fenômeno reflete as transformações nas relações federativas desencadeadas pela Constituição de 1988, onde o município, até então submetido à órbita de interesses dos estados, adquire *status* de ente da federação.

A importância assumida pelos municípios na esfera pública nacional traduziu-se numa maior descentralização das políticas sociais - como saúde e educação - que até então eram de competência da União. Como resultado, entre 1999 e 2003, houve um aumento nominal de cerca de 78% das transferências da União e dos estados para os municípios, acompanhado por uma elevação de 68% na arrecadação própria destes últimos (SISTEMAS..., 2004).

Esses resultados, no entanto, não são satisfatórios quando analisamos o peso dos municípios na arrecadação tributária nacional (União, estados e municípios). A Tabela 7 mostra que, em 2003, os municípios foram responsáveis por apenas 5,1% de toda arrecadação tributária, contra 67,9% da União e 27% dos estados. Com as transferências governamentais, os municípios passaram a responder por cerca de 19% da receita disponível nacional e a participação da União caiu para 52,2%.

Outro indicador importante para os municípios é a Carga Tributária Bruta Nacional, que mede o peso da arrecadação tributária em termos de Produto Interno Bruto. Em 2003, chegou a 34%. Na distribuição pelos entes federativos, a União ficou responsável por 23,1%, os estados por 9,2% e os municípios por apenas 1,7%. Com as transferências, a participação dos municípios subiu para 6,6% e a da União caiu para 17,7%.

Tabela 7 - Distribuição proporcional das receitas e proporção da carga tributária bruta nacional, segundo esfera da federação - Brasil - 2003

Esfera da federação	Distribuição proporcional das receitas (%)		Proporção da carga tributária bruta nacional (%)	
	Arrecadação tributária	Receita disponível	Arrecadação tributária	Receita disponível
Total	100,0	100,0	34,0	34,0
Federal	67,9	52,2	23,1	17,7
Estadual	27,0	28,5	9,2	9,7
Municipal	5,1	19,3	1,7	6,6

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais, Sistema de Contas Nacionais 2003.

Os referidos indicadores mostram que embora esteja havendo um aumento da arrecadação própria dos municípios esta não vem crescendo na mesma proporção que a importância destes entes federativos na esfera pública nacional. Em outras palavras, os municípios continuam dependendo muito das transferências governamentais. A razão para isso encontra-se na falta de infra-estrutura física e informacional que prevalece em grande parte dos municípios brasileiros, impedindo que haja um aumento mais expressivo da sua arrecadação própria. A ausência de instrumentos de gestão tributária, tais como: sistemas cadastrais informatizados e integrados; mapeamentos de unidades territoriais e residenciais; cobrança de taxas instituídas; etc., fazem com que a arrecadação própria dos municípios brasileiros fique bem abaixo da de países como Suécia (35,2%), EUA (16,3%) e Bolívia (10,9%)¹.

Além desses fatores, cabe mencionar que a natureza dos principais impostos que compõem a receita tributária dos municípios - ISS e IPTU - beneficiam os grandes centros urbanos, produtores de serviços e com alta concentração populacional. Com isso, os micros e pequenos municípios (com até 20 000 habitantes), que representam 72% do total de municípios brasileiros, ficam dependentes, quase que exclusivamente, das transferências governamentais.

A Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal, foi editada com o objetivo de minimizar esses problemas. Sua característica principal foi a de introduzir no regime fiscal brasileiro uma série de instrumentos que visassem o controle estrutural do gasto público, fornecendo, além disso, meios para que os entes federativos obtivessem aumento da arrecadação via modernização da administração tributária.

A necessidade de se enquadrarem nos requisitos da Lei de Responsabilidade Fiscal, buscando o equilíbrio orçamentário, obrigou os municípios a implementarem mudanças em suas gestões através da introdução de novos instrumentos que modernizassem suas administrações tributárias. Objetivava-se, com isso, a redução tanto dos gastos públicos quanto o aumento da arrecadação própria dos municípios.

O presente estudo tem como objetivo analisar alguns destes instrumentos de modernização administrativa nos municípios brasileiros. Foram construídos, a partir das informações do bloco Recursos para Gestão Municipal, alguns indicadores tributários de gestão que fornecerão uma noção de como se apresenta a modernização da administração tributária nos municípios brasileiros.

¹ Indicadores retirados de Afonso e Araújo (2000), referentes ao ano de 1993.

Distribuição dos cadastros pelos municípios brasileiros

Como mencionado anteriormente, o Imposto Sobre Serviços de qualquer natureza - ISS e o Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU são responsáveis pela maior parte da arrecadação própria dos municípios brasileiros. No ano de 2003, de acordo com informações do Sistema de Contas Nacionais, do IBGE os dois impostos foram responsáveis por 70% da arrecadação própria dos municípios brasileiros, com 38%, para o ISS e 32%, para o IPTU.

É importante, portanto, que os municípios tenham controle sobre a arrecadação desses impostos, através da modernização e informatização de seus cadastros. A Tabela 8 mostra a proporção de municípios que possuem cadastros de IPTU e ISS e se esses estão informatizados. Nota-se, em primeiro lugar, que a proporção de municípios com cadastro de IPTU (93,6%) é superior aos com cadastro de ISS (76,9%). O mesmo é observado no caso da informatização desses cadastros, com um detalhe: a proporção de cadastros de prestadores de serviços está presente em cerca de 61% dos municípios brasileiros, percentual bastante inferior aos quase 82% de cadastros de IPTU informatizados.

Tabela 8 - Proporção de municípios que possuem cadastro de IPTU e ISS, segundo classes de tamanho da população dos municípios e Grandes Regiões - 2004

Classes de tamanho da população dos municípios e Grandes Regiões	Proporção de municípios que possuem (%)			
	Cadastro de IPTU		Cadastro de ISS	
	Existência	Informatização	Existência	Informatização
Total	93,6	81,9	76,9	61,4
Classes de tamanho da população				
Até 5 000	92,5	76,2	68,7	49,4
De 5 001 a 20 000	92,3	79,2	73,2	56,7
De 20 001 a 100 000	96,2	89,9	88,5	76,2
De 100 001 a 500 000	100,0	98,6	100,0	96,8
Mais de 500 000	100,0	100,0	100,0	100,0
Grandes Regiões	93,6	81,9	76,9	61,4
Norte	81,7	61,2	62,8	42,5
Nordeste	91,6	69,8	54,4	36,7
Sudeste	99,8	98,7	90,9	76,1
Sul	99,5	97,9	93,4	84,1
Centro-Oeste	96,5	86,8	85,3	64,1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2004.

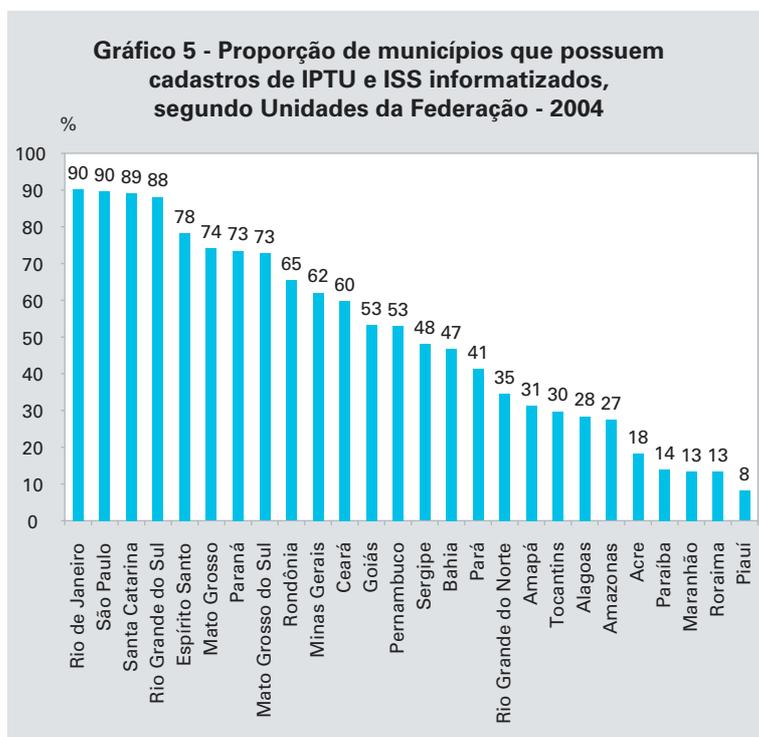
A mesma tendência é observada quando a análise passa a ser feita considerando o porte populacional dos municípios, isto é, há uma maior proporção de municípios com cadastros de IPTU em todas as faixas de população. A informação que mais chama a atenção é com relação à informatização dos cadastros de ISS nos municípios com até 5 000 habitantes, presente em menos de 50% destes municípios. Já naqueles com mais de 500 000 habitantes a informatização é completa, tanto nos cadastros de ISS quanto de IPTU.

Na análise por Grandes Regiões, observa-se uma baixa proporção de cadastros de ISS informatizados no Norte e Nordeste do País, abrangendo 42,5% e 36,7%,

respectivamente, dos seus municípios. Cabe enfatizar que na Região Nordeste pouco mais da metade dos seus municípios têm cadastro de ISS informatizados. Nas Regiões Sul (84,1%) e Sudeste (76,1%), por outro lado, esses percentuais são mais elevados, refletindo o maior dinamismo econômico dessas regiões.

A existência e informatização dos cadastros de IPTU estão mais difundidas pelos municípios das Grandes Regiões brasileiras. As Regiões Sul e Sudeste são as que apresentam as maiores proporções de cadastros informatizados. A Região Nordeste apresenta uma proporção de cadastros de IPTU informatizados superior à da Região Norte.

Para aprofundar um pouco mais a análise e verificar o grau de informatização dos cadastros nos municípios brasileiros, é apresentado, no Gráfico 5, um indicador que mede a proporção de municípios que apresentam seus cadastros de IPTU e ISS informatizados nas Unidades da Federação. Os cinco estados que, proporcionalmente, mais têm municípios com cadastros de IPTU e ISS informatizados ficam localizados nas Regiões Sudeste e Sul. Os que apresentam os maiores percentuais são Rio de Janeiro e São Paulo, ambos com 90%, seguidos por Santa Catarina (89%), Rio Grande do Sul (88%) e Espírito Santo (78%).



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2004.

As Regiões Norte e Nordeste possuem, respectivamente, 36,2% e 33,7% de municípios com cadastros de IPTU e ISS informatizados. No Norte, destaca-se o Estado de Rondônia, com 65% dos seus municípios com ambos os cadastros, percentual superior a Minas Gerais (62%), que ficou abaixo dos 75% observados para a Região Sudeste. Já Roraima apresenta apenas 13% dos seus municípios com cadastros de IPTU e ISS informatizados. O Ceará é o estado do Nordeste com o maior percentual (60%) e o Piauí (8%) o estado com o menor percentual da região e do País.

Para reforçar a argumentação sobre a maior concentração de municípios com cadastros de IPTU e ISS informatizados nos estados das regiões mais dinâmicas do País, o Mapa 3 mostra sua distribuição pelos municípios brasileiros. Embora mais da

metade dos municípios (59%) tenham seus cadastros de IPTU e ISS informatizados, pode-se observar que sua concentração está mais restrita às Regiões Sul e Sudeste do País, principalmente nos estados acima mencionados. A Região Nordeste, especialmente os Estados do Piauí, Maranhão e Paraíba, apresenta uma aglomeração expressiva de municípios que não possuem nenhum dos referidos cadastros informatizados.

A Região Centro-Oeste está num estágio intermediário, com cerca de 63% dos seus municípios com ambos os cadastros informatizados. Enquanto os municípios dos Estados de Mato Grosso (74%) e do Mato Grosso do Sul (73%) estão acima da média da região, o Estado de Goiás (53%) fica abaixo, o que está refletido numa pequena aglomeração de pontos vermelhos no mapa.

Mapa 3 - Municípios com cadastro de IPTU e ISS informatizados e não-informatizados - Brasil - 2004



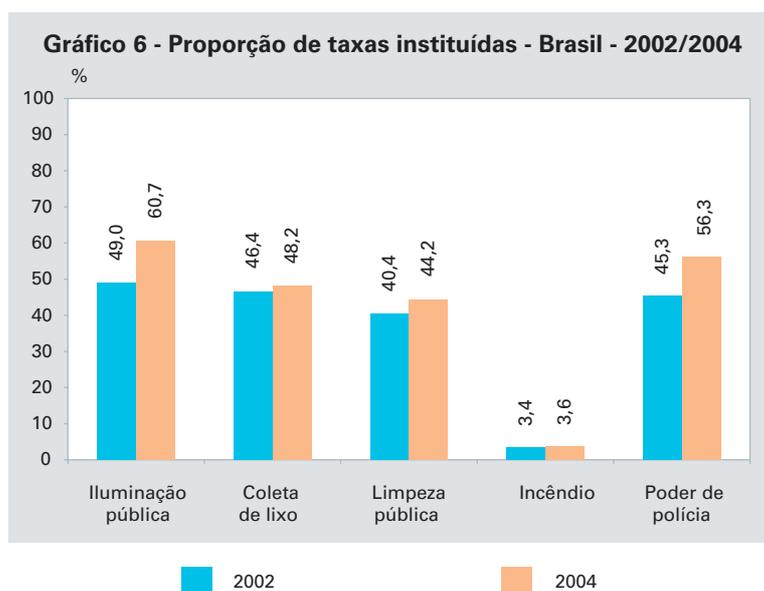
Fontes: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais; IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

Distribuição das taxas instituídas pelos municípios brasileiros

De acordo com o Artigo 77 do Código Tributário Nacional, as taxas podem ser cobradas pelos municípios, estados e pela União e dividem-se em dois tipos: as taxas de poder de polícia e as taxas de prestação de serviços públicos. A característica básica da taxa de prestação de serviços públicos é sua divisibilidade, ou seja, podem ser utilizadas, separadamente, pelos seus usuários. Já a taxa de poder de polícia se refere à intervenção do estado na regulamentação de questões relativas à segurança, higiene, ordens social e urbana, autorização para o funcionamento de atividades econômicas, etc. Para isso, são instituídas taxas referentes à fiscalização sanitária, de anúncios, estabelecimentos, etc.

Uma das principais características das taxas é sua cobrança estar vinculada a alguma atividade estatal específica, diferentemente do imposto, cuja cobrança é independente deste tipo de atividade. A diferença entre imposto e taxa caracteriza a última como instrumento tributário, aplicável à modernização da administração municipal, na medida em que atende a demandas específicas por parte da prefeitura.

O Gráfico 6 mostra a proporção de taxas instituídas nos municípios brasileiros em 2002 e 2004. A taxa de iluminação pública é a que está presente no maior número de municípios, passando de 49%, em 2002, para 60,7%, em 2004. Esse aumento substancial, cerca de 24%, deve-se ao fato da referida taxa ter sido transformada em Norma da Constituição Federal, através da Emenda Constitucional nº 39, de 19 de dezembro de 2002 (Artigo 149). As demais taxas obtiveram aumentos menores, com exceção da taxa de poder de polícia, que sofreu um incremento de 23%, passando a vigorar em 56% dos municípios brasileiros, em 2004, quando, em 2002, estava presente em menos da metade destes (45,3%).



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2002/2004.

Na análise por faixas de população dos municípios, observa-se, mais uma vez, que os pequenos municípios são aqueles que apresentam as menores proporções de taxas instituídas, reflexo da ainda incipiente organização administrativa, como demonstrado na Tabela 9. Cabe destacar que, tanto as taxas de iluminação pública quanto as de poder de polícia estão presentes em mais de 50% dos municípios com até 5 000 habitantes. Nos municípios mais populosos, por outro lado, estas taxas aparecem com uma proporção superior à média nacional, com a de iluminação pública alcançando 70,6% dos municípios com mais de 500 000 habitantes e a de poder de polícia 79,4%, em 2004.

Os municípios com grande concentração populacional são os que apresentam a melhor infra-estrutura administrativa, refletindo numa maior arrecadação tributária. As demais taxas instituídas estão presentes em mais da metade desses municípios, colocando-os bem acima da média nacional. Cabe destacar a taxa de incêndio, presente em 3,6% dos municípios brasileiros, em 2004, mas que alcança 14,7% nos municípios com mais de 500 000 habitantes.

Tabela 9 - Proporção de taxas instituídas nos municípios brasileiros, segundo classes de tamanho da população dos municípios e Grandes Regiões - 2002/2004

Classes de tamanho da população dos municípios e Grandes Regiões	Proporção de taxas instituídas nos municípios brasileiros (%)									
	Iluminação pública		Coleta de lixo		Limpeza pública		Incêndio		Poder de polícia	
	2002	2004	2002	2004	2002	2004	2002	2004	2002	2004
Total	49,0	60,7	46,4	48,2	40,4	44,2	3,4	3,6	45,3	56,3
Classes de tamanho da população										
Até 5 000	41,1	51,5	41,8	44,5	34,4	39,1	0,7	0,6	36,8	50,3
De 5 001 a 20 000	49,6	60,2	45,5	46,8	41,3	43,6	1,3	1,2	42,0	52,7
De 20 001 a 100 000	55,0	69,3	49,4	50,6	43,0	47,4	7,5	8,3	56,5	64,7
De 100 001 a 500 000	56,1	71,2	66,7	69,4	51,5	58,9	21,2	21,5	69,7	82,2
Mais de 500 000	57,6	70,6	75,8	79,4	45,5	67,6	21,2	14,7	84,8	79,4
Grandes Regiões										
Norte	45,0	54,8	22,3	24,3	21,6	24,9	0,7	1,3	34,1	51,4
Nordeste	36,4	58,0	20,8	25,0	20,5	26,5	0,5	0,4	35,4	52,8
Sudeste	56,3	63,2	61,1	63,8	59,0	64,0	2,8	3,0	49,6	61,6
Sul	61,2	74,8	81,1	83,2	56,6	61,1	10,0	10,4	56,6	66,6
Centro-Oeste	44,3	58,7	27,4	27,0	26,8	28,7	2,6	3,0	50,5	53,6

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2002/2004.

Na distribuição das taxas por Grandes Regiões, nota-se que o Sul do País possui as maiores proporções de taxas instituídas, com exceção da taxa de limpeza pública, que é cobrada em maiores proporções na Região Sudeste. As Regiões Norte e Nordeste apresentam os menores percentuais, seguindo a tendência observada

nas análises anteriores. A Região Centro-Oeste, por sua vez, encontra-se numa posição intermediária, mas com proporções inferiores à observado na média nacional.

O Mapa 4 mostra a distribuição da mediana das taxas instituídas pelos municípios brasileiros e evidencia que grande parte dos municípios que cobram menos de duas taxas (valor da mediana) estão localizados nas Regiões Norte e Nordeste, especialmente no seu interior. Não existe, no entanto, um padrão regional definido, já que observa-se também aglomerados de municípios que cobram menos de duas taxas nas demais regiões brasileiras.

Pode-se inferir, contudo, que a maioria dos municípios que cobram mais de duas taxas situa-se próxima ao litoral brasileiro, especialmente os localizados na Região Nordeste. Cabe destacar o Estado de Pernambuco, com quase 60% dos seus municípios cobrando mais de duas taxas, percentual superior ao observado para a região, 19,5%. O Maranhão, por outro lado, possui apenas 3% dos seus municípios nesta mesma situação.

A Região Norte tem um padrão semelhante ao observado no Nordeste do País, com apenas 23% dos seus municípios cobrando mais de duas taxas instituídas. O Estado do Acre destoa da média da região, com 63,3% dos seus municípios com mais de duas taxas. No outro extremo, encontra-se o Estado do Amapá, com apenas 6,3%.

Na Região Sudeste, prevalecem os municípios que cobram mais de duas taxas, exceção feita à área que compreende o norte do Estado de Minas Gerais, que possui características - geográficas e socioeconômicas - semelhantes à Região Nordeste. É igualmente importante destacar o Estado de São Paulo, com apenas 46% dos seus municípios que cobram menos de duas taxas, proporção inferior à observada na região como um todo (56%). O Espírito Santo é o estado do Sudeste onde existe a maior proporção de municípios que cobram mais de duas taxas, 82%.

A Região Sul do País é a que apresenta a maior proporção de municípios com mais de duas taxas, 70%. A maior aglomeração encontra-se na região que compreende o oeste do Estado do Paraná que, por sua vez, tem 84% dos seus municípios nesta situação. O Estado de Santa Catarina também possui altos percentuais de municípios com mais de duas taxas, 77,8%. Essa situação é um pouco diferente no Rio Grande do Sul, cuja proporção é de apenas 54,2%.

A Região Centro-Oeste, com 73,7% dos seus municípios cobrando até duas taxas, possui um padrão semelhante ao observado nas Regiões Norte e Nordeste. O Estado de Goiás, principalmente na região no entorno de Goiânia, é o que apresenta as maiores proporções (83,3%). Já Mato Grosso (67,6%) e Mato Grosso do Sul (54,5%) aparecem com proporções menores de municípios que cobram até duas taxas.

Mapa 4 - Mediana das taxas instituídas - Brasil - 2004



Fontes: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais; IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

Conclusões

O presente estudo apresentou uma breve análise da situação da administração tributária nos municípios brasileiros. Através do cruzamento de algumas variáveis do bloco Recursos para a Gestão Municipal, pode-se chegar a algumas conclusões:

- 1) Nas análises por faixas de população e Grandes Regiões, notou-se que, tanto os municípios mais populosos quanto as regiões mais desenvolvidas do País

apresentam uma administração tributária mais organizada e eficiente. Os municípios mais populosos apresentam maior concentração de cadastros informatizados, reflexo de um maior dinamismo econômico, resultando numa maior arrecadação tributária. O mesmo pode ser dito na análise por Grandes Regiões, onde as Regiões Sudeste e Sul, com uma atividade econômica mais intensa, apresentaram as maiores proporções; e

- 2) A distribuição das taxas instituídas pelos municípios brasileiros apresentou padrão semelhante ao dos cadastros, com concentração nos municípios das regiões mais dinâmicas do País e com maior população. Ao se calcular a mediana das taxas, observou-se uma concentração dos municípios com mais de duas taxas nos municípios situados no litoral do território brasileiro, destacado-se a Região Nordeste. Esse comportamento pode ser explicado pela concentração dos municípios mais dinâmicos do País nessas localidades (salvo algumas exceções), fruto do processo de ocupação do Território Nacional.

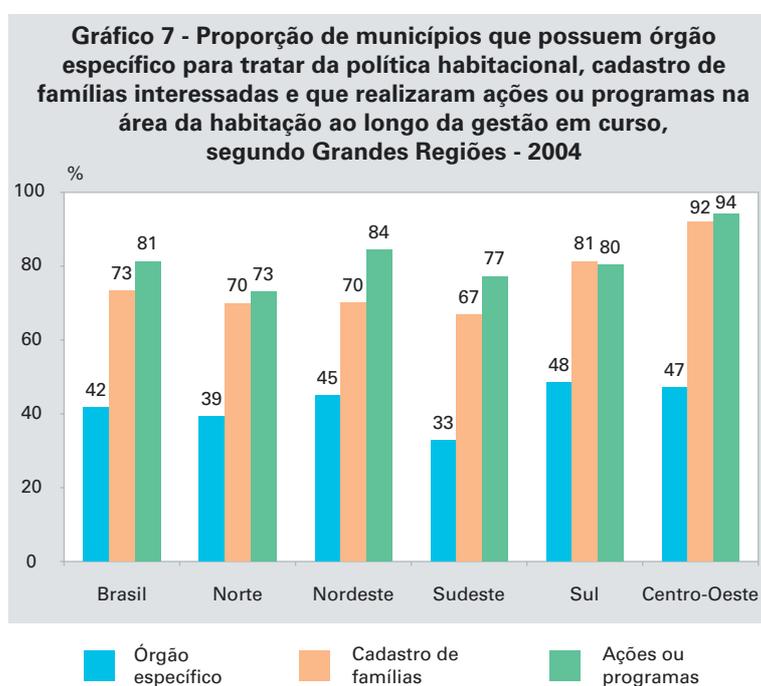
Habitação

Em suas edições anteriores, a Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC tem investigado, junto às prefeituras, as condições técnico-administrativas criadas no município para a área de habitação, neste caso traduzidas pela existência ou não de um órgão específico para a implementação da política habitacional local. Também vêm sendo feitas indagações sobre a disponibilidade de um cadastro ou levantamento de famílias interessadas em programas habitacionais, bem como sobre a possível implementação, pela prefeitura, de ações ou programas voltados para o setor.

Na MUNIC 2004, foram introduzidas algumas perguntas adicionais, com o objetivo de se verificar a possibilidade de o cadastro, caso existisse, estar informatizado, e de se investigar se os programas habitacionais porventura implementados o teriam sido por iniciativa exclusiva da prefeitura ou em convênio com outro órgão. Além disso, como 2004 seria o último ano daquela gestão, já que seriam realizadas, naquele ano, eleições municipais em todo o País, as perguntas foram feitas no sentido de se obter informações sobre as ações e programas implementados na área habitacional ao longo de toda a gestão que se encerrava.

Os resultados obtidos mostram que 42% das prefeituras brasileiras possuíam, em 2004, órgão específico para tratar da questão habitacional, 73% declararam dispor de cadastro de famílias interessadas em programas nesta área e 81% disseram ter executado, ao longo da gestão, algum tipo de ação ou programa no setor (Gráfico 7). Estas

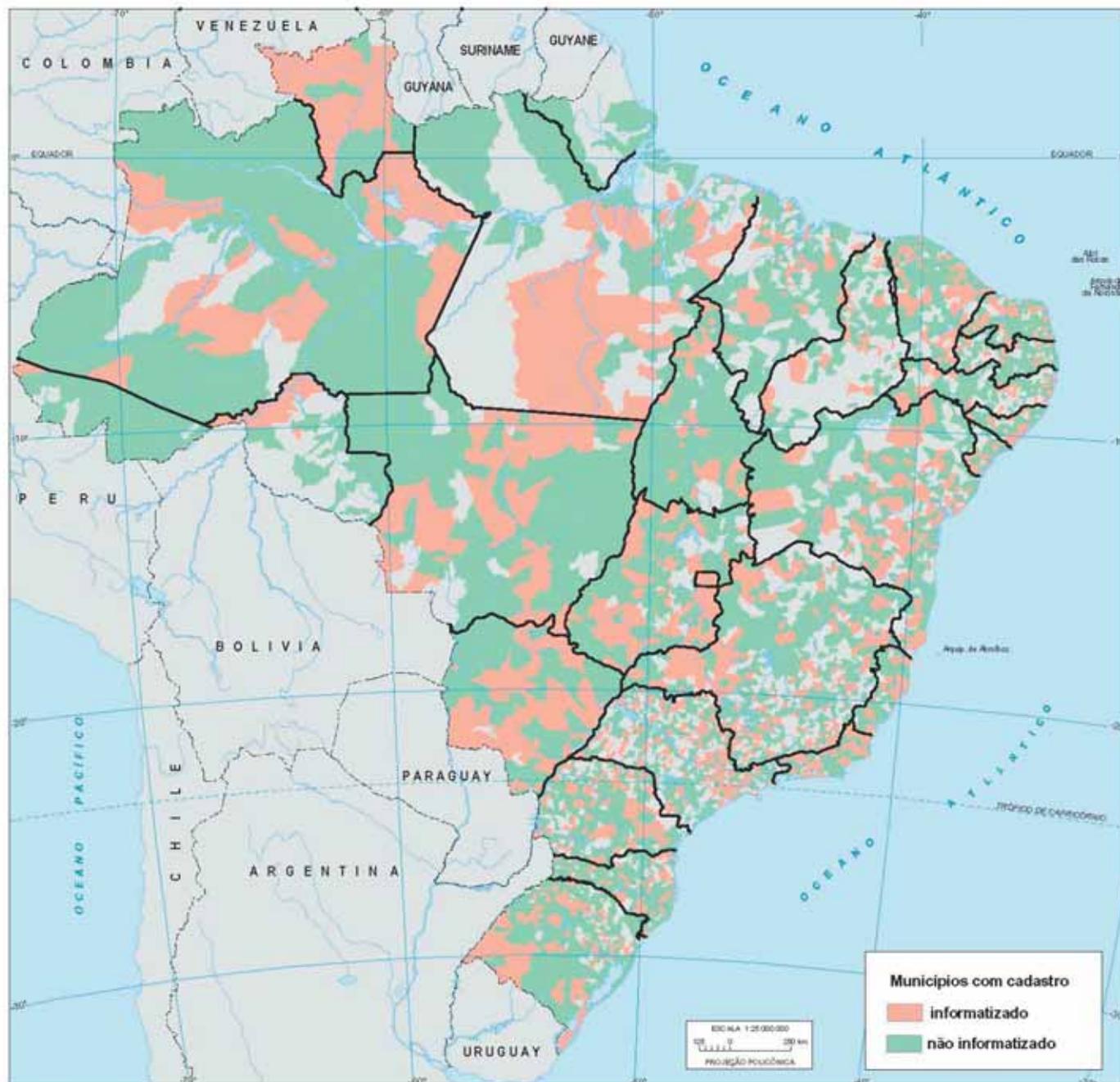
proporções apresentam variações, quando examinadas do ponto de vista regional: nas Regiões Sul e Centro-Oeste são encontradas as mais elevadas proporções de municípios com órgão específico para tratar da política habitacional e com cadastro de famílias interessadas; também nas duas regiões se destaca a proporção de municípios que disseram ter executado programa em habitação (80% e mais), neste caso, também aparecendo a Região Nordeste, com 84% de seus municípios. Não deixam de chamar a atenção os baixos percentuais encontrados no grupo de municípios da Região Sudeste (região sabidamente dotada de grandes centros urbanos e de notável déficit habitacional), sempre abaixo da média nacional nos três temas anteriormente mencionados.



É importante ressaltar que cerca de 30% dos municípios, dentre os que declararam possuir cadastro de famílias interessadas em programas habitacionais, têm seus cadastros informatizados, proporção esta que se eleva conforme aumenta a classe de tamanho da população dos municípios (Mapa 5).

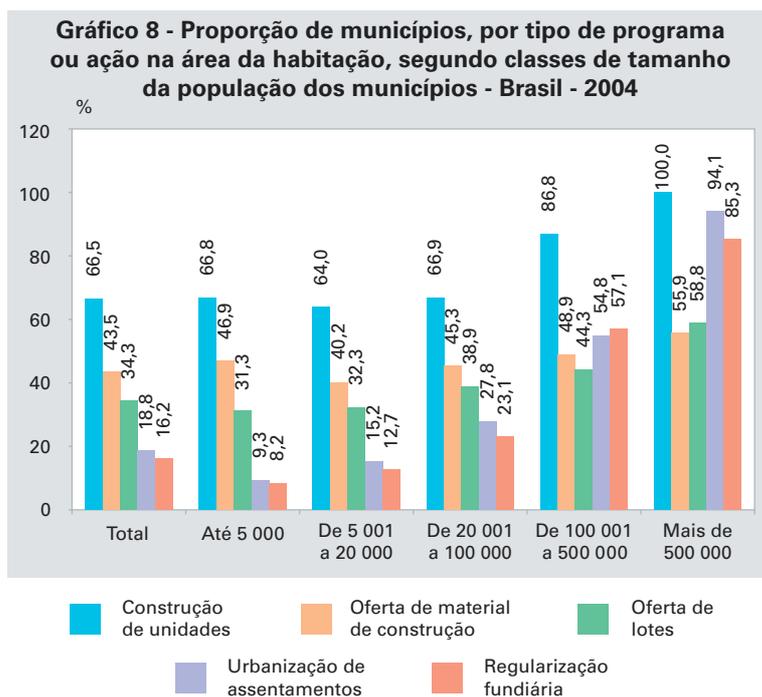
Ainda desta vez, foi objeto de investigação da MUNIC o tipo de ação política implementada nas diferentes municipalidades brasileiras e as soluções encontradas para atender às respectivas demandas na área da habitação. Estas políticas variaram de ênfase, de acordo com as classes de tamanho da população dos municípios e com as características de cada região do País. Dentre os diversos programas executados, a construção de unidades foi a providência implementada pelo maior número de prefeitos no que se refere à política habitacional (Gráfico 8).

Mapa 5 - Municípios com cadastro de famílias interessadas em programas habitacionais - Brasil - 2004



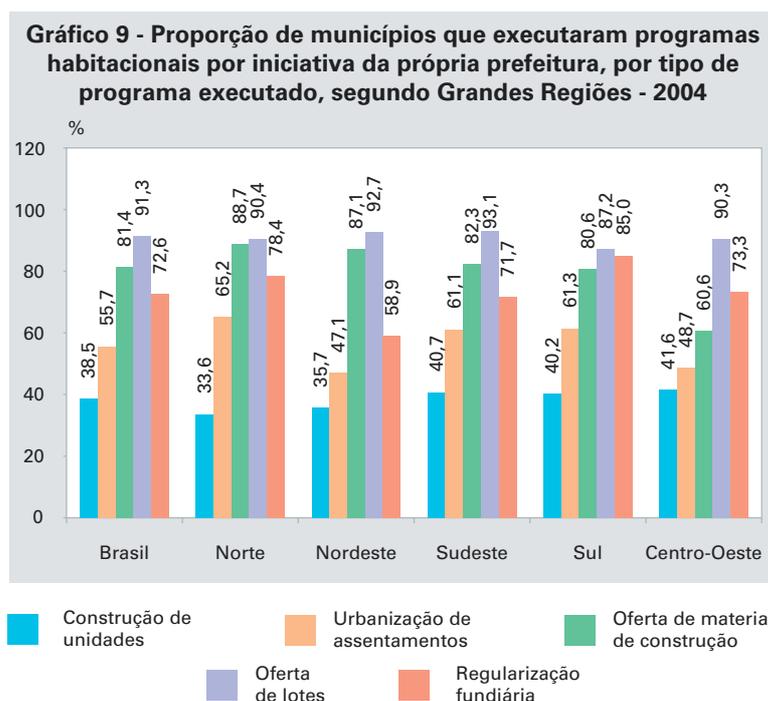
Fontes: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais; IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

Na análise por faixas de população, tendências anteriormente já detectadas se confirmaram, em 2004. Observa-se que os programas “urbanização de assentamentos” e “regularização fundiária” aparecem em proporções mais elevadas nos municípios mais populosos. No grupo das cidades com mais de 500 000 habitantes, por exemplo, 94,1% das prefeituras executaram ações com vistas à urbanização de assentamentos ao longo daquela gestão e 85,3% direcionaram esforços para a regularização fundiária. Estes resultados tornam evidente o fato de que os gestores das grandes cidades dão ênfase (mais que os prefeitos de municípios menos povoados) à legalização das áreas ocupadas de forma irregular e à melhoria das condições urbanas das comunidades assentadas em seus municípios.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2004.

É importante mencionar que grande parte dos programas habitacionais executados nos municípios dependeram, segundo as declarações das prefeituras, de convênios celebrados com outros órgãos públicos ou privados, numa demonstração de que os recursos disponíveis nas municipalidades são, quase sempre, insuficientes para o atendimento da demanda. Mesmo assim, a pesquisa constatou que muitas prefeituras executaram



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2004.

programas habitacionais por iniciativa própria, com maior ou menor freqüência, dependendo do tipo de programa implementado. Programas como oferta de lotes de terreno e oferta de material de construção são tipos de assistência à moradia, executados, por iniciativa da própria prefeitura, com uma freqüência maior (Gráfico 9).

Conclusão

De acordo com as informações levantadas pela Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2004, uma parte importante do conjunto de municípios brasileiros continua sem dispor, em sua estrutura institucional, de órgão específico para tratar a questão habitacional. No entanto, apesar disso, muitas municipalidades têm levantamentos da demanda existente e, de alguma forma, executam programas direcionados para a melhoria das condições de moradia da população de seus municípios. A maior parte desses programas, quando executados, são para construção de unidades habitacionais, embora outros, como oferta de material de construção apareçam com bastante freqüência. Programas dirigidos para a regularização da posse da terra e para a urbanização de assentamentos são destaques em cidades de maior porte populacional.

Informática e serviços de atendimento ao público

Em 2004, a Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC introduziu alguns temas novos, entre os quais um bloco referente a Informática e Serviços de Atendimento ao Público. Nos anos anteriores, a pesquisa só levantava a existência ou não de página na Internet. Assim, a partir do incremento da informática como meio de desenvolvimento e de difusão de informações, além do fato de ela ser uma excelente ferramenta de aproximação junto à população no exercício de seus direitos de cidadão, decidiu-se que já era hora da pesquisa aprofundar o levantamento de informações referentes a este campo temático.

Inicialmente, pode-se dizer que mais importante até do que o fato de ter a página na Internet, o que se está buscando em aprofundar neste estudo é perceber o grau de desenvolvimento e de opções que esta página efetivamente disponibiliza ao cidadão e quais os canais utilizados pelo poder público para facilitar o contato entre o público em geral e a administração municipal. Assim, a análise será baseada em três pontos principais: a existência de página, os tipos de serviços disponibilizados nesta página e os serviços de atendimento ao público em geral. Além disso, levar-se-á em conta o porte populacional dos municípios, além das questões regional e geográfica. Estes, portanto, serão basicamente os critérios utilizados na análise de todo este bloco temático.

Existência de página na Internet

Analisando os dados da pesquisa, percebe-se que a existência de página na Internet é crescente em relação ao porte do município, ou seja, quanto maior a classe de tamanho da população a que per-

tença, maior é a possibilidade de existência de página na Internet no município. Enquanto todos os municípios acima de 500 000 habitantes têm página na Internet, com exceção do Município de Jaboatão dos Guararapes, em Pernambuco, nos municípios com até 5 000 habitantes apenas 28% informaram o mesmo. Na faixa de população seguinte (de 5 001 até 20 000 habitantes), o percentual é de 32%. Somente na terceira faixa populacional (de 20 001 até 100 000 habitantes), verifica-se que passam a predominar os municípios que têm (53%), em comparação com aqueles que declararam não ter. Percebe-se que o tamanho do município é um fator importante, de fato, na existência de página na Internet. Realmente, os municípios maiores estão mais estruturados e se utilizam muito deste mecanismo de relacionamento com os seus cidadãos.

Pelo critério regional, percebe-se que a Região Sul é a única que tem mais da metade dos municípios com página na Internet, com destaque para o Rio Grande do Sul, onde cerca de 60% dos municípios registraram a existência. Já os municípios dos Estados de Santa Catarina e Paraná estão muito próximos com um percentual um pouco maior de 50% em cada um. Em seguida, vem a Região Sudeste, com cerca de 46% dos municípios com existência de página. O principal percentual do Sudeste é o dos municípios do Estado do Rio de Janeiro, no qual 72% dos municípios declararam ter este instrumento, seguido proximamente por São Paulo, com cerca de 63%. Os municípios dos Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo é que registraram um índice muito baixo em relação ao restante da região, com percentuais próximos a 30%. Especificamente, no caso de Minas Gerais, justifica-se o fato de que em virtude do estado ter um elevado número de municípios (853), inclusive muitos de pequeno porte, que contribuem decisivamente para a diminuição do percentual do estado com um todo.

Na Região Centro-Oeste, que registra 33% de existência, desponta o Estado de Mato Grosso do Sul, chegando a quase metade dos municípios com 46%. Os municípios do Estado do Mato Grosso vêm um pouco mais abaixo, com cerca de 36%, e Goiás bem mais abaixo com cerca de 27%. O Distrito Federal não foi levado em conta, devido ao fato de se constituir de apenas um município.

Na Região Nordeste, percebe-se uma grande discrepância dos estados em relação aos resultados apresentados. Nota-se, basicamente, a existência de três grandes grupos bem distintos: um primeiro grupo, com percentuais próximos aos 40%, composto por Ceará (37%), Sergipe (40%), Bahia (41%) e Rio Grande do Norte, que com 46% é o maior de toda a região; um segundo grupo, com percentuais próximos aos 20%, composto por Pernambuco (20%) e Paraíba e Alagoas, ambos com 21%; e, finalmente, um último grupo composto por Maranhão e Piauí. Os dois estados têm percentuais extremamente baixos de existência de página na Internet, 7% e 11%, respectivamente, demonstrando uma capacidade reduzida de interação com o público através da informática.

Na Região Norte é onde se verifica os menores percentuais de existência de página na Internet (16%). Rondônia é o único estado que detém um percentual maior,

com cerca de um terço dos seus municípios. Os demais estados encontram-se por volta dos 20%, com exceção do Tocantins que apresenta apenas 9% dos municípios com página na Internet.

Serviços disponibilizados na página

Os tipos de serviços mais frequentes nas páginas na Internet são os chamados serviços informativos, presentes em 28% dos municípios brasileiros. Estes serviços dizem respeito, basicamente, à localização dos logradouros, alguns endereços úteis, informações turística e cultural acerca do município. Nos municípios com mais de 500 000 habitantes, registra-se um percentual de 76%, contra apenas 19% nos municípios com até 5 000 habitantes. Ressalta-se o Estado do Rio de Janeiro, com mais da metade dos municípios, cerca de 62%, disponibilizando serviços nas páginas. Em seguida, por volta dos 40%, encontram-se São Paulo, Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

O segundo tipo de serviço mais frequente é aquele que trata do Diário Oficial, das finanças públicas, estatísticas e legislação municipais, presente em cerca de 16% dos municípios brasileiros. De novo, verifica-se maior existência nos municípios maiores, com mais de 500 000 habitantes (82%) em relação aos municípios com até 5 000 habitantes (10%). O destaque individual novamente é o Estado do Rio de Janeiro, com cerca de 31% dos municípios com existência deste serviço, seguido de perto por São Paulo (28%), Minas Gerais e Paraná (ambos com 24%).

O terceiro tipo de serviço mais frequente é o de notícias, com cerca de 11% dos municípios. Entende-se como notícias, principalmente condições do trânsito, condições climáticas e outras que dizem respeito a informações específicas acerca do município. Enquanto nos municípios com mais de 500 000 habitantes está presente em cerca de 82%, nos municípios com até 5 000 habitantes têm-se um índice de apenas 5%.

O quarto tipo de serviço mais frequente é o de *link* para outros órgãos municipais, ou seja, a partir da página oficial do município, consegue-se acessar um *link* para a página de outros órgãos municipais. Este serviço é presente em cerca de 10% dos municípios brasileiros, sendo 79%, nos municípios com mais de 500 000 habitantes, e de apenas 4%, nos municípios com até 5 000 habitantes. Somente dois estados estão acima de 20%: Rio de Janeiro (31%) e São Paulo (22%); os demais encontram índices bem abaixo deste percentual.

Os demais serviços apresentam todos índices abaixo de 10%, considerando o total Brasil. Pode-se citar entre estes serviços: licitações (informações acerca de processos licitatórios municipais com 9%), ouvidoria (com possibilidade de atendimento ao cidadão e agendamento, com cerca de 6%), acesso a formulários e documentos (inclusive formulários de IPTU, certidão negativa, etc., com cerca de 5%) e consulta a processos (com cerca de 3%).

A conclusão de todos estes dados é que no caso dos serviços propriamente de relacionamento com o cidadão, como ouvidoria, acesso a formulários e consulta a processos, os índices encontrados como disponibilizados nas páginas na Internet ainda é muito baixo, demonstrando que as municipalidades devem investir muito ainda no aprimoramento desta ferramenta tão importante nos dias atuais.

Tabela 10 - Municípios, total e com existência de página na Internet e de serviço de atendimento, segundo classes de tamanho da população dos municípios e Grandes Regiões - 2004

Classes de tamanho da população dos municípios e Grandes Regiões	Municípios		
	Total	Existência de	
		Página na Internet	Serviço de atendimento
Total	5 560	2 163	4 235
Classes de tamanho da população			
Até 5 000	1 359	384	1 023
De 5 001 a 20 000	2 631	857	1 983
De 20 001 a 100 000	1 317	705	999
De 100 001 a 500 000	219	184	198
Mais de 500 000	34	33	32
Grandes Regiões			
Norte	449	76	219
Nordeste	1 792	500	1 235
Sudeste	1 668	774	1 404
Sul	1 188	658	984
Centro Oeste	463	155	393

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais, Sistema de Contas Nacionais 2003.

Serviços de atendimento ao público

Com relação ao oferecimento, por parte do poder público municipal, de serviços de atendimento ao público, através de outros meios de comunicação, verifica-se uma existência quase total na faixa populacional de municípios com mais de 500 000 habitantes, com apenas dois municípios (Jaboatão dos Guararapes em Pernambuco, e Duque de Caxias, Rio de Janeiro) tendo informado não dispor de nenhum atendimento ao público. Na segunda faixa de maior população (de 100 001 até 500 000 habitantes), também há um índice elevado (90%). Entretanto, nas demais faixas, a existência de serviços de atendimento ao público tem o percentual um pouco menor, com aproximadamente 75% dos municípios, tendo declarado possuí-lo.

Pela análise regional, nota-se, claramente, uma maior predominância destes serviços em três regiões do Brasil: Sudeste (84%), Sul (82%) e Centro-Oeste (84%). O Nordeste vem um pouco mais abaixo, com 68%, e o Norte com menos da metade dos municípios com tal oferta.

Assim, não se levando em conta os estados pertencentes a estas três maiores regiões, destacam-se com índice superior a 80% de oferta de serviços de atendimento ao público os Estados do Piauí (95%) e Alagoas (81%). Mas estes dois exemplos são casos isolados, não se configurando uma regra para o Nordeste e Norte do País. No caso do Piauí, o telefone convencional ainda vem substituindo a página na Internet, visto que o percentual de participação do telefone é o mais alto do País, aliado a um baixo percentual de existência de página na Internet.

Com relação aos tipos de serviços disponibilizados, o mais importante é o telefone convencional, com cerca de 71% dos municípios brasileiros. Até os municípios de pequeno porte apresentam um índice elevado deste tipo de serviço, e não tão discrepante daqueles de maior porte. Regionalmente, a Região Norte é aquela que apresenta o menor percentual de telefone convencional, com menos da metade dos municípios informados. O Nordeste tem cerca de 63% dos municípios com telefone convencional. As demais regiões apresentam um índice bem próximo de cerca de 80%.

O segundo tipo de serviço mais freqüente é o fax, com 66%. Novamente as três principais regiões do País apresentam um desempenho bem parecido, com cerca de 75% dos municípios com existência de fax. O Nordeste vem com um percentual um pouco acima de 50% e o Norte com apenas 37% dos municípios.

O terceiro serviço mais disponibilizado é o *e-mail*, com 56% dos municípios, tendo apresentado este serviço. É interessante notar que no caso dos municípios com mais de 500 000 habitantes, o uso do *e-mail* é tão elevado como o de telefone convencional, ou seja, para os grandes municípios onde a existência de página na Internet é maior, resulta em uma grande utilização de *e-mail* como forma de comunicação entre a administração pública e o público em geral. Esta é a única faixa populacional onde ocorre isto. Novamente, as três principais regiões demonstram um resultado bem parecido, com um percentual próximo a 70%. O Nordeste apresenta um índice bem inferior, cerca de 39%, enquanto a Região Norte carece ainda mais deste serviço (20%).

Em seguida a estes tipos de serviços, seguem-se em grau de importância o correio (com 51%), o jornal (com 30%), a Internet (com 24%) e por último o telefone exclusivo para o atendimento (com apenas 4%). Em relação a este último serviço, percebe-se que ele só tem importância, basicamente, para aqueles municípios com mais de 500 000 habitantes (70%), mostrando que para os demais trata-se de um elevado custo disponibilizar um telefone para uso exclusivo de atendimento ao público.

Mapa 6 - Municípios com existência de página na Internet e serviços de atendimento disponibilizados - Brasil - 2004



Fontes: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais; IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

Segurança e justiça

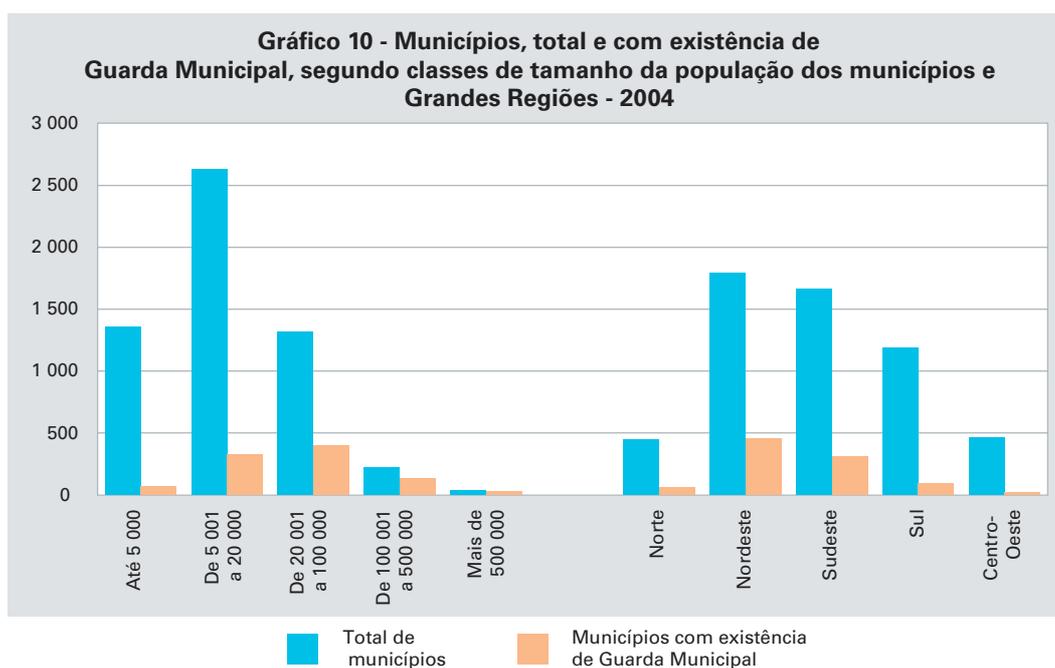
Seguindo a análise da gestão pública que vem sendo feita pelo IBGE desde 1999, a Pesquisa de Informações Municipais - MUNIC 2004 incluiu um bloco de perguntas sobre Segurança Pública e Justiça, com o objetivo de coletar informações sobre alguns equipamentos de segurança pública e de justiça no âmbito municipal, de forma a auxiliar no planejamento e na formulação de políticas para essa área.

As informações foram coletadas junto ao órgão de maior hierarquia na estrutura administrativa das prefeituras e foram investigadas as instituições: Guarda Municipal, Juizado Especial Cível, Juizado Especial Criminal e Delegacia de Mulheres.

Sobre a Guarda Municipal, foram pesquisados os seguintes aspectos: existência, efetivo - total e por sexo, atribuições e uso de arma de fogo. Foi também investigada a existência de juizados especiais cível e criminal nos municípios, o quantitativo dos mesmos, bem como a existência e número de Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher.

Guarda Municipal

De acordo com os resultados da pesquisa, em 2004 havia 950 municípios com Guarda Municipal no Brasil, distribuídos conforme o Gráfico 10.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2004.

Como pode ser observado, os municípios com população entre 20 001 e 100 000 habitantes são os que apresentam a maior freqüência desse equipamento. Quanto às Grandes Regiões, a Nordeste e a Sudeste têm o maior número de municípios com Guarda Municipal, destacando os Estados de São Paulo (194) e Bahia (188).

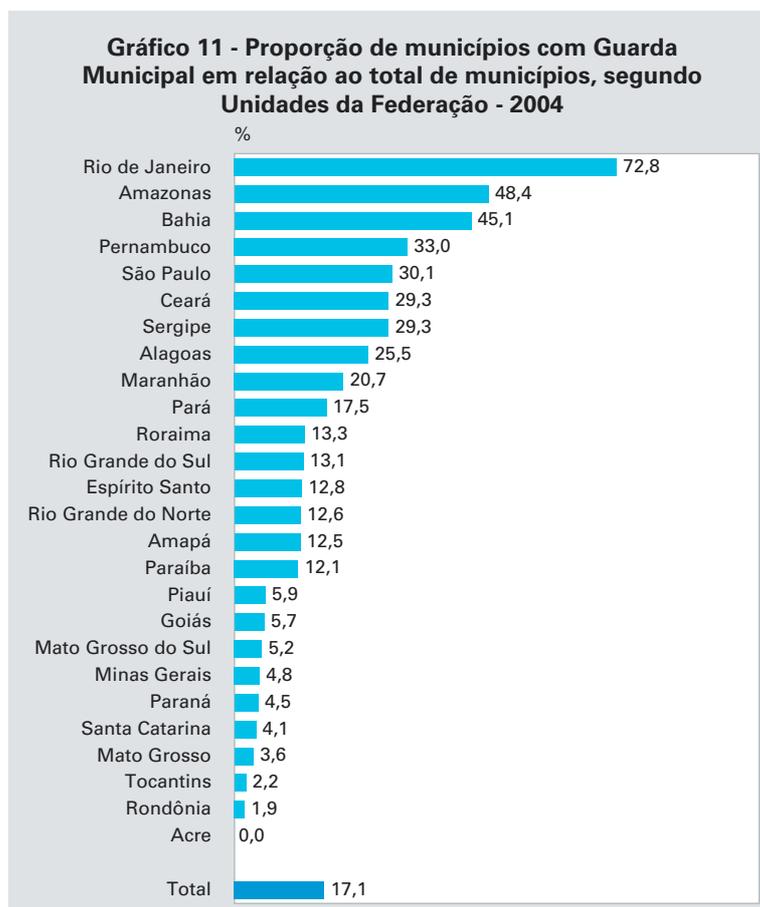
No entanto, é necessário salientar que os estados brasileiros possuem números de municípios muito desiguais. Enquanto Minas Gerais tem 853 municípios e São Paulo 645, Amapá e Roraima têm 16 e 15, respectivamente. Por isso, é necessário observar não apenas a distribuição bruta dos serviços e equipamentos nos municípios, mas também a sua distribuição em relação ao total de municípios existentes em cada Unidade da Federação.

Dessa forma, obtemos uma informação diferenciada para o mesmo dado, conforme disposto no Gráfico 11, onde os 950 municípios que têm Guarda Municipal estão representados nos 17,1% do total de municípios, distribuídos proporcionalmente por Unidades da Federação. Destacam-se, nesse gráfico, o Estado do Rio de Janeiro, com 72,8%, e o Acre, com 0% de seus municípios com Guarda Municipal.

Apesar de as atribuições das Guardas Municipais previstas na Constituição Federal² serem apenas a proteção de bens, serviços e instalações do município, ob-

² A Constituição Federal de 1988 dispõe em seu Capítulo Terceiro sobre a segurança pública e no parágrafo 8 consta que "os Municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a lei."

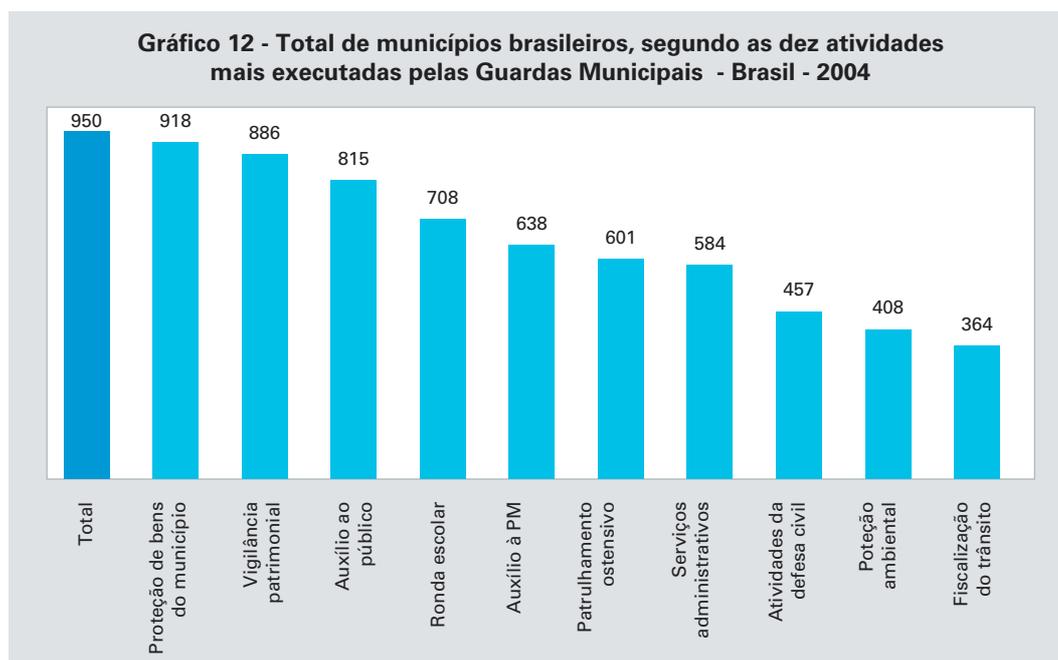
serva-se que na realidade elas ultrapassam em muito o limite dessas funções e são muito diversificadas. Segundo os resultados da MUNIC 2004, as Guardas Municipais também auxiliam a Polícia Militar, fiscalizam o trânsito, fazem ronda escolar e patrulham as vias públicas, entre outras funções.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2004.

Como é demonstrado no Gráfico 12, dos 950 municípios que têm Guarda Municipal no Brasil, em 918 municípios as Guardas encarregam-se da proteção de bens, serviços e instalações do município. Além dessa função, a vigilância e segurança patrimonial estão presentes em 886 municípios, o auxílio ao público, em 815, a ronda escolar, em 708 e o auxílio à Polícia Militar, em 638.

A Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP, do Ministério da Justiça elaborou, em 2003, o Plano Nacional de Segurança Pública, onde analisa a situação da segurança pública no País e aponta caminhos para a resolução dos problemas diagnosticados na área. Nesse documento, a Guarda Municipal é conceituada pela ausência de uma série de características e atributos:



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2004.

Hoje, muitas Guardas não têm metas claras, não atuam segundo padrões comuns, não experimentam uma identidade institucional, (...) sequer dispõem de um organograma bem composto, transparente, articulado a uma dinâmica de fluxos racionalizados e apoiado em um regimento disciplinar moderno e funcional, (...) não têm hierarquia, cadeia de comando ou gerenciamento adequado de informações, [faltando], em muitas, os fundamentos mínimos para que a organização mereça esse nome e se governe pelos princípios do planejamento, que supõem diagnósticos consistentes e avaliações regulares.

Os regimes de trabalho nas guardas de vários municípios não estão padronizados e não há uniformização nem mesmo no plano do vestuário ou no acesso a armamento - esse acesso, aliás, pode provocar uma tragédia, a qualquer momento, pois geralmente não é condicionado a treinamento profissional adequado (BISCAIA, 2005, p. 48).

Finalizando essa caracterização negativa das Guardas Municipais, o Plano Nacional de Segurança Pública afirma, ainda:

não havendo uma instituição, no sentido pleno da palavra (...). Em suma, falta praticamente tudo, na maioria das nossas guardas municipais. Mas, antes e acima de tudo, falta uma política que as constitua como protagonistas da segurança municipal e lhes determine um perfil, uma identidade institucional, um horizonte de ação, um conjunto de funções e, muito particularmente, lhes atribua metas claras, publicamente reconhecidas (BISCAIA, 2005, p. 48-49).

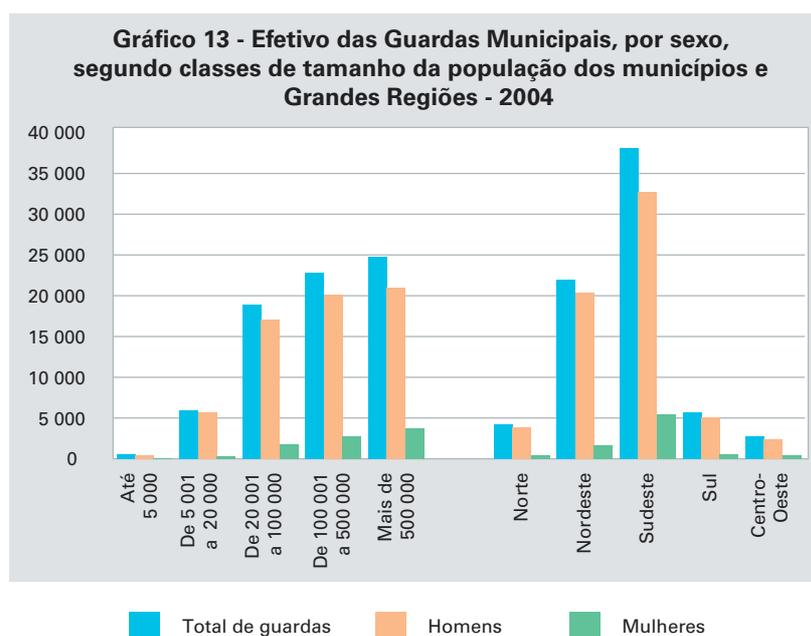
Outro documento, produzido posteriormente pela Secretaria Nacional de Segurança Pública-SENASP do Ministério da Justiça, propõe uma série de procedimentos e ações com o objetivo de qualificar as Guardas Municipais no País: a *Matriz Curricular Nacional para a Formação das Guardas Municipais* consiste em "um marco de referência para as ações formativas a serem empreendidas por todas as Guardas Municipais, contribuindo para o fortalecimento e institucionalização do Sistema Único de Segurança Pública - SUSP" (MATRIZ..., 2005, p.6).

A inexistência de uma padronização das Guardas Municipais no Brasil, apontada pela SENASP e mencionada em outra publicação do IBGE (PERFIL..., 2005a), ocorre também quando se observa seu efetivo.

Nota-se que a distribuição das Guardas Municipais segundo seu efetivo está diretamente atrelada ao tamanho da população residente. Dos 950 municípios que têm Guarda Municipal, 215 possuem um efetivo de até dez guardas (22,6%), sendo que 110 desses estão na Região Nordeste. Cabe ressaltar que desses 110 municípios, 99 têm menos de 30 000 habitantes. A Região Sul também chama a atenção, pois dos seus 95 municípios com Guarda Municipal, 42 (44,2%) têm um efetivo de até dez guardas. Cabe ressaltar que desses 42 municípios, 39 têm até 30 000 pessoas residentes.

Já os cinco municípios, com maior porte populacional que têm Guarda Municipal (São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Fortaleza e Curitiba) possuem, juntos, um efetivo de 12 836 guardas, o que representa 20% do total geral do efetivo das guardas no País.

Quanto à participação feminina no efetivo das Guardas Municipais, os resultados da pesquisa demonstram que é de 11,7% no País, sendo encontrados os maiores percentuais em Mato Grosso (23,2%), São Paulo (16,0%) e Piauí (16,0%); e os menores em Roraima (0%), Bahia (3,9%) e Espírito Santo (9,6%). Percebe-se, também, um aumento da participação feminina conforme aumenta a população do município (Gráfico 13).



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2004.

Quanto ao uso de arma de fogo pelas Guardas Municipais, a legislação que trata do assunto³ dispõe que é permitido o porte de arma de fogo em todo o Território Nacional para os integrantes das Guardas Municipais dos municípios com mais de 50 000 habitantes e os que integram as regiões metropolitanas, independente do tamanho da população residente. É destacado, também, na lei, que esse porte é permitido aos profissionais que integram das Guardas Municipais, apenas quando estão em serviço. Dispõe ainda a Lei nº 10.867 que:

“a autorização para o porte de arma de fogo das guardas municipais está condicionada à formação funcional de seus integrantes em estabelecimentos de ensino de atividade policial e à existência de mecanismos de fiscalização e de controle interno, nas condições estabelecidas no regulamento desta Lei, observada a supervisão do Comando do Exército”

De acordo com os resultados da pesquisa, 139 dos 950 municípios que têm Guarda Municipal utilizam arma de fogo, o que representa 14,6%.

Há nove Unidades da Federação que têm Guarda Municipal, mas não fazem uso de arma de fogo: Rondônia, Amazonas, Roraima, Amapá, Tocantins, Piauí, Minas Gerais, Santa Catarina e Goiás.

Dos municípios que têm Guarda Municipal na Região Norte, só o Pará usa (28,0% dos municípios que têm Guarda Municipal). No Nordeste, apenas 5,7% dos municípios que têm Guarda Municipal usam arma de fogo.

Nos municípios da Região Sudeste que têm Guarda, 29,2% usam arma de fogo. Na Região Sul, esse percentual é de 13,7% e na Centro-Oeste é de 8,7%.

No Mapa 7, observa-se como acontece essa distribuição no Brasil, e o Estado de São Paulo chama a atenção, pois 85 dos 194 municípios com Guarda Municipal usam arma de fogo, o maior quantitativo absoluto e relativo do País, 43,8%.

Quando se analisa esse dado a partir do porte populacional dos municípios, verifica-se que naqueles com mais de 500 000 habitantes, 65,4% das Guardas existentes usam arma de fogo e conforme o tamanho da população decresce, o mesmo acontece com o uso de arma de fogo.

Foi constatado também na MUNIC 2004 que as funções da Guarda Municipal armada não se diferenciam da não-armada, bem como o efetivo, ou seja, independente do número de integrantes e das atribuições, a Guarda usa ou não arma de fogo.

³ Lei nº 10.867, de 12 de maio de 2004, que altera o conteúdo da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003. Além dessas, ver, também. Medida Provisória nº 157, de 23 de dezembro de 2003.

Mapa 7 - Uso de arma de fogo pelas Guardas Municipais - Brasil - 2004



Fontes: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais; IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

Juizados especiais

Os Juizados Especiais Cíveis e Juizados Especiais Cíveis, que substituíram os antigos Tribunais de Pequenas Causas, são instâncias criadas pela Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, com o objetivo de permitir à população um acesso mais amplo e mais rápido à justiça em casos de demandas consideradas de baixa complexidade e que envolvem valores monetários reduzidos.

Aos Juizados Especiais Cíveis, existentes em 1 732 municípios, cabe processar e julgar as causas sobre direitos patrimoniais cujo valor não exceda a 40 vezes o salário mínimo, incluindo nessas causas as ações de despejo para uso próprio e as de posse de bens imóveis.

Aos Juizados Especiais Criminais, presentes em 1 475 municípios, compete a conciliação, o julgamento e compete a conciliação, o julgamento e a execução das infrações penais de menor potencial ofensivo. De acordo com a referida Lei, os delitos de menor potencial ofensivo são as contravenções penais e os crimes cuja pena máxima seja de até dois anos⁴.

A MUNIC 2004 investigou a existência desses equipamentos nos municípios brasileiros, bem como o quantitativo dos mesmos. O Mapa 8 mostra a distribuição dos Juizados no Território Nacional, podendo-se observar logo de imediato a concentração desses serviços nos municípios das Regiões Sudeste e Sul, e parte da Nordeste.

Mapa 8 - Juizados Especiais Cível e Criminal - Brasil - 2004



Fontes: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais; IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

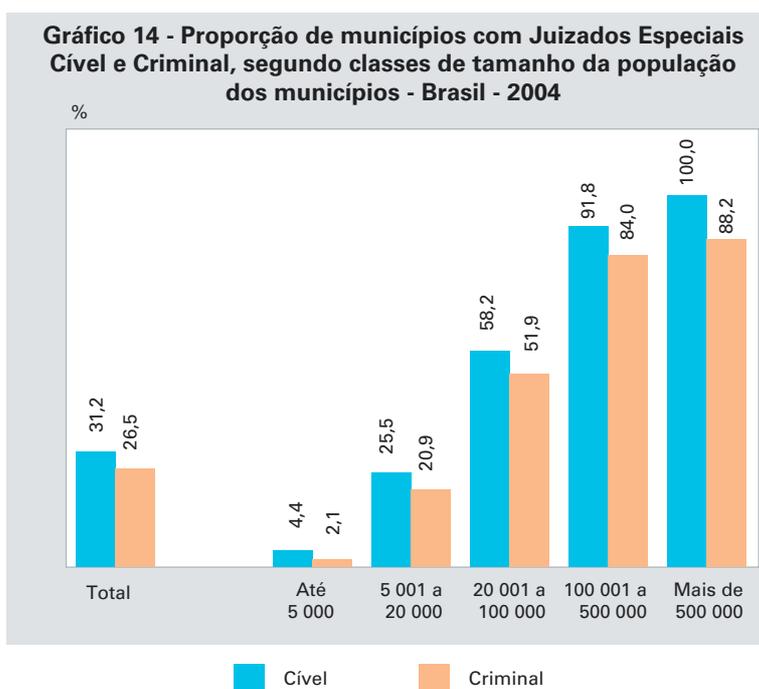
⁴ Os Juizados Federais começaram a funcionar em 2002 (Lei nº 10.259, de 12 de julho de 2001) e sua criação aumenta para até dois anos de reclusão os crimes de pequeno potencial ofensivo, fixado em um ano pela Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995.

O Rio de Janeiro é a Unidade da Federação que tem mais municípios com os dois tipos de Juizado (77,2% do Criminal e 82,6% do Cível), já o Piauí é o que tem menos dos dois (6,3% do Criminal e 6,8% do Cível).

Quando se consideram as Grandes Regiões, a Centro-Oeste se destaca com a maior proporção de municípios com os dois Juizados no País: Cível (47,5%) e Criminal (39,5%). A Nordeste apresenta a menor proporção dos dois, respectivamente 18,5% e 17,1%.

Como acontece com os outros serviços de segurança pública analisados nesta pesquisa, quanto maior o número de pessoas residentes nos municípios, maior a oferta desses, conforme gráfico a seguir. Nota-se também que o total de municípios com Juizados Especiais Cíveis ultrapassa o de Juizados Especiais Criminais.

Dos municípios com mais de 500 000 habitantes, quatro informaram não ter Juizados Especiais Criminais em 2004: São Luís, no Maranhão; Feira de Santana, na Bahia; e Osasco e Santo André, em São Paulo.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2004.

Tendo em vista que a competência dos Juizados Especiais Criminais refere-se às infrações penais consideradas de menor potencial ofensivo, pesquisadores da área vêm discutindo sobre possíveis conseqüências da instalação desses Juizados sobre as Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher:

Os Juizados Especiais Criminais tiveram, e continuam tendo, uma série de conseqüências sobre (...) as delegacias da mulher. (...) Retiraram destas o papel de mediação de uma série de conflitos que compõem a grande maioria das queixas ali processadas, dando novo sentido à sua criminalização. Isto porque os delitos de lesão corporal (de natureza leve) e ameaça, cujas penas são inferiores a um ano, continuaram sendo os mais registrados nas delegacias da mulher (SANTOS..., 2005).

Como será visto a seguir, o número de Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher, no Brasil, ainda é muito reduzido para se pensar na possibilidade de as demandas apresentadas por mulheres estarem sendo transferidas para os Juizados Especiais Criminais de forma generalizada. Pode-se, sim, afirmar apenas que a competência desses Juizados também abrange os crimes mencionados de ameaça e lesão corporal.

Delegacia de mulheres

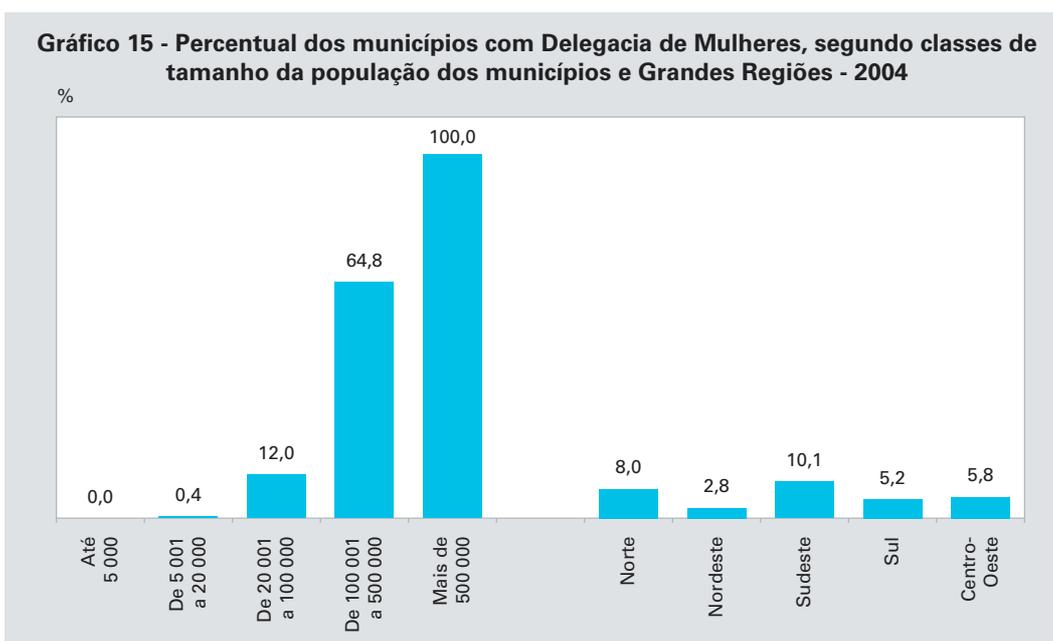
Desde a criação da primeira Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher - Deam, em São Paulo, no início da década de 1980, o processo de prevenção à violência contra a mulher no Brasil, principalmente a violência doméstica, vem crescendo, mas muito timidamente.

As atribuições dessas Delegacias variam conforme a Unidade da Federação e, em alguns estados, não só mulheres, mas também crianças, adolescentes, homossexuais e idosos são atendidos por esse serviço (OBJETIVOS..., 2005, p.84).

De acordo com os resultados da MUNIC, em 2004 havia 345 municípios com Delegacia de Mulheres. Apesar de todas as Unidades da Federação contarem com, pelo menos, uma Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher, quando se observa o tamanho das populações dos municípios, constata-se que nenhum dos 1 359 municípios com até 5 000 habitantes tem esse equipamento.

Os percentuais nas Unidades da Federação variam de 1,7% (Bahia) a 18,2% (Mato Grosso do Sul). São Paulo, que foi o primeiro estado a ter Deam, possui 113 municípios com esse equipamento, o que corresponde a 17,5% de seus 645 municípios.

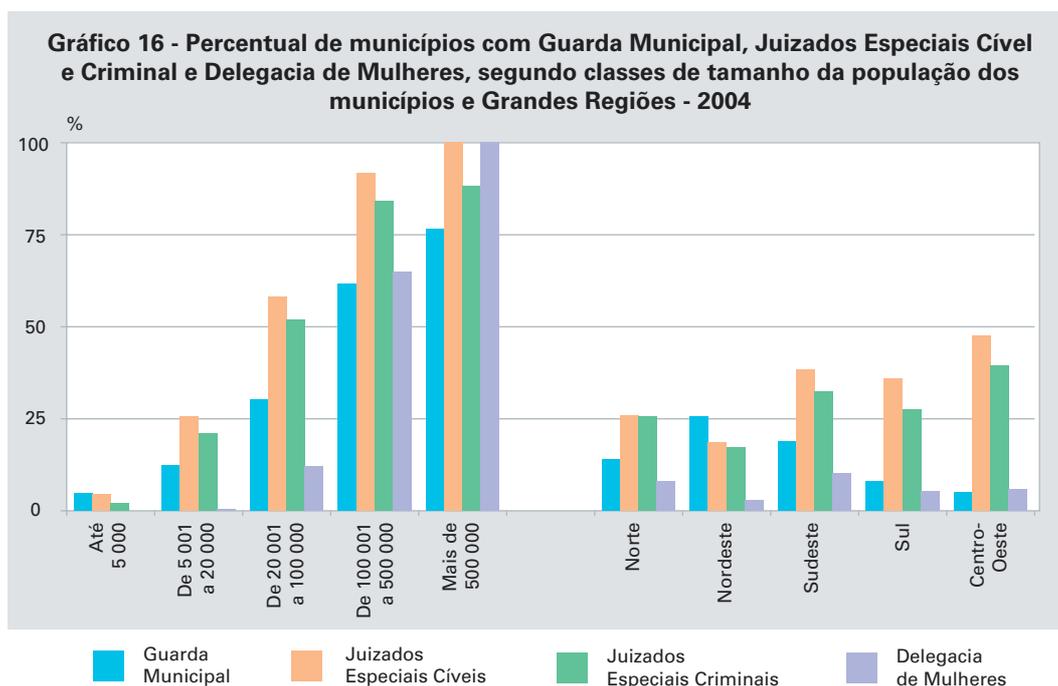
Como se observa no gráfico a seguir, a Região Sudeste se destaca com 10,1% dos municípios com Deam e a Nordeste com apenas 2,8%.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2004.

Apenas em 12 dos 34 municípios com mais de 500 000 habitantes foi informado haver mais de uma Delegacia de Mulheres. A grande maioria desses municípios está localizada na Região Sudeste dez, havendo, ainda, um na Região Nordeste e outro na Região Sul.

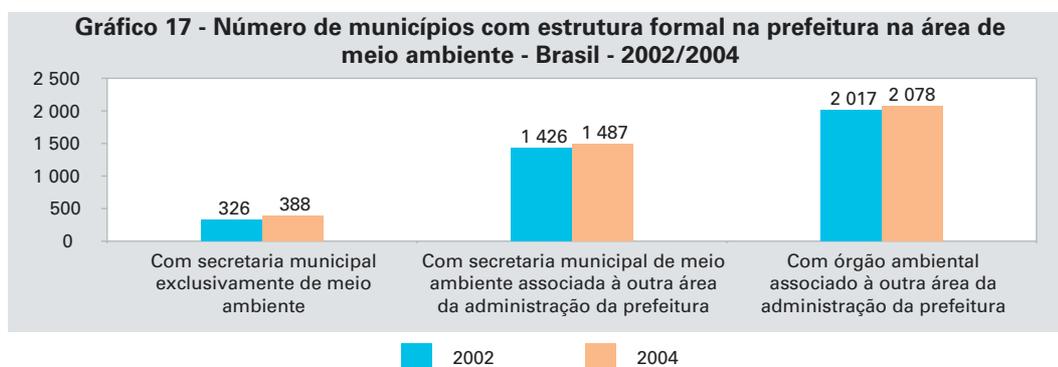
Avaliando a cobertura nacional dos serviços pesquisados pela MUNIC 2004 na área da Segurança Pública e da Justiça (Gráfico16), pode-se concluir que a grande diversidade dos municípios brasileiros quanto ao porte populacional e à diferenciada distribuição desses pelas Grandes Regiões, explicitam o quão desigual é a oferta dos serviços públicos municipais no País.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2004.

Meio ambiente - estrutura administrativa e articulação institucional

Os dados da Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC 2004 revelaram um incremento, em face dos resultados obtidos no Suplemento de Meio Ambiente de 2002⁵, na institucionalização da gestão ambiental local. Em 2002, existiam 3 769 municípios com algum órgão na estrutura formal das prefeituras com atribuições relacionadas especificamente à área do meio ambiente. Em 2004, este número aumentou para 3 953, passando de 68% para 71% a proporção de municípios com estrutura formal em gestão ambiental, aí considerados os que têm secretaria municipal - exclusivamente tratando da gestão ambiental ou dela cuidando de forma conjugada à outra área da administração do município - e os que possuem algum órgão de meio ambiente na estrutura da prefeitura, ainda que subordinado à secretaria de outra área (Gráfico 17).

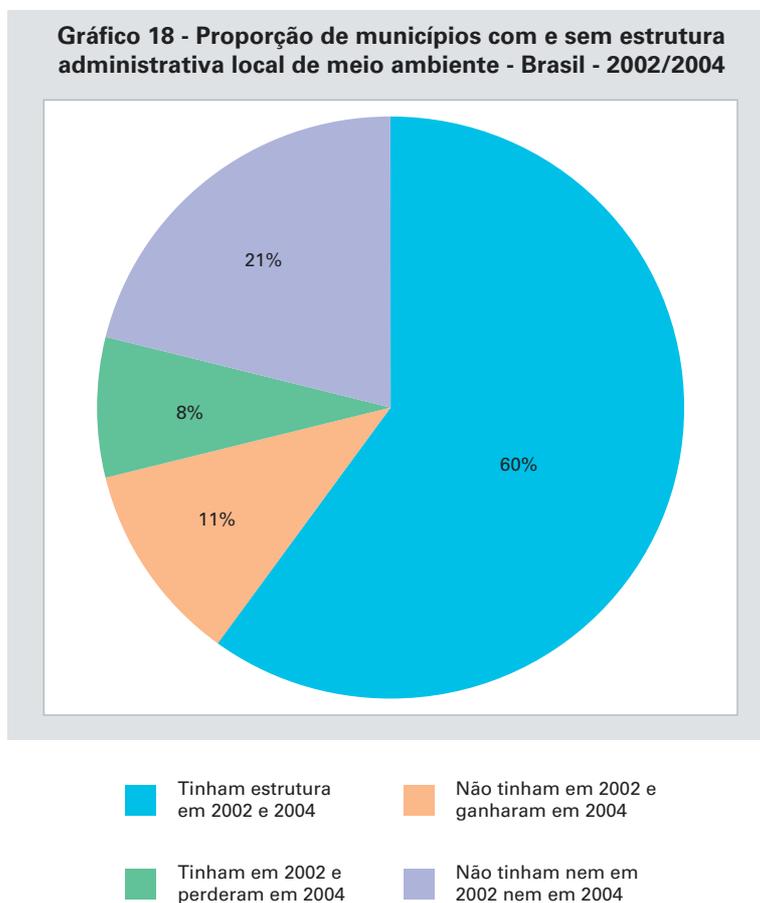


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2002/2004.

⁵ A Pesquisa de Informações Básicas Municipais investigou, em 2002, através de um Suplemento de Meio Ambiente, um extenso conjunto de informações acerca da gestão ambiental efetivamente praticada nos municípios brasileiros, bem como informações sobre as condições do meio ambiente local. O conjunto de tabelas e textos analíticos sobre os resultados foram divulgados na publicação *Perfil dos municípios brasileiros: meio ambiente 2002*, lançada em 2005.

É importante, no entanto, ressaltar que, se entre 2002 e 2004 um conjunto de municípios incorporou algum órgão ambiental em sua estrutura administrativa formal, um outro conjunto deixou de contar com órgão de meio ambiente na prefeitura. Neste último caso, estão incluídos 430 municípios, enquanto no primeiro (municípios que não tinham estrutura em 2002 e passaram a tê-la em 2004) foram encontrados 615 municípios, perfazendo um total a mais, em relação a 2002, de 184 municípios. Ainda que tenha havido, portanto, entre as duas pesquisas, um incremento no número de municípios com órgão ambiental, estes números mostram que a gestão ambiental ainda não está perfeitamente consolidada no conjunto das prefeituras brasileiras. Entre os 3 338 municípios (60% do total) que tinham estrutura em 2002 e a mantiveram em 2004, mais da metade se encontram nas Regiões Sul e Sudeste.

Gráfico 18 - Proporção de municípios com e sem estrutura administrativa local de meio ambiente - Brasil - 2002/2004



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2002/2004.

Quando associada à outra área da administração municipal, a gestão local do meio ambiente permaneceu preferencialmente relacionada à agricultura, tal como ocorreu em 2002. É este o caso de 65% das 1 487 secretarias municipais associadas (são secretarias de agricultura e meio ambiente) e de 60% dos 2 078 órgãos de meio ambiente subordinados à outra secretaria. Outras áreas às quais a gestão ambiental está ligada em âmbito local são: obras, saúde e turismo.

A análise do quadro de funcionários em atividade em meio ambiente, por seu lado, sobretudo no conjunto de municípios que tinham órgão ambiental em 2002 e o mantiveram em 2004 (3 338 municípios), ou seja, que vêm apresentando alguma estabilidade no que concerne à estrutura local, permite que se façam algumas constatações relativamente ao número de servidores municipais dedicados especificamente à área ambiental⁶. Em primeiro lugar se constata que houve um aumento de 15%, em dois anos, no total do quadro, que passou de 29 924 para 34 271 servidores.

Tabela 11 - Municípios, total e funcionários ativos na área de meio ambiente, por regime de contratação, segundo Grandes Regiões - 2002/2004

Grandes Regiões	Municípios		Funcionários ativos na área de meio ambiente, por regime de contratação						Variação de aumento (%) 2002/2004		
	Total	Com estrutura em meio ambiente 2002/2004	2002			2004			Total	Com vínculo empregatício (estatutário ou CLT)	Sem vínculo empregatício
			Total	Com vínculo empregatício (estatutário ou CLT)	Sem vínculo empregatício	Total	Com vínculo empregatício (estatutário ou CLT)	Sem vínculo empregatício			
Brasil	5 560	3 338	29 924	22 391	7 533	34 271	21 696	12 575	15	(-) 3,1	67
Norte	449	256	2 426	1 779	647	3 072	2 030	1 042	27	14,1	61
Nordeste	1 792	889	5 290	3 066	2 224	6 388	3 617	2 771	21	18,0	25
Sudeste	1 668	940	13 217	10 247	2 970	14 955	9 682	5 273	13	(-) 5,5	78
Sul	1 188	918	7 193	6 012	1 181	7 290	5 033	2 257	1	(-) 16,3	91
Centro-Oeste	463	335	1 798	1 287	511	2 566	1 334	1 232	43	3,7	141

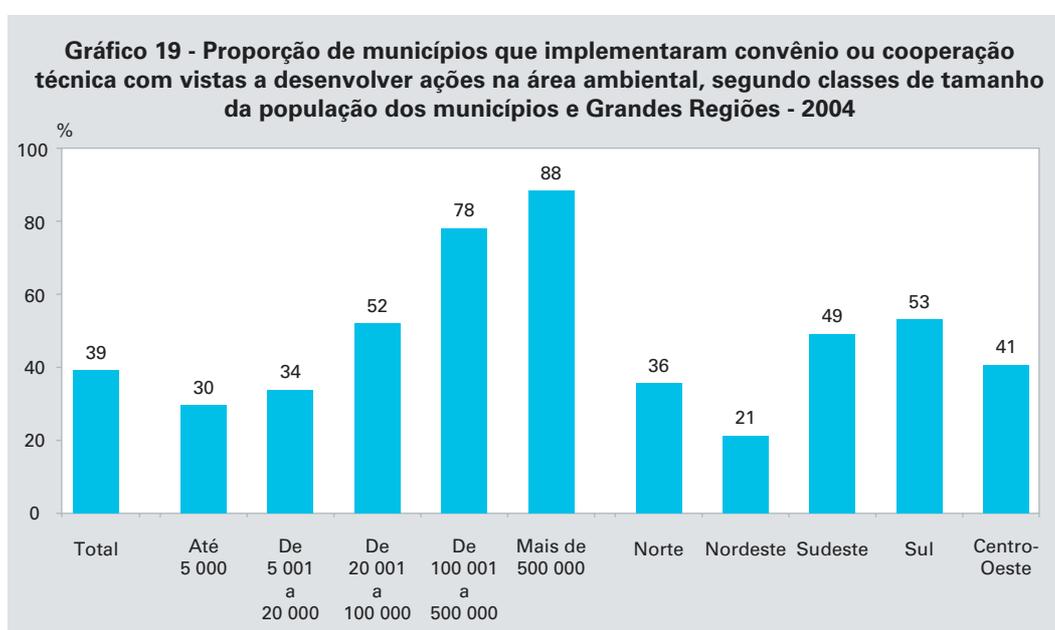
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2002/2004.

Em seguida, pode-se perceber que este aumento esteve vinculado, preferencialmente, à contratação de pessoal sem vínculo empregatício, ou seja, trabalhadores que não se enquadravam dentro da Consolidação das Leis do Trabalho CLT e não eram estatutários⁷. Assim, enquanto o número total de trabalhadores com vínculo diminuiu 3%, o número dos sem vínculo aumentou em 67% (ver Tabela 11). Observa-se, ademais, que os maiores aumentos proporcionais ocorreram entre os municípios das Regiões Centro-Oeste (141%), Sul (91%) e Sudeste (78%).

⁶ O número de funcionários dos 430 municípios que deixaram de ter órgão ambiental e, portanto, perderam funcionários, e o número de funcionários dos 614 municípios que o instituíram em 2004 praticamente se equivalem: são 1 170 no primeiro caso e 1 726 no segundo.

⁷ De acordo com o questionário da pesquisa, estavam incluídos entre os "sem vínculo empregatício" os funcionários comissionados, terceirizados e cooperativados, dentre outros.

No conjunto do País, cerca de 40% dos municípios declararam ter implementado, com instituições públicas ou privadas, nos 12 meses que antecederam à pesquisa, algum tipo de convênio ou cooperação técnica, com vistas a desenvolver ações na área ambiental (Gráfico 19)⁸. Esta proporção foi mais elevada no grupo de municípios com população acima de 100 000 habitantes. No recorte regional, destacaram-se as Regiões Sudeste e Sul, com cerca de 50% de seus respectivos municípios, tendo mantido algum convênio no período mencionado. A pesquisa constatou, ademais, que 73% dos municípios que firmaram convênios o fizeram com outro órgão público, seja federal, estadual ou municipal. Esta proporção foi ainda maior nas Regiões Norte e Centro-Oeste: pouco mais de 80%. Instituições ligadas à iniciativa privada, ONGs, órgãos de ensino e pesquisa ou universidades também foram citadas por cerca de 20% dos municípios como parceiros de convênios na área ambiental.



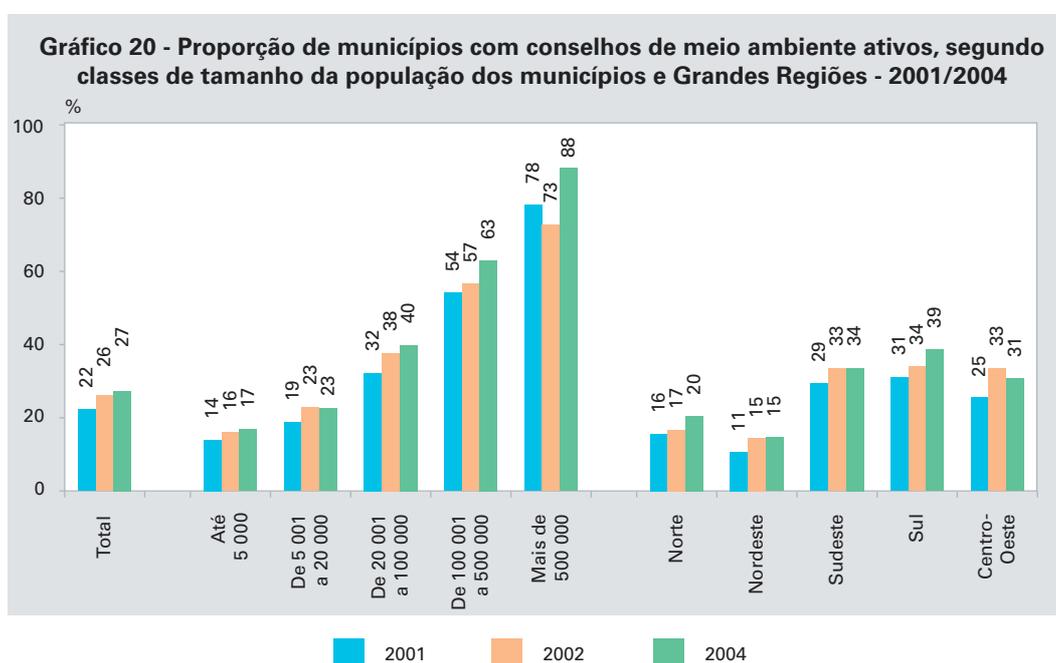
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2004.

Outras formas de articulação política que vêm sendo investigadas na área ambiental, nas últimas edições da Pesquisa de Informações Básicas Municipais, são a existência ou não de conselhos de meio ambiente em âmbito local, e a participação do município em comitês de bacia hidrográficas e/ou em consórcios intermunicipais.

Desde a Constituição de 1988, a criação de conselhos municipais vem sendo estimulada institucionalmente, com vistas a incorporar a participação da população às várias áreas da administração pública. A intenção tem sido inserir no processo de

⁸ Convênios são acordos firmados por entidades públicas de qualquer espécie, ou entre estas e organizações particulares, para a consecução de objetivos comuns entre os participantes. São pactos nos quais todos têm interesses comuns e coincidentes a atingir, podendo ser diversas as formas de contribuição e a divisão de responsabilidades acordadas entre os conveniados, inclusive o aporte de recursos necessários.

tomada de decisões, e de acordo com suas respectivas especificidades, entidades representativas do poder público, associações de moradores, entidades religiosas, organizações ambientalistas, entre outras. Na área ambiental, os conselhos municipais vêm se consolidando como espaço de participação social e de negociação de demandas e interesses, de maneira complementar às formas clássicas de representação indireta, via partidos políticos e poder legislativo. De acordo com informações obtidas desde 2001 pela MUNIC, a proporção de municípios onde existe conselho de meio ambiente em atividade⁹ vem crescendo lentamente, mas de forma consistente (Gráfico 20), destacando-se a Região Sul pela proporção de municípios onde este tipo de fórum está presente e em atividade (cerca de 40%).

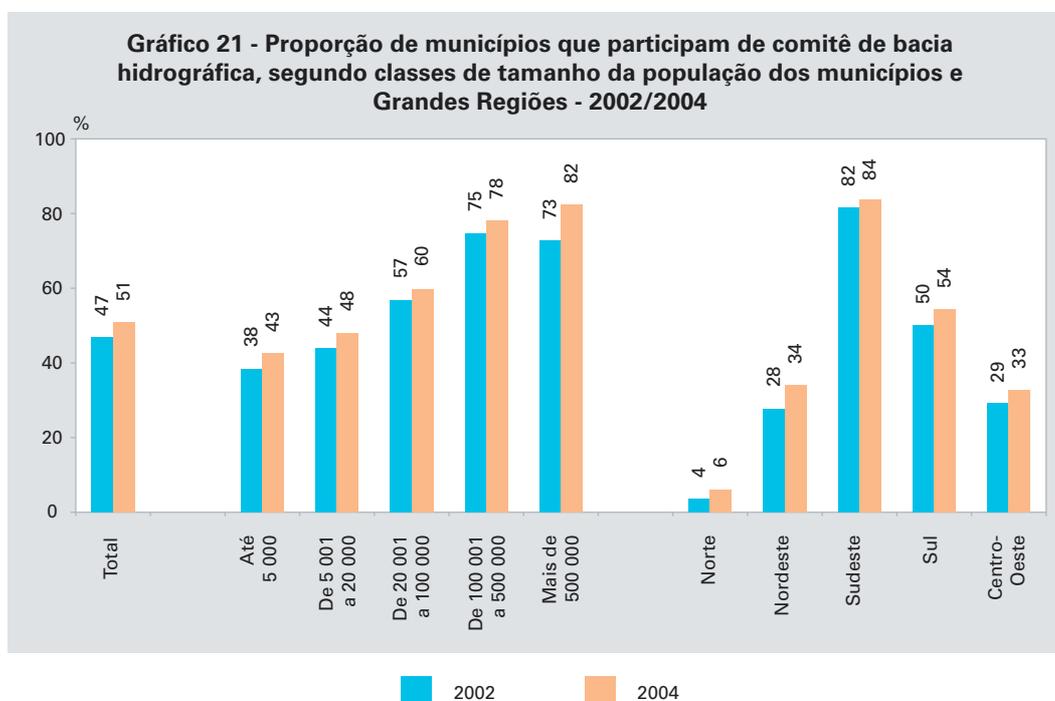


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2001/2004.

Os municípios também podem participar de comitês de bacia hidrográfica, órgãos colegiados compostos de representantes do poder público, da sociedade civil e dos usuários das águas e que cumprem o papel-chave de gerenciar bacias hidrográficas de forma participativa e descentralizada. São atribuições dos comitês: promover o debate sobre os recursos hídricos; articular a atuação de entidades intervenientes; arbitrar conflitos de uso das águas em primeira instância; aprovar e acompanhar a execução de planos de gestão dos recursos hídricos; e estabelecer os mecanismos de cobrança e os critérios de partilha de custos de obras e serviços, conforme disposto na Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, Artigos 37 e 38. Os municípios cujos territórios são abrangidos, no todo ou em parte, por alguma bacia hidrográfica, têm direito a representação no respectivo comitê.

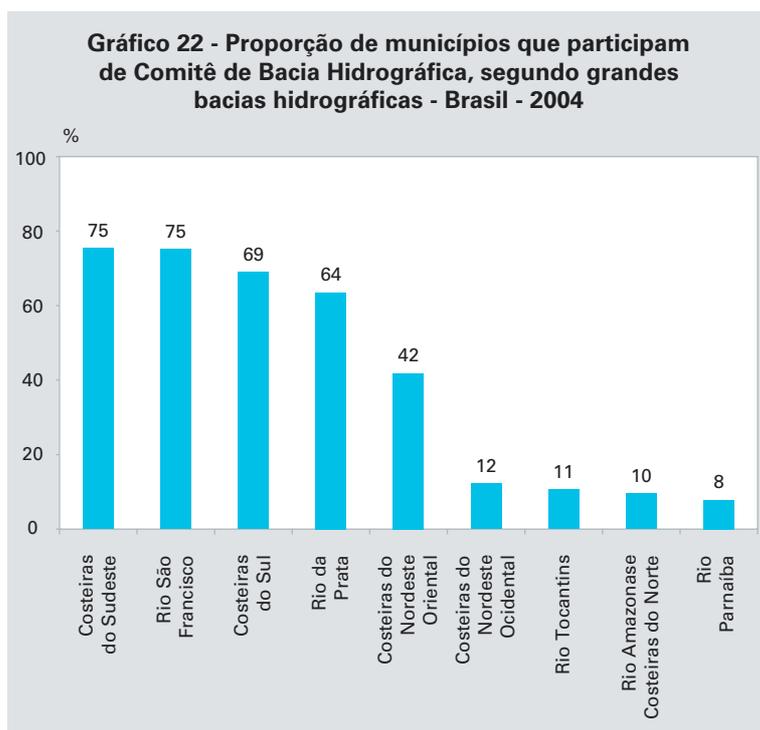
⁹A MUNIC tem caracterizado como conselhos ativos de meio ambiente aqueles que realizaram pelo menos uma reunião no prazo dos 12 meses anteriores à data da coleta da pesquisa.

Os resultados obtidos, na pesquisa de 2004, mostram que o número de municípios que participavam de comitês de bacia na ocasião da coleta já abrangia mais de 50% do total, tendo aumentado no País, de 2002 para 2004, em todas as regiões e em todas as faixas de população (Gráfico 21). Na análise regional, o Sudeste continua se destacando pela elevada proporção de seus municípios (84%) com participação em algum comitê; é bem verdade que o Estado de São Paulo contribui bastante para este resultado, uma vez que 95% de seus municípios estão em comitês de bacia. Vale ressaltar que a pesquisa encontrou um conjunto importante de municípios pertencendo a mais de um comitê (são 445 municípios neste caso), grupo que tem ampliadas, portanto, suas respectivas capacidades de articulação e interferência na tomada de decisões, quando de intervenções a serem implementadas no território.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2002/2004.

Com o objetivo de introduzir um corte analítico que privilegiasse a abordagem ambiental, as informações relativas à participação do município em comitês de bacias foram desagregadas em grandes bacias hidrográficas, dada sua importância estratégica no planejamento e na gestão de políticas territoriais. Esta abordagem está justificada quando se considera a necessidade da regulação dos recursos hídricos, tendo em vista as conseqüências político-sociais de seu uso compartilhado sobre a qualidade de vida da população. Os resultados mostram que a proporção de municípios participando de comitês de bacia é bastante importante no território compreendido pelas Bacias do Rio São Francisco, Costeiras do Sudeste, Costeiras do Sul e a do Rio da Prata (Gráfico 22). O Mapa 9 apresenta a distribuição territorial dos municípios neste recorte.



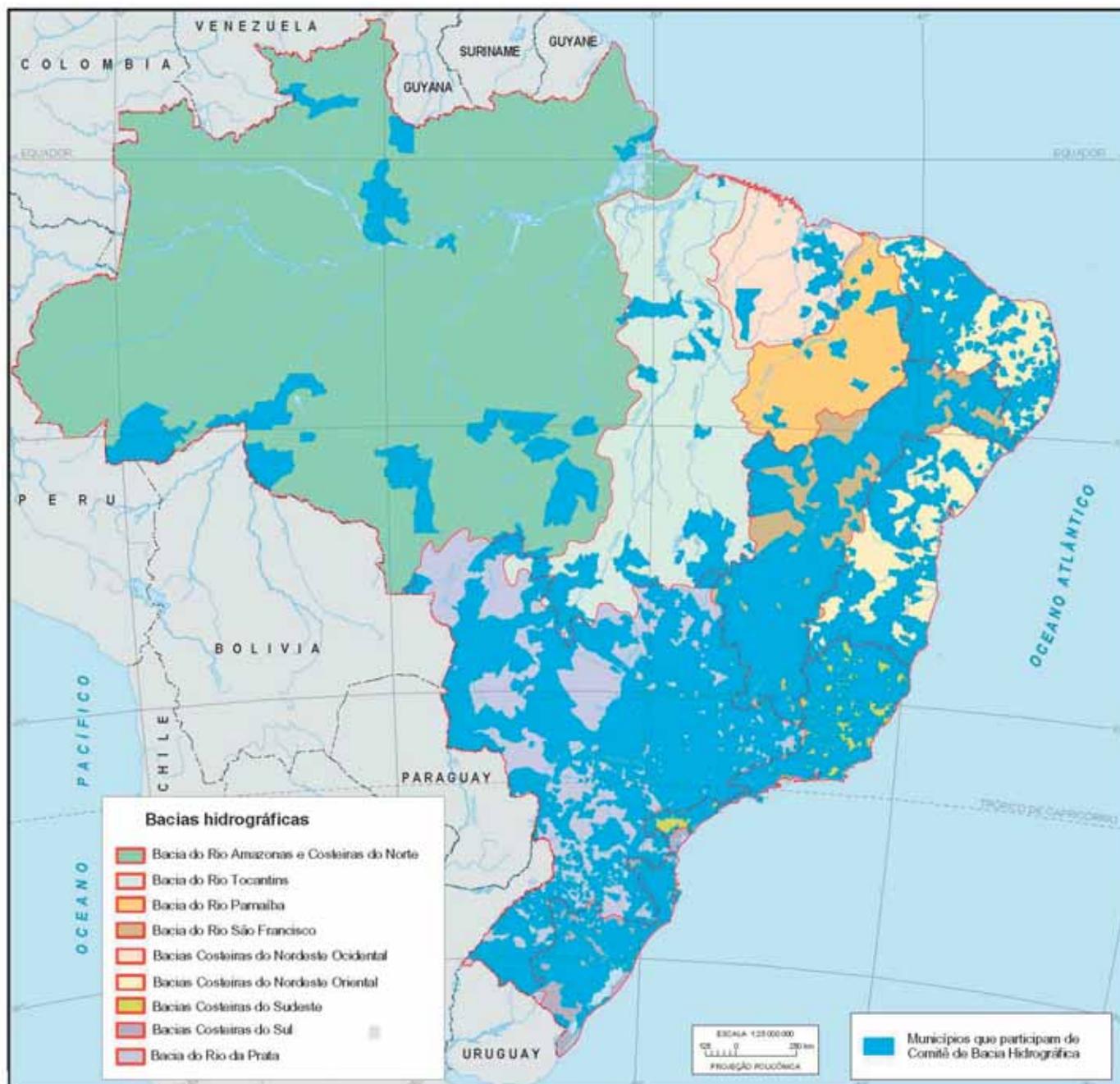
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2004.

O consórcio intermunicipal, outra possível forma local de articulação política, se refere a acordos firmados entre municípios, exclusivamente para a realização de objetivos de interesse comum por meio de obras, atividades e serviços comuns na região por eles abrangida¹⁰. Além de ampliar a capacidade de atendimento dos cidadãos e de resolução dos problemas sem prejuízo de sua autonomia, o consórcio intermunicipal aumenta o poder de diálogo das prefeituras em relação aos governos estadual e federal, e cria instâncias de expressão regional no tratamento de problemas locais. Os consórcios, em seus modos de implantação, podem ser simples pactos entre prefeitos, ou podem ter personalidade jurídica própria, contando com instâncias de direção, tal como um Conselho de Administração, composto pelos prefeitos dos municípios integrantes, regido por estatuto próprio. Os recursos financeiros dos consórcios podem originar-se de contribuições dos municípios participantes ou de receitas geradas por suas atividades.

Os resultados da pesquisa mostram que pouca coisa se alterou entre 2002 e 2004, no que se refere ao número de municípios (cerca de 20% do total) que vêm declarando participar de consórcios na área ambiental. Esta proporção é maior entre

¹⁰ Conforme esclarece Meirelles (2001, p. 397), o que distingue o consórcio do convênio é que este pode ser celebrado entre pessoas jurídicas de espécie distinta, enquanto consórcio só pode ser realizado entre entidades da mesma espécie - no caso, os municípios.

Mapa 9 - Municípios que participam de Comitê de Bacia Hidrográfica - Brasil - 2004



Fontes: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais; IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

os municípios com mais de 100 000 habitantes, chegando a 67% entre os que têm acima de 500 000. O tema preferencial para a busca de soluções conjuntas tem sido a disposição de resíduos sólidos domésticos ou industriais (mais de 60% dos municípios com consórcios se referiram a esta questão), mas outros temas também têm sido objeto de pactos de gestão entre prefeituras, como os que se relacionam ao uso de recursos naturais, sobretudo aqueles que se relacionam com a poluição de recursos hídricos e/ou à recuperação de áreas degradadas.

Conclusão

Os resultados obtidos na área de meio ambiente pela Pesquisa de Informações Básicas Municipais, realizada em 2004, confirmam a tendência de crescimento, em números absolutos e proporcionais, dos instrumentos locais de gestão ambiental, ainda que uma grande parte dos municípios brasileiros permaneça sem dispor de órgão com atribuições específicas para o setor na estrutura formal da prefeitura. Por outro lado, formas de articulação, como participação em comitês de bacias e consórcios intermunicipais na área ambiental, além da realização de convênios com entidades públicas ou privadas com vistas a desenvolver ações na área ambiental, vêm se tornando cada vez mais comuns. Seja como for, esses fatos apontam para a necessidade da implementação de políticas mais direcionadas, que estimulem a adoção de soluções localizadas, com o objetivo de conferir mais dinamismo à gestão municipal do meio ambiente.

Tabelas de resultados

Tabela 1 - Municípios, total e por partido atual do prefeito, segundo classes de tamanho da população dos municípios, Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2004

Classes de tamanho da população dos municípios, Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios											
	Total	Partido atual do prefeito										
		PMDB	PSDB	PFL	PP	PTB	PL	PDT	PT	PPS	PSB	Outros
Total	5 560	1 132	1 098	959	561	427	355	226	217	213	136	234
Classes de tamanho da população												
Até 5 000	1 359	295	267	216	184	116	80	59	40	36	36	30
De 5 001 a 20 000	2 631	541	499	526	244	189	194	106	69	100	58	103
De 20 001 a 100 000	1 317	258	290	187	123	104	73	48	53	63	31	87
De 100 001 a 500 000	219	33	36	26	9	16	8	12	46	13	8	12
Mais de 500 000	34	5	6	4	1	2	-	1	9	1	3	2
Grandes Regiões e Unidades da Federação												
Norte	449	52	114	65	33	27	56	12	27	34	8	21
Rondônia	52	14	7	9	1	5	-	3	7	1	2	3
Acre	22	2	1	1	1	-	3	1	8	1	1	3
Amazonas	62	3	5	10	4	4	2	-	1	29	-	4
Roraima	15	2	1	-	-	-	6	-	2	2	1	1
Pará	143	23	72	4	11	12	5	3	5	-	-	8
Amapá	16	1	1	-	1	1	1	5	1	-	4	1
Tocantins	139	7	27	41	15	5	39	-	3	1	-	1
Nordeste	1 792	297	304	507	112	137	121	35	33	61	85	98
Maranhão	217	55	5	90	9	18	5	4	4	3	2	22
Piauí	222	41	47	59	20	26	3	5	3	14	2	2
Ceará	184	11	112	7	7	5	2	1	4	22	2	11
Rio Grande do Norte	167	42	9	23	9	22	5	7	1	2	45	-
Paraíba	223	53	44	52	11	25	15	9	4	5	-	5
Pernambuco	185	46	37	50	3	8		2	7	10	13	9
Alagoas	102	18	23	7	2	6	12	3	1	1	17	12
Sergipe	75	12	12	28	3	4	2	2	2	4	2	4
Bahia	417	19	15	191	48	23	77	2	7		2	33
Sudeste	1 668	342	432	236	91	174	104	52	81	51	30	75
Minas Gerais	853	207	160	134	55	86	78	32	35	12	8	46
Espírito Santo	78	14	18	3	6	3	2	4		14	8	6
Rio de Janeiro	92	40	4	2	13	5	1	6	5	1	4	11
São Paulo	645	81	250	97	17	80	23	10	41	24	10	12
Sul	1 188	368	122	119	270	60	20	113	60	27	8	21
Paraná	399	121	81	46	33	24	15	32	12	16	1	18
Santa Catarina	293	119	19	56	69	2	2	4	13	8	-	1
Rio Grande do Sul	496	128	22	17	168	34	3	77	35	3	7	2
Centro-Oeste	463	73	126	32	55	29	54	14	16	40	5	19
Mato Grosso do Sul	77	16	8	2		9	13	13	11	1	-	4
Mato Grosso	139	17	11	21	19	14	15		1	35	-	6
Goiás	246	39	107	9	36	6	26	1	4	4	5	9
Distrito Federal	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2004.

Tabela 2 - Número de servidores ativos na administração direta, por vínculo empregatício, segundo classes de tamanho da população dos municípios, Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2002/2004

Classes de tamanho da população dos municípios, Grandes Regiões e Unidades da Federação	Número de servidores ativos na administração direta, por vínculo empregatício								
	2002				2004				
	Total (1)	Estatutários	CLT	Outros	Total (1)	Estatutários	CLT	Somente comissionados	Outros
Total	3 859 059	2 551 922	542 804	763 092	4 281 923	2 751 206	792 648	337 639	400 430
Classes de tamanho da população									
Até 5 000	212 120	139 711	28 036	44 165	235 885	152 088	35 194	23 796	24 807
De 5 001 a 20 000	935 442	589 028	135 665	209 716	1 027 838	625 012	202 757	86 265	113 804
De 20 001 a 100 000	1 312 750	810 176	218 818	283 756	1 466 899	876 195	313 299	119 565	157 840
De 100 001 a 500 000	706 582	449 536	130 540	126 506	832 948	500 241	189 192	67 549	75 966
Mais de 500 000	692 165	563 471	29 745	98 949	718 353	597 670	52 206	40 464	28 013
Grandes Regiões e Unidades da Federação									
Norte	305 762	183 591	19 720	102 025	327 040	189 614	62 839	23 622	50 965
Rondônia	31 308	22 444	5 527	2 911	30 788	24 389	2 443	3 790	166
Acre	11 372	2 774	6 757	1 841	10 451	2 755	5 262	640	1 794
Amazonas	64 146	31 092	1 990	31 064	64 425	37 339	18 124	6 042	2 920
Roraima	5 024	1 463	-	3 561	8 772	1 845	234	1 294	5 399
Pará	146 629	98 089	4 996	43 544	160 578	89 077	32 358	6 512	32 631
Amapá	9 990	7 061	25	2 904	10 560	7 179	904	763	1 714
Tocantins	37 293	20 668	425	16 200	41 466	27 030	3 514	4 581	6 341
Nordeste	1 234 578	770 950	146 263	316 550	1 351 895	826 812	237 792	121 203	166 088
Maranhão	138 144	96 329	12 996	28 819	137 935	84 931	35 668	7 300	10 036
Piauí	65 186	27 208	16 706	21 272	74 585	33 834	26 228	6 727	7 796
Ceará	193 307	117 640	30 919	44 748	215 595	134 775	39 526	14 166	27 128
Rio Grande do Norte	80 834	57 526	5 368	17 940	87 534	62 127	7 692	10 682	7 033
Paraíba	111 980	78 589	6 711	26 680	122 430	81 670	7 078	13 750	19 932
Pernambuco	190 552	126 209	8 360	55 983	211 338	132 777	32 420	23 874	22 267
Alagoas	80 234	54 728	13 819	11 687	85 999	62 815	14 475	4 940	3 769
Sergipe	51 135	30 056	5 166	15 913	50 297	29 966	7 769	10 619	1 943
Bahia	323 206	182 665	46 218	93 508	366 182	203 917	66 936	29 145	66 184
Sudeste	1 441 386	935 823	293 171	212 392	1 605 083	1 011 905	349 711	107 477	135 990
Minas Gerais	439 401	317 298	34 263	87 840	489 163	320 290	51 346	24 312	93 215
Espírito Santo	77 026	42 838	10 131	24 057	88 931	48 316	21 111	9 154	10 350
Rio de Janeiro	266 646	190 189	37 911	38 546	301 106	220 653	42 043	27 515	10 895
São Paulo	658 313	385 498	210 866	61 949	725 883	422 646	235 211	46 496	21 530
Sul	531 162	394 946	74 760	61 456	610 166	435 371	106 438	43 229	25 128
Paraná	215 417	165 730	31 105	18 582	237 514	181 511	33 293	16 144	6 566
Santa Catarina	111 122	80 954	15 411	14 757	140 901	89 111	36 153	9 514	6 123
Rio Grande do Sul	204 623	148 262	28 244	28 117	231 751	164 749	36 992	17 571	12 439
Centro-Oeste	346 171	266 612	8 890	70 669	387 739	287 504	35 868	42 108	22 259
Mato Grosso do Sul	51 467	35 863	1 447	14 157	57 607	38 681	4 615	7 530	6 781
Mato Grosso	57 449	40 727	3 162	13 560	73 734	48 420	17 910	4 980	2 424
Goiás	128 358	94 272	2 795	31 291	144 163	101 744	7 219	22 189	13 011
Distrito Federal	108 897	95 750	1 486	11 661	112 235	98 659	6 124	7 409	43

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2002/2004.

(1) Inclusive os servidores sem declaração de vínculo empregatício.

Tabela 3 - Municípios, total e com administração indireta e número de servidores ativos na administração indireta, por vínculo empregatício, segundo classes de tamanho da população dos municípios, Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2002/2004

(continua)

Classes de tamanho da população dos municípios, Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios e servidores ativos da administração indireta, por vínculo empregatício					
	2002					
	Número de municípios		Número de servidores			
	Total	Com administração indireta	Total (1)	Estatutários	CLT	Outros
Total	5 560	898	210 400	79 353	99 346	26 083
Classes de tamanho da população						
Até 5 000	1 371	72	537	216	191	130
De 5 001 a 20 000	2 666	286	5 488	2 609	1 688	1 191
De 20 001 a 100 000	1 292	372	24 873	10 496	8 912	5 448
De 100 001 a 500 000	198	135	79 584	27 304	42 917	9 363
Mais de 500 000	33	33	99 918	38 728	45 638	9 951
Grandes Regiões e Unidades da Federação						
Norte	449	46	4 655	1 800	1 805	1 047
Rondônia	52	8	233	61	98	74
Acre	22	2	514	-	496	18
Amazonas	62	8	514	33	326	155
Roraima	15	1	196	75	36	85
Pará	143	20	2 488	1 348	646	491
Amapá	16	2	269	-	178	91
Tocantins	139	5	441	283	25	133
Nordeste	1 792	181	41 822	18 153	14 886	8 783
Maranhão	217	21	4 501	2 892	822	787
Piauí	222	4	5 484	4 003	1 470	11
Ceará	184	29	6 301	3 824	1 916	561
Rio Grande do Norte	167	12	1 526	154	1 247	125
Paraíba	223	30	2 966	1 084	29	1 853
Pernambuco	185	23	7 735	1 290	3 811	2 634
Alagoas	102	15	2 438	829	1 393	216
Sergipe	75	5	1 491	120	647	724
Bahia	417	42	9 380	3 957	3 551	1 872
Sudeste	1 668	411	116 082	36 222	64 628	9 617
Minas Gerais	853	196	30 916	14 044	8 132	3 139
Espírito Santo	78	27	1 229	980	155	94
Rio de Janeiro	92	36	19 230	5 604	9 893	3 719
São Paulo	645	152	64 707	15 594	46 448	2 665
Sul	1 188	193	30 647	15 503	10 900	4 244
Paraná	399	79	13 231	5 294	5 498	2 439
Santa Catarina	293	77	5 202	2 734	1 915	553
Rio Grande do Sul	496	37	12 214	7 475	3 487	1 252
Centro-Oeste	463	67	17 194	7 675	7 127	2 392
Mato Grosso do Sul	77	13	733	595	33	105
Mato Grosso	139	22	986	361	295	330
Goiás	246	31	4 656	1 835	1 605	1 216
Distrito Federal	1	1	10 819	4 884	5 194	741

Tabela 3 - Municípios, total e com administração indireta e número de servidores ativos na administração indireta, por vínculo empregatício, segundo classes de tamanho da população dos municípios, Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2002/2004

Classes de tamanho da população dos municípios, Grandes Regiões e Unidades da Federação	(conclusão)						
	Municípios e servidores ativos da administração indireta, por vínculo empregatício						
	2004						
	Número de municípios		Número de servidores				
Total	Com administração indireta	Total (1)	Estatutários	CLT	Somente comissionados	Outros	
Total	5 560	1 032	239 656	85 587	125 337	12 591	16 141
Classes de tamanho da população							
Até 5 000	1 359	74	487	258	109	41	79
De 5 001 a 20 000	2 631	332	6 088	2 986	1 756	466	880
De 20 001 a 100 000	1 317	428	28 648	12 236	12 309	1 860	2 243
De 100 001 a 500 000	219	165	92 735	31 304	50 746	5 717	4 968
Mais de 500 000	34	33	111 698	38 803	60 417	4 507	7 971
Grandes Regiões e Unidades da Federação							
Norte	449	57	5 402	2 558	1 598	610	636
Rondônia	52	8	51	29	9	12	1
Acre	22	3	397	0	306	27	64
Amazonas	62	13	884	165	407	188	124
Roraima	15	1	175	66	0	109	0
Pará	143	22	2 378	1 400	611	127	240
Amapá	16	2	324	43	192	69	20
Tocantins	139	8	1 193	855	73	78	187
Nordeste	1 792	221	43 530	16 843	19 495	3 496	3 696
Maranhão	217	32	3 769	1 740	1 294	206	529
Piauí	222	6	6 223	4 300	1 856	32	35
Ceará	184	35	6 669	3 335	2 072	275	987
Rio Grande do Norte	167	11	2 718	280	2 281	59	98
Paraíba	223	38	3 290	1 220	41	1 215	814
Pernambuco	185	31	8 204	1 177	5 788	524	715
Alagoas	102	15	2 402	798	1 409	159	36
Sergipe	75	6	1 322	141	663	470	48
Bahia	417	47	8 933	3 852	4 091	556	434
Sudeste	1 668	468	138 133	39 129	84 132	5 954	8 918
Minas Gerais	853	211	32 555	11 075	15 213	1 387	4 880
Espírito Santo	78	32	1 583	718	672	102	91
Rio de Janeiro	92	45	24 761	9 258	12 445	2 521	537
São Paulo	645	180	79 234	18 078	55 802	1 944	3 410
Sul	1 188	202	34 591	18 787	12 683	1 403	1 718
Paraná	399	72	14 832	7 731	5 503	521	1 077
Santa Catarina	293	78	6 549	3 091	2 929	421	108
Rio Grande do Sul	496	52	13 210	7 965	4 251	461	533
Centro-Oeste	463	84	18 000	8 270	7 429	1 128	1 173
Mato Grosso do Sul	77	17	2 435	610	1 365	135	325
Mato Grosso	139	24	749	138	428	34	149
Goiás	246	42	3 629	2 312	284	498	535
Distrito Federal	1	1	11 187	5 210	5 352	461	164

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2002/2004.

(1) Inclusive os servidores sem declaração de vínculo empregatício.

Tabela 4 - Municípios, total, municípios com regime próprio de previdência social e total de funcionários que recebem benefícios pelo regime próprio, segundo classes de tamanho da população dos municípios, Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2004

Classes de tamanho da população dos municípios, Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios				
	Total	Com regime próprio de previdência social	De funcionários que recebem benefícios pelo regime próprio		
			Total (1)	Aposentados	Pensionistas
Total	5 560	1 847	421 897	304 342	117 555
Classes de tamanho da população					
Até 5 000	1 359	356	3 431	2 421	1 010
De 5 001 a 20 000	2 631	753	20 775	15 579	5 196
De 20 001 a 100 000	1 317	562	58 636	43 822	14 814
De 100 001 a 500 000	219	144	88 521	62 454	26 067
Mais de 500 000	34	32	250 534	180 066	70 468
Grandes Regiões e Unidades da Federação					
Norte	449	65	17 967	10 057	7 910
Rondônia	52	13	8 388	4 005	4 383
Acre	22	-	-	-	-
Amazonas	62	20	3 375	2 145	1 230
Roraima	15	1	213	142	71
Pará	143	24	5 752	3 658	2 094
Amapá	16	2	40	26	14
Tocantins	139	5	199	81	118
Nordeste	1 792	373	76 067	55 504	20 563
Maranhão	217	35	6 067	4 515	1 552
Piauí	222	19	2 609	1 974	635
Ceará	184	38	10 919	7 783	3 136
Rio Grande do Norte	167	3	4 766	2 142	2 624
Paraíba	223	67	8 160	6 078	2 082
Pernambuco	185	120	21 032	16 681	4 351
Alagoas	102	50	6 639	4 854	1 785
Sergipe	75	1	2 018	1 723	295
Bahia	417	40	13 857	9 754	4 103
Sudeste	1 668	568	252 608	183 743	68 865
Minas Gerais	853	242	25 444	18 973	6 471
Espírito Santo	78	39	7 614	5 581	2 033
Rio de Janeiro	92	69	95 528	73 223	22 305
São Paulo	645	218	124 022	85 966	38 056
Sul	1 188	562	57 211	41 632	15 579
Paraná	399	181	19 808	15 025	4 783
Santa Catarina	293	77	7 415	5 948	1 467
Rio Grande do Sul	496	304	29 988	20 659	9 329
Centro-Oeste	463	279	18 044	13 406	4 638
Mato Grosso do Sul	77	30	3 010	2 165	845
Mato Grosso	139	81	2 671	1 811	860
Goiás	246	168	12 363	9 430	2 933
Distrito Federal	1	-	-	-	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2004.

(1) Inclusive os sem declaração.

Tabela 5 - Municípios, total e com existência de legislação e instrumentos de planejamento urbano, segundo classes de tamanho da população dos municípios, Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2004

Classes de tamanho da população dos municípios, Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios				
	Total	Com existência de legislação e instrumentos de planejamento urbano			
		Plano diretor	Lei de perímetro urbano	Lei de parcelamento do solo	Lei de zoneamento ou equivalente
Total	5 560	984	4 355	1 857	1 396
Classes de tamanho da população					
Até 5 000	1 359	104	1 121	293	204
De 5 001 a 20 000	2 631	272	1 958	701	484
De 20 001 a 100 000	1 317	408	1 042	639	494
De 100 001 a 500 000	219	166	203	193	182
Mais de 500 000	34	34	31	31	32
Grandes Regiões e Unidades da Federação					
Norte	449	46	245	67	50
Rondônia	52	5	26	16	13
Acre	22	1	7	1	1
Amazonas	62	8	18	3	2
Roraima	15	1	5	1	3
Pará	143	15	56	29	14
Amapá	16	1	7	3	1
Tocantins	139	15	126	14	16
Nordeste	1 792	170	1 127	231	166
Maranhão	217	8	37	9	10
Piauí	222	6	193	8	6
Ceará	184	49	164	50	30
Rio Grande do Norte	167	15	150	22	21
Paraíba	223	15	106	19	12
Pernambuco	185	20	153	40	34
Alagoas	102	10	87	9	6
Sergipe	75	4	63	10	5
Bahia	417	43	174	64	42
Sudeste	1 668	304	1 467	652	434
Minas Gerais	853	95	728	260	127
Espírito Santo	78	9	65	28	14
Rio de Janeiro	92	33	55	57	50
São Paulo	645	167	619	307	243
Sul	1 188	395	1 119	737	639
Paraná	399	82	351	246	241
Santa Catarina	293	127	286	185	150
Rio Grande do Sul	496	186	482	306	248
Centro-Oeste	463	69	397	170	107
Mato Grosso do Sul	77	7	71	40	20
Mato Grosso	139	22	119	56	42
Goiás	246	39	207	73	45
Distrito Federal	1	1	-	1	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2004.

Tabela 6 - Municípios, total e com existência de cadastro imobiliário, com indicação dos cadastros informatizados e total de unidades imobiliárias, segundo classes de tamanho da população dos municípios, Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2004

Classes de tamanho da população dos municípios, Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios				
	Total	Com existência de cadastro imobiliário		Unidades imobiliárias	
		Total	Cadastros informatizados	Prediais	Territoriais
Total	5 560	5 206	4 554	36 936 150	15 360 887
Classes de tamanho da população					
Até 5 000	1 359	1 257	1 035	553 331	250 542
De 5 001 a 20 000	2 631	2 429	2 085	3 862 582	2 466 047
De 20 001 a 100 000	1 317	1 267	1 184	9 659 503	6 000 007
De 100 001 a 500 000	219	219	216	10 985 045	4 811 856
Mais de 500 000	34	34	34	11 875 689	1 832 435
Grandes Regiões e Unidades da Federação					
Norte	449	367	275	1 661 505	644 614
Rondônia	52	49	42	123 320	63 132
Acre	22	18	14	88 598	45 614
Amazonas	62	45	35	353 562	78 688
Roraima	15	8	4	58 327	32 786
Pará	143	127	87	821 258	281 797
Amapá	16	11	6	66 150	8 483
Tocantins	139	109	87	150 290	134 114
Nordeste	1 792	1 560	1 170	7 390 139	2 692 783
Maranhão	217	117	70	511 043	162 059
Piauí	222	175	94	409 123	136 793
Ceará	184	177	169	1 187 224	436 353
Rio Grande do Norte	167	151	118	509 096	264 421
Paraíba	223	206	126	688 957	234 501
Pernambuco	185	182	154	1 466 913	577 074
Alagoas	102	93	57	503 123	114 495
Sergipe	75	71	56	271 931	67 071
Bahia	417	388	326	1 842 729	700 016
Sudeste	1 668	1 650	1 544	18 281 754	7 311 912
Minas Gerais	853	837	740	4 383 276	1 971 902
Espírito Santo	78	77	74	805 991	370 403
Rio de Janeiro	92	92	91	3 976 125	1 352 105
São Paulo	645	644	639	9 116 362	3 617 502
Sul	1 188	1 182	1 163	6 899 162	2 789 218
Paraná	399	397	388	2 421 393	837 691
Santa Catarina	293	292	289	1 673 920	913 635
Rio Grande do Sul	496	493	486	2 803 849	1 037 892
Centro-Oeste	463	447	402	2 703 590	1 922 360
Mato Grosso do Sul	77	77	70	450 241	299 887
Mato Grosso	139	136	130	475 822	432 301
Goiás	246	233	201	1 267 527	1 130 172
Distrito Federal	1	1	1	510 000	60 000

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2004.

Tabela 7 - Municípios, total e com existência de cadastro de prestadores de serviços, cadastro informatizado e número de contribuintes inscritos, segundo classes de tamanho da população dos municípios, Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2004

Classes de tamanho da população dos municípios, Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios					
	Total	Com existência de cadastro de prestadores de serviços		Número de contribuintes inscritos		
		Total	Cadastros informatizados	Total (1)	Empresas	Outros
Total	5 560	4 277	3 414	9 331 594	4 939 418	4 329 581
Classes de tamanho da população						
Até 5 000	1 359	933	671	83 171	39 518	40 990
De 5 001 a 20 000	2 631	1 926	1 493	650 463	307 016	323 165
De 20 001 a 100 000	1 317	1 165	1 004	1 847 545	954 428	865 388
De 100 001 a 500 000	219	219	212	2 419 726	1 357 431	1 050 374
Mais de 500 000	34	34	34	4 330 689	2 281 025	2 049 664
Grandes Regiões e Unidades da Federação						
Norte	449	282	191	373 613	221 156	152 457
Rondônia	52	45	36	46 308	20 128	26 180
Acre	22	11	6	16 000	12 717	3 283
Amazonas	62	35	22	32 360	20 496	11 864
Roraima	15	10	8	22 402	15 122	7 280
Pará	143	103	70	204 545	120 222	84 323
Amapá	16	13	5	18 350	13 071	5 279
Tocantins	139	65	44	33 648	19 400	14 248
Nordeste	1 792	974	658	1 231 591	659 043	549 601
Maranhão	217	81	36	46 110	34 509	11 601
Piauí	222	63	25	69 733	48 490	21 243
Ceará	184	143	117	174 244	58 845	113 523
Rio Grande do Norte	167	91	61	75 368	48 033	27 335
Paraíba	223	71	32	97 251	60 749	36 502
Pernambuco	185	144	106	220 370	96 974	121 319
Alagoas	102	65	32	74 265	41 179	33 086
Sergipe	75	57	41	43 953	20 330	23 623
Bahia	417	259	208	430 297	249 934	161 369
Sudeste	1 668	1 517	1 269	5 285 799	2 698 285	2 551 555
Minas Gerais	853	724	543	1 034 282	526 595	479 932
Espírito Santo	78	75	62	192 873	139 814	53 059
Rio de Janeiro	92	92	83	748 036	469 593	278 443
São Paulo	645	626	581	3 310 608	1 562 283	1 740 121
Sul	1 188	1 109	999	1 959 186	1 061 006	894 491
Paraná	399	358	294	726 594	427 986	298 608
Santa Catarina	293	274	262	333 848	200 092	133 067
Rio Grande do Sul	496	477	443	898 744	432 928	462 816
Centro-Oeste	463	395	297	481 405	299 928	181 477
Mato Grosso do Sul	77	69	57	60 264	38 355	21 909
Mato Grosso	139	121	105	85 733	47 070	38 663
Goiás	246	204	134	288 110	177 835	110 275
Distrito Federal	1	1	1	47 298	36 668	10 630

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2004.

(1) O total não necessariamente será igual a soma das partes, devido ao fato de algumas prefeituras saberem apenas o total de contribuintes inscritos

Tabela 8 - Municípios, total e com existência de taxas instituídas, segundo classes de tamanho da população dos municípios, Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2002/2004

(continua)

Classes de tamanho da população dos municípios, Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios						
	2002						
	Total	Com existência de taxas instituídas					
		Taxa de iluminação pública	Taxa de coleta de lixo	Taxa de limpeza pública	Taxa de incêndio	Taxa de poder de polícia	Outros tipos de taxas
Total	5 560	2 725	2 581	2 245	190	2 521	3 912
Classes de tamanho da população							
Até 5 000	1 371	563	573	472	10	505	884
De 5 001 a 20 000	2 666	1 322	1 213	1 101	34	1 120	1 834
De 20 001 a 100 000	1 292	710	638	555	97	730	992
De 100 001 a 500 000	198	111	132	102	42	138	172
Mais de 500 000	33	19	25	15	7	28	30
Grandes Regiões e Unidades da Federação							
Norte	449	202	100	97	3	153	274
Rondônia	52	16	27	24	1	31	40
Acre	22	10	5	11	-	18	17
Amazonas	62	18	18	17	1	26	36
Roraima	15	1	2	2	-	2	9
Pará	143	110	34	36	1	51	97
Amapá	16	3	4	2	-	12	8
Tocantins	139	44	10	5	-	13	67
Nordeste	1 792	652	372	368	9	634	1 254
Maranhão	217	78	10	11	1	41	121
Piauí	222	59	39	33	-	17	172
Ceará	184	128	9	10	-	104	129
Rio Grande do Norte	167	47	68	54	-	65	98
Paraíba	223	44	48	46	2	141	185
Pernambuco	185	88	112	121	3	66	151
Alagoas	102	79	33	37	-	12	71
Sergipe	75	35	8	7	-	51	58
Bahia	417	94	45	49	3	137	269
Sudeste	1 668	939	1 019	984	47	827	1 155
Minas Gerais	853	664	478	524	6	377	583
Espírito Santo	78	68	67	61	-	47	68
Rio de Janeiro	92	39	71	62	2	63	79
São Paulo	645	168	403	337	39	340	425
Sul	1 188	727	963	672	119	673	908
Paraná	399	348	357	293	50	227	303
Santa Catarina	293	225	235	169	37	191	203
Rio Grande do Sul	496	154	371	210	32	255	402
Centro-Oeste	463	205	127	124	12	234	321
Mato Grosso do Sul	77	46	44	39	2	43	55
Mato Grosso	139	92	40	36	3	95	102
Goiás	246	66	42	48	6	95	163
Distrito Federal	1	1	1	1	1	1	1

Tabela 8 - Municípios, total e com existência de taxas instituídas, segundo classes de tamanho da população dos municípios, Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2002/2004

(conclusão)

Classes de tamanho da população dos municípios, Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios						
	2004						
	Total	Com existência de taxas instituídas					
		Taxa de iluminação pública	Taxa de coleta de lixo	Taxa de limpeza pública	Taxa de incêndio	Taxa de poder de polícia	Outros tipos de taxas
Total	5 560	3 376	2 681	2 456	200	3 128	4 442
Classes de tamanho da população							
Até 5 000	1 359	700	605	532	8	683	1 031
De 5 001 a 20 000	2 631	1 583	1 230	1 148	31	1 386	2 064
De 20 001 a 100 000	1 317	913	667	624	109	852	1 112
De 100 001 a 500 000	219	156	152	129	47	180	202
Mais de 500 000	34	24	27	23	5	27	33
Grandes Regiões e Unidades da Federação							
Norte	449	246	109	112	6	231	332
Rondônia	52	22	26	17	3	30	38
Acre	22	16	9	14	-	21	20
Amazonas	62	22	24	25	1	33	48
Roraima	15	2	2	2	-	12	6
Pará	143	126	33	41	1	70	112
Amapá	16	1	-	1	-	16	14
Tocantins	139	57	15	12	1	49	94
Nordeste	1 792	914	393	417	6	831	1 426
Maranhão	217	160	6	9	1	50	124
Piauí	222	100	33	41	-	35	200
Ceará	184	134	11	13	-	126	153
Rio Grande do Norte	167	62	74	63	1	92	129
Paraíba	223	75	56	54	1	190	200
Pernambuco	185	120	127	139	-	82	169
Alagoas	102	88	36	39	-	27	75
Sergipe	75	28	7	6	1	66	71
Bahia	417	147	43	53	2	163	305
Sudeste	1 668	1 055	1 065	1 068	50	1 027	1 320
Minas Gerais	853	685	518	572	4	517	706
Espírito Santo	78	77	65	63	-	52	68
Rio de Janeiro	92	52	70	64	5	67	78
São Paulo	645	241	412	369	41	391	468
Sul	1 188	889	989	726	124	791	992
Paraná	399	359	363	299	49	254	312
Santa Catarina	293	251	248	190	41	218	236
Rio Grande do Sul	496	279	378	237	34	319	444
Centro-Oeste	463	272	125	133	14	248	372
Mato Grosso do Sul	77	49	38	39	3	46	61
Mato Grosso	139	117	47	43	5	94	105
Goiás	246	105	39	50	6	107	206
Distrito Federal	1	1	1	1	-	1	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2002/2004.

Tabela 9 - Municípios, total e com existência de taxas instituídas, segundo classes de tamanho da população dos municípios, Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2004

Classes de tamanho da população dos municípios, Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios						
	Total	Número de taxas instituídas					
		Nenhuma taxa	Uma taxa	Duas taxas	Três taxas	Quatro taxas	Cinco taxas
Total	5 560	727	1 324	1 168	1 234	1 045	60
Classes de tamanho da população							
Até 5 000	1 359	255	337	277	283	195	12
De 5 001 a 20 000	2 631	365	668	531	587	447	31
De 20 001 a 100 000	1 317	100	287	312	297	307	14
De 100 001 a 500 000	219	6	28	44	57	81	3
Mais de 500 000	34	1	4	4	10	15	-
Grandes Regiões e Unidades da Federação							
Norte	449	90	164	92	58	43	2
Rondônia	52	7	18	9	12	5	1
Acre	22	1	3	4	6	8	-
Amazonas	62	17	12	17	6	9	1
Roraima	15	3	9	1	1	1	-
Pará	143	9	53	43	20	18	-
Amapá	16	-	15	-	1	-	-
Tocantins	139	53	54	18	12	2	-
Nordeste	1 792	422	659	359	210	138	-
Maranhão	217	48	121	42	3	3	-
Piauí	222	102	74	15	19	12	-
Ceará	184	17	70	84	6	7	-
Rio Grande do Norte	167	32	47	30	33	21	-
Paraíba	223	16	106	53	28	20	-
Pernambuco	185	20	18	37	64	46	-
Alagoas	102	7	42	19	26	8	-
Sergipe	75	5	40	23	6	1	-
Bahia	417	175	141	56	25	20	-
Sudeste	1 668	88	262	382	512	417	7
Minas Gerais	853	27	121	189	268	247	1
Espírito Santo	78	-	6	8	21	43	-
Rio de Janeiro	92	3	10	20	30	27	2
São Paulo	645	58	125	165	193	100	4
Sul	1 188	38	108	212	382	399	49
Paraná	399	2	21	43	137	174	22
Santa Catarina	293	4	17	44	88	121	19
Rio Grande do Sul	496	32	70	125	157	104	8
Centro-Oeste	463	89	130	122	72	48	2
Mato Grosso do Sul	77	7	18	17	18	16	1
Mato Grosso	139	5	28	61	25	19	1
Goiás	246	77	84	44	29	12	-
Distrito Federal	1	-	-	-	-	1	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2004.

Tabela 10 - Municípios, total e com existência de página na Internet, com indicação de alguns serviços disponibilizados pela página, segundo classes de tamanho da população dos municípios, Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2004

(continua)

Classes de tamanho da população dos municípios, Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios					
	Total	Com existência de página na Internet				
		Total	Serviços disponibilizados pela página			
			Serviços informativos	Acesso a formulários e documentos	Ouvidoria	Links para outros órgãos municipais
Total	5 560	2 163	1 605	295	334	581
Classes de tamanho da população						
Até 5 000	1 359	384	259	15	22	61
De 5 001 a 20 000	2 631	857	614	74	84	169
De 20 001 a 100 000	1 317	705	550	105	149	214
De 100 001 a 500 000	219	184	156	76	61	110
Mais de 500 000	34	33	26	25	18	27
Grandes Regiões e Unidades da Federação						
Norte	449	76	59	16	10	15
Rondônia	52	18	11	4	2	1
Acre	22	5	2	-	1	2
Amazonas	62	10	8	3	2	3
Roraima	15	3	3	1	-	1
Pará	143	25	23	5	3	6
Amapá	16	2	2	1	-	-
Tocantins	139	13	10	2	2	2
Nordeste	1 792	500	342	73	68	110
Maranhão	217	17	13	4	3	7
Piauí	222	26	18	8	5	9
Ceará	184	68	50	13	12	13
Rio Grande do Norte	167	77	38	10	4	17
Paraíba	223	48	32	3	2	7
Pernambuco	185	38	30	3	8	14
Alagoas	102	22	15	2	2	4
Sergipe	75	30	26	5	7	4
Bahia	417	174	120	25	25	35
Sudeste	1 668	774	592	112	130	251
Minas Gerais	853	271	205	35	29	65
Espírito Santo	78	27	23	2	8	9
Rio de Janeiro	92	67	57	13	20	29
São Paulo	645	409	307	62	73	148
Sul	1 188	658	489	74	102	163
Paraná	399	202	146	25	36	54
Santa Catarina	293	155	124	17	27	49
Rio Grande do Sul	496	301	219	32	39	60
Centro-Oeste	463	155	123	20	24	42
Mato Grosso do Sul	77	36	28	3	9	11
Mato Grosso	139	51	40	5	4	13
Goiás	246	67	54	11	10	17
Distrito Federal	1	1	1	1	1	1

Tabela 10 - Municípios, total e com existência de página na Internet, com indicação de alguns serviços disponibilizados pela página, segundo classes de tamanho da população dos municípios, Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2004

Classes de tamanho da população dos municípios, Grandes Regiões e Unidades da Federação	(conclusão)				
	Municípios				
	Com existência de página na Internet				
	Serviços disponibilizados pela página				
	Licitações	Notícias	Consulta a processos	Diário oficial	Outros
Total	540	637	177	921	950
Classes de tamanho da população					
Até 5 000	57	77	16	141	163
De 5 001 a 20 000	155	203	50	325	374
De 20 001 a 100 000	215	228	51	306	304
De 100 001 a 500 000	90	101	40	121	88
Mais de 500 000	23	28	20	28	21
Grandes Regiões e Unidades da Federação					
Norte	12	25	6	28	30
Rondônia	2	4	1	6	7
Acre	-	3	-	4	2
Amazonas	1	2	1	3	6
Roraima	1	11	-	2	1
Pará	6	1	3	10	9
Amapá	-	-	-	-	-
Tocantins	2	4	1	3	5
Nordeste	108	127	58	213	256
Maranhão	5	5	2	10	7
Piauí	8	11	7	10	14
Ceará	14	17	8	23	36
Rio Grande do Norte	12	19	7	27	52
Paraíba	8	9	3	19	17
Pernambuco	6	10	2	15	24
Alagoas	4	5	3	7	11
Sergipe	7	9	2	13	16
Bahia	44	42	24	89	79
Sudeste	220	235	59	351	292
Minas Gerais	76	81	20	127	58
Espírito Santo	9	10	2	12	11
Rio de Janeiro	14	29	8	29	30
São Paulo	121	115	29	183	193
Sul	169	203	36	261	310
Paraná	45	61	17	98	101
Santa Catarina	42	57	7	65	71
Rio Grande do Sul	82	85	12	98	138
Centro-Oeste	31	47	18	68	62
Mato Grosso do Sul	8	15	4	19	15
Mato Grosso	12	15	3	23	26
Goiás	11	16	10	25	20
Distrito Federal	-	1	1	1	1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2004.

Tabela 11 - Municípios, total e com existência de serviços de atendimento ao público, com indicação de alguns meios de comunicação utilizados para o contato com o público, segundo classes de tamanho da população dos municípios, Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2004

Classes de tamanho da população dos municípios, Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios									
	Total	Com existência de serviços de atendimento ao público								
		Total	Meios de comunicação utilizados para o contato com o público							
			Internet	E-mail	Telefone convencional	Telefone exclusivo para atendimento ao público	Fax	Correio	Jornais	Outros serviços
Total	5 560	4 235	1 380	3 164	4 000	250	3 681	2 875	1 691	982
Classes de tamanho da população										
Até 5 000	1 359	1 023	195	721	964	14	857	693	300	224
De 5 001 a 20 000	2 631	1 983	519	1 458	1 867	33	1 726	1 330	685	460
De 20 001 a 100 000	1 317	999	477	784	952	106	894	683	537	241
De 100 001 a 500 000	219	198	158	171	187	73	178	146	144	48
Mais de 500 000	34	32	31	30	30	24	26	23	25	9
Grandes Regiões e Unidades da Federação										
Norte	449	219	39	90	203	6	166	120	58	56
Rondônia	52	19	7	13	18	1	16	13	8	2
Acre	22	11	1	9	11	3	11	6	3	3
Amazonas	62	30	5	10	25	-	21	16	5	9
Roraima	15	4	1	1	3	-	3	1	2	-
Pará	143	72	16	29	68	-	57	42	18	23
Amapá	16	10	1	2	7	-	7	7	2	1
Tocantins	139	73	8	26	71	2	51	35	20	18
Nordeste	1 792	1 235	284	715	1 131	41	961	559	214	267
Maranhão	217	120	18	44	110	3	86	55	10	22
Piauí	222	212	23	95	200	2	140	37	9	46
Ceará	184	116	43	77	110	6	98	73	26	15
Rio Grande do Norte	167	123	33	72	118	3	94	67	18	8
Paraíba	223	153	28	71	119	3	96	54	55	69
Pernambuco	185	132	23	94	121	7	112	65	18	32
Alagoas	102	83	14	46	77	2	67	43	9	25
Sergipe	75	43	12	33	42	4	34	25	9	3
Bahia	417	253	90	183	234	11	234	140	60	47
Sudeste	1 668	1 404	548	1 221	1 347	134	1 305	1 118	693	281
Minas Gerais	853	754	206	643	723	21	705	610	271	191
Espírito Santo	78	67	23	52	67	7	56	48	47	9
Rio de Janeiro	92	77	43	66	72	15	68	48	56	15
São Paulo	645	506	276	460	485	91	476	412	319	66
Sul	1 188	984	401	833	950	53	899	797	576	264
Paraná	399	341	136	289	324	15	310	279	179	63
Santa Catarina	293	244	109	220	238	14	236	201	144	82
Rio Grande do Sul	496	399	156	324	388	24	353	317	253	119
Centro-Oeste	463	393	108	305	369	16	350	274	150	114
Mato Grosso do Sul	77	65	25	51	64	2	62	48	34	20
Mato Grosso	139	106	36	78	92	4	93	67	44	24
Goiás	246	221	46	176	212	9	194	158	71	70
Distrito Federal	1	1	1	-	1	1	1	1	1	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2004.

Tabela 12 - Municípios, total e com existência de órgão específico de habitação, cadastro de famílias interessadas em programas habitacionais e realização, ao longo desta gestão, de ações ou programas na área de habitação, segundo classes de tamanho da população dos municípios, Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2004

(continua)

Classes de tamanho da população dos municípios, Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios				
	Total (1)	Com existência de			Realização de ações ou programas na área de habitação desta gestão
		Órgão específico para política de habitação	Cadastro de famílias interessadas em programas habitacionais		
			Sim	Informatizado	
Total	5 560	2 319	4 075	1 198	4 518
Classes de tamanho da população					
Até 5 000	1 359	366	956	186	1 119
De 5 001 a 20 000	2 631	953	1 846	487	2 064
De 20 001 a 100 000	1 317	780	1 038	383	1 095
De 100 001 a 500 000	219	187	203	117	206
Mais de 500 000	34	33	32	25	34
Grandes Regiões e Unidades da Federação					
Norte	449	176	314	82	328
Rondônia	52	11	23	3	27
Acre	22	7	19	1	21
Amazonas	62	39	51	12	43
Roraima	15	11	14	9	14
Pará	143	43	70	23	72
Amapá	16	12	8	-	12
Tocantins	139	53	129	34	139
Nordeste	1 792	804	1 256	354	1 512
Maranhão	217	70	138	27	147
Piauí	222	69	94	22	199
Ceará	184	121	151	54	167
Rio Grande do Norte	167	107	147	39	156
Paraíba	223	63	161	33	213
Pernambuco	185	70	109	31	137
Alagoas	102	60	85	25	92
Sergipe	75	53	66	21	73
Bahia	417	191	305	102	328
Sudeste	1 668	546	1 114	370	1 287
Minas Gerais	853	232	556	159	658
Espírito Santo	78	39	65	20	67
Rio de Janeiro	92	62	83	32	81
São Paulo	645	213	410	159	481
Sul	1 188	575	965	250	955
Paraná	399	153	308	95	334
Santa Catarina	293	155	250	60	215
Rio Grande do Sul	496	267	407	95	406
Centro-Oeste	463	218	426	142	436
Mato Grosso do Sul	77	34	74	35	75
Mato Grosso	139	65	130	41	128
Goiás	246	118	221	65	232
Distrito Federal	1	1	1	1	1

Tabela 12 - Municípios, total e com existência de órgão específico de habitação, cadastro de famílias interessadas em programas habitacionais e realização, ao longo desta gestão, de ações ou programas na área de habitação, segundo classes de tamanho da população dos municípios, Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2004

(continuação)

Classes de tamanho da população dos municípios, Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios					
	Com existência de programa executado ao longo desta gestão, e por execução					
	Construção de unidades			Urbanização de assentamentos		
	Total	Por iniciativa exclusiva da prefeitura	Em convênio com outros órgãos públicos ou privados	Total	Por iniciativa exclusiva da prefeitura	Em convênio com outros órgãos públicos ou privados
Total	3 696	1 424	3 187	1 044	581	667
Classes de tamanho da população						
Até 5 000	908	363	762	126	63	82
De 5 001 a 20 000	1 683	591	1 458	400	220	240
De 20 001 a 100 000	881	339	761	366	208	231
De 100 001 a 500 000	190	108	174	120	69	89
Mais de 500 000	34	23	32	32	21	25
Grandes Regiões e Unidades da Federação						
Norte	271	91	232	112	73	57
Rondônia	16	3	14	12	8	5
Acre	18	3	15	3	1	2
Amazonas	35	18	22	20	15	7
Roraima	14	1	14	7	3	6
Pará	40	21	28	39	27	18
Amapá	9	6	4	5	2	4
Tocantins	139	39	135	26	17	15
Nordeste	1 191	425	1 039	340	160	241
Maranhão	109	24	102	58	23	44
Piauí	91	27	78	37	14	28
Ceará	150	57	124	38	12	30
Rio Grande do Norte	153	54	142	35	11	29
Paraíba	189	71	175	18	9	15
Pernambuco	105	35	85	39	26	21
Alagoas	83	34	74	20	6	19
Sergipe	70	19	68	16	9	12
Bahia	241	104	191	79	50	43
Sudeste	996	405	801	285	174	168
Minas Gerais	463	256	307	140	92	69
Espírito Santo	61	23	59	15	9	10
Rio de Janeiro	71	25	65	33	21	22
São Paulo	401	101	370	97	52	67
Sul	829	333	724	194	119	122
Paraná	301	86	277	67	34	51
Santa Catarina	171	88	129	36	19	24
Rio Grande do Sul	357	159	318	91	66	47
Centro-Oeste	409	170	391	113	55	79
Mato Grosso do Sul	72	28	71	27	12	20
Mato Grosso	125	28	123	48	24	32
Goiás	211	114	196	37	18	26
Distrito Federal	1	-	1	1	1	1

Tabela 12 - Municípios, total e com existência de órgão específico de habitação, cadastro de famílias interessadas em programas habitacionais e realização, ao longo desta gestão, de ações ou programas na área de habitação, segundo classes de tamanho da população dos municípios, Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2004

(continuação)

Classes de tamanho da população dos municípios, Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios					
	Por programa executado ao longo desta gestão					
	Oferta de material de construção			Oferta de lotes		
	Total	Por iniciativa exclusiva da prefeitura	Em convênio com outros órgãos públicos ou privados	Total	Por iniciativa exclusiva da prefeitura	Em convênio com outros órgãos públicos ou privados
Total	2 416	1 966	757	1 906	1 740	287
Classes de tamanho da população						
Até 5 000	637	543	184	426	397	49
De 5 001 a 20 000	1 057	871	315	851	774	106
De 20 001 a 100 000	596	467	196	512	464	95
De 100 001 a 500 000	107	75	50	97	87	26
Mais de 500 000	19	10	12	20	18	11
Grandes Regiões e Unidades da Federação						
Norte	150	133	25	228	206	24
Rondônia	1	-	1	13	12	1
Acre	9	8	1	11	8	3
Amazonas	24	17	8	30	28	4
Roraima	5	5	-	11	9	2
Pará	26	20	8	58	50	10
Amapá	3	3	-	10	9	1
Tocantins	82	80	7	95	90	3
Nordeste	847	738	184	672	623	88
Maranhão	66	51	19	82	76	13
Piauí	112	89	43	97	90	11
Ceará	109	94	23	62	52	12
Rio Grande do Norte	108	95	28	65	61	9
Paraíba	93	89	11	84	83	6
Pernambuco	80	69	20	68	64	11
Alagoas	57	51	9	35	32	6
Sergipe	53	50	4	30	24	9
Bahia	169	150	27	149	141	11
Sudeste	674	555	196	448	417	50
Minas Gerais	442	403	76	285	274	17
Espírito Santo	37	29	15	22	20	2
Rio de Janeiro	50	37	26	22	20	3
São Paulo	145	86	79	119	103	28
Sul	443	357	164	321	280	78
Paraná	102	77	31	103	88	30
Santa Catarina	92	76	27	65	61	7
Rio Grande do Sul	249	204	106	153	131	41
Centro-Oeste	302	183	191	237	214	47
Mato Grosso do Sul	37	29	10	47	41	12
Mato Grosso	81	23	74	57	46	15
Goiás	184	131	107	132	126	19
Distrito Federal	-	-	-	1	1	1

Tabela 12 - Municípios, total e com existência de órgão específico de habitação, cadastro de famílias interessadas em programas habitacionais e realização, ao longo desta gestão, de ações ou programas na área de habitação, segundo classes de tamanho da população dos municípios, Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2004

(conclusão)

Classes de tamanho da população dos municípios, Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios			
	Por programa executado ao longo desta gestão			
	Regularização fundiária			Outros
	Total	Por iniciativa exclusiva da prefeitura	Em convênio com outros órgãos públicos ou privados	
Total	903	656	344	1 538
Classes de tamanho da população				
Até 5 000	111	78	43	368
De 5 001 a 20 000	334	219	137	687
De 20 001 a 100 000	304	224	118	358
De 100 001 a 500 000	125	109	35	102
Mais de 500 000	29	26	11	23
Grandes Regiões e Unidades da Federação				
Norte	88	69	24	81
Rondônia	12	9	3	4
Acre	1	1	-	-
Amazonas	18	14	4	7
Roraima	6	6	-	-
Pará	30	24	10	7
Amapá	6	5	1	-
Tocantins	15	10	6	63
Nordeste	224	132	118	667
Maranhão	29	19	16	20
Piauí	25	19	8	145
Ceará	18	10	10	51
Rio Grande do Norte	16	9	9	76
Paraíba	12	9	3	153
Pernambuco	22	17	12	31
Alagoas	12	8	5	47
Sergipe	10	7	4	29
Bahia	80	34	51	115
Sudeste	240	172	90	368
Minas Gerais	116	75	48	198
Espírito Santo	14	12	6	29
Rio de Janeiro	21	17	4	27
São Paulo	89	68	32	114
Sul	220	187	66	300
Paraná	63	53	24	91
Santa Catarina	44	39	8	60
Rio Grande do Sul	113	95	34	149
Centro-Oeste	131	96	46	122
Mato Grosso do Sul	24	22	4	27
Mato Grosso	45	20	29	37
Goiás	61	53	12	57
Distrito Federal	1	1	1	1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2004.

(1) Inclusive os ignorados e os sem declaração de existência

Tabela 13 - Municípios, total e por existência de Consórcio Intermunicipal na área de habitação, do Conselho Municipal de Habitação e Fundo Municipal especial segundo classes de tamanho da população dos municípios, Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2004

(continua)

Classes de tamanho da população dos municípios, Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios					
	Total (1)	Consórcio Intermunicipal na área de habitação	Conselho Municipal de Habitação			
			Municípios com Conselho	Periodicidade das reuniões em 2003		
				Quinzenal ou menos	Mensal	Bimestral/trimestral
Total	5 560	84	779	30	183	115
Classes de tamanho da população						
Até 5 000	1 359	13	195	4	34	34
De 5 001 a 20 000	2 631	29	291	11	64	45
De 20 001 a 100 000	1 317	24	202	10	57	25
De 100 001 a 500 000	219	16	74	4	22	7
Mais de 500 000	34	2	17	1	6	4
Grandes Regiões e Unidades da Federação						
Norte	449	8	12	2	1	2
Rondônia	52	1	2	-	-	-
Acre	22	-	1	-	-	-
Amazonas	62	2	2	-	-	-
Roraima	15	1	2	1	1	-
Pará	143	2	2	1	-	-
Amapá	16	2	-	-	-	-
Tocantins	139	-	3	-	-	2
Nordeste	1 792	24	94	5	16	16
Maranhão	217	1	3	1	-	-
Piauí	222	3	5	-	-	2
Ceará	184	1	15	1	6	3
Rio Grande do Norte	167	1	24	2	5	4
Paraíba	223	2	5	-	-	2
Pernambuco	185	5	9	-	-	1
Alagoas	102	-	3	-	1	-
Sergipe	75	2	3	-	-	-
Bahia	417	9	27	1	4	4
Sudeste	1 668	25	177	4	42	15
Minas Gerais	853	7	119	2	25	11
Espírito Santo	78	1	12	-	2	1
Rio de Janeiro	92	-	6	1	2	1
São Paulo	645	17	40	1	13	2
Sul	1 188	25	407	13	95	65
Paraná	399	5	38	3	8	7
Santa Catarina	293	3	76	2	10	13
Rio Grande do Sul	496	17	293	8	77	45
Centro-Oeste	463	2	89	6	29	16
Mato Grosso do Sul	77	1	12	-	1	3
Mato Grosso	139	1	57	6	22	11
Goiás	246	-	19	-	5	2
Distrito Federal	1	-	1	-	1	-

Tabela 13 - Municípios, total e por existência de Consórcio Intermunicipal na área de habitação, do Conselho Municipal de Habitação e Fundo Municipal especial segundo classes de tamanho da população dos municípios, Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2004

(conclusão)

Classes de tamanho da população dos municípios, Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios					Fundo Municipal especial
	Conselho Municipal de Habitação				Paritário	
	Periodicidade das reuniões em 2003					
	Semestral	Irregular	Não realizou reunião			
Total	55	222	174	630	446	
Classes de tamanho da população						
Até 5 000	19	66	38	165	98	
De 5 001 a 20 000	22	94	55	234	153	
De 20 001 a 100 000	14	47	49	157	119	
De 100 001 a 500 000	-	15	26	61	62	
Mais de 500 000	-	-	6	13	14	
Grandes Regiões e Unidades da Federação						
Norte	1	3	1	9	9	
Rondônia	-	-	-	-	2	
Acre	-	-	1	1	1	
Amazonas	1	1	-	1	-	
Roraima	-	-	-	2	-	
Pará	-	1	-	2	2	
Amapá	-	-	-	-	-	
Tocantins	-	1	-	3	4	
Nordeste	12	21	24	67	46	
Maranhão	2	-	-	1	-	
Piauí	1	1	1	4	2	
Ceará	-	3	2	14	5	
Rio Grande do Norte	1	6	6	15	9	
Paraíba	2	-	1	5	14	
Pernambuco	2	3	5	4	2	
Alagoas	-	1	1	3	2	
Sergipe	-	-	1	2	-	
Bahia	4	7	7	19	12	
Sudeste	4	45	67	145	106	
Minas Gerais	2	27	52	98	67	
Espírito Santo	1	7	1	11	7	
Rio de Janeiro	-	1	1	4	3	
São Paulo	1	10	13	32	29	
Sul	30	127	77	333	264	
Paraná	3	10	7	27	20	
Santa Catarina	6	28	17	63	58	
Rio Grande do Sul	21	89	53	243	186	
Centro-Oeste	8	25	5	76	21	
Mato Grosso do Sul	3	5	-	9	7	
Mato Grosso	3	13	2	52	6	
Goiás	2	7	3	14	7	
Distrito Federal	-	-	-	1	1	

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2004.

(1) Inclusive os ignorados e os sem declaração de existência.

Tabela 14 - Municípios, total e com existência e utilização de armas de fogo pela Guarda Municipal e efetivo da Guarda Municipal, segundo classes de tamanho da população dos municípios, Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2004

Classes de tamanho da população dos municípios, Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios					
	Total	Com existência de Guarda Municipal e utilização de arma de fogo		Efetivo da Guarda Municipal		
		Total	Utiliza arma de fogo	Total	Homens	Mulheres
Total	5 560	950	139	72 891	64 390	8 501
Classes de tamanho da população						
Até 5 000	1 359	66	1	503	482	21
De 5 001 a 20 000	2 631	325	11	5 963	5 690	273
De 20 001 a 100 000	1 317	398	58	18 840	17 108	1 732
De 100 001 a 500 000	219	135	52	22 816	20 122	2 694
Mais de 500 000	34	26	17	24 769	20 988	3 781
Grandes Regiões e Unidades da Federação						
Norte	449	63	7	4 261	3 805	456
Rondônia	52	1	-	76	75	1
Acre	22	-	-	-	-	-
Amazonas	62	30	-	1 381	1 224	157
Roraima	15	2	-	164	164	-
Pará	143	25	7	1 868	1 668	200
Amapá	16	2	-	498	440	58
Tocantins	139	3	-	274	234	40
Nordeste	1 792	457	26	22 009	20 365	1 644
Maranhão	217	45	3	1 162	1 025	137
Piauí	222	13	-	200	168	32
Ceará	184	54	5	3 514	3 145	369
Rio Grande do Norte	167	21	1	975	853	122
Paraíba	223	27	5	2 204	2 034	170
Pernambuco	185	61	6	4 167	3 956	211
Alagoas	102	26	1	2 034	1 752	282
Sergipe	75	22	1	1 014	957	57
Bahia	417	188	4	6 739	6 475	264
Sudeste	1 668	312	91	38 157	32 733	5 424
Minas Gerais	853	41	-	1 808	1 605	203
Espírito Santo	78	10	2	1 086	982	104
Rio de Janeiro	92	67	4	12 017	10 609	1 408
São Paulo	645	194	85	23 246	19 537	3 709
Sul	1 188	95	13	5 700	5 105	595
Paraná	399	18	4	2 608	2 346	262
Santa Catarina	293	12	-	338	299	39
Rio Grande do Sul	496	65	9	2 754	2 460	294
Centro-Oeste	463	23	2	2 764	2 457	307
Mato Grosso do Sul	77	4	1	253	210	43
Mato Grosso	139	5	1	216	166	50
Goiás	246	14	-	2 295	2 081	214
Distrito Federal	1	-	-	-	-	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2004.

Tabela 15 - Municípios, total e com efetivo da Guarda Municipal, segundo classes de tamanho da população dos municípios, Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2004

Classes de tamanho da população dos municípios, Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios					
	Total	Com efetivo da Guarda Municipal				
		Até 10	11 a 40	41 a 100	101 a 300	Mais de 300
Total	5 560	213	391	198	103	45
Classes de tamanho da população						
Até 5 000	1 359	52	12	1	-	-
De 5 001 a 20 000	2 631	125	175	21	3	-
De 20 001 a 100 000	1 317	35	194	134	36	1
De 100 001 a 500 000	219	1	10	42	60	22
Mais de 500 000	34	-	-	-	4	22
Grandes Regiões e Unidades da Federação						
Norte	449	8	34	10	8	3
Rondônia	52	-	-	1	-	-
Acre	22	-	-	-	-	-
Amazonas	62	4	18	6	1	1
Roraima	15	1	-	-	1	-
Pará	143	3	13	3	5	1
Amapá	16	-	1	-	-	1
Tocantins	139	-	2	-	1	-
Nordeste	1 792	110	224	82	29	11
Maranhão	217	17	23	3	2	-
Piauí	222	6	7	-	-	-
Ceará	184	12	22	13	3	2
Rio Grande do Norte	167	5	13	2	-	1
Paraíba	223	3	16	4	2	2
Pernambuco	185	8	28	17	6	2
Alagoas	102	2	14	8	1	1
Sergipe	75	7	6	6	3	-
Bahia	417	50	95	29	12	3
Sudeste	1 668	49	101	89	50	25
Minas Gerais	853	13	17	8	2	1
Espírito Santo	78	3	2	1	3	1
Rio de Janeiro	92	2	22	22	17	6
São Paulo	645	31	60	58	28	17
Sul	1 188	42	25	16	8	3
Paraná	399	2	8	4	2	2
Santa Catarina	293	6	3	3	-	-
Rio Grande do Sul	496	34	14	9	6	1
Centro-Oeste	463	4	7	1	8	3
Mato Grosso do Sul	77	-	2	-	2	-
Mato Grosso	139	2	2	-	1	-
Goiás	246	2	3	1	5	3
Distrito Federal	1	-	-	-	-	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2004.

Tabela 16 - Municípios, total e com existência de Guarda Municipal, por tipo de atividade, segundo classes de tamanho da população dos municípios, Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2004

(continua)

Classes de tamanho da população dos municípios, Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios							
	Total	Com existência de Guarda Municipal						
		Total	Atividades exercidas					
			Proteção de bens, serviços e instalações do município	Patrulha-mento ostensivo a pé, motorizado ou montado	Atendi-mento de ocorrências policiais	Fiscali-zação do trânsito	Auxílio à polícia militar	Ronda escolar
Total	5 560	950	918	601	331	364	638	708
Classes de tamanho da população								
Até 5 000	1 359	66	66	32	13	9	28	33
De 5 001 a 20 000	2 631	325	323	177	79	65	200	224
De 20 001 a 100 000	1 317	398	376	270	156	187	282	310
De 100 001 a 500 000	219	135	127	102	66	89	108	117
Mais de 500 000	34	26	26	20	17	14	20	24
Grandes Regiões e Unidades da Federação								
Norte	449	63	60	37	22	23	47	41
Rondônia	52	1	1	1	-	-	1	1
Acre	22	-	-	-	-	-	-	-
Amazonas	62	30	29	21	12	7	27	19
Roraima	15	2	2	1	-	2	1	2
Pará	143	25	23	9	6	11	13	15
Amapá	16	2	2	2	2	2	2	2
Tocantins	139	3	3	3	2	1	3	2
Nordeste	1 792	457	449	260	108	136	286	336
Maranhão	217	45	42	32	17	21	40	34
Piauí	222	13	13	10	4	1	11	9
Ceará	184	54	54	43	20	31	41	41
Rio Grande do Norte	167	21	21	9	5	3	12	12
Paraíba	223	27	27	11	2	3	12	14
Pernambuco	185	61	58	30	11	26	25	43
Alagoas	102	26	26	18	7	6	17	20
Sergipe	75	22	22	16	3	9	13	18
Bahia	417	188	186	91	39	36	115	145
Sudeste	1 668	312	304	256	172	165	260	272
Minas Gerais	853	41	36	27	11	17	31	30
Espírito Santo	78	10	9	5	3	4	5	7
Rio de Janeiro	92	67	66	57	32	49	54	60
São Paulo	645	194	193	167	126	95	170	175
Sul	1 188	95	87	40	25	30	36	48
Paraná	399	18	17	14	13	6	15	13
Santa Catarina	293	12	7	9	3	9	8	9
Rio Grande do Sul	496	65	63	17	9	15	13	26
Centro-Oeste	463	23	18	8	4	10	9	11
Mato Grosso do Sul	77	4	4	2	2	2	3	4
Mato Grosso	139	5	3	2	1	4	3	3
Goiás	246	14	11	4	1	4	3	4
Distrito Federal	1	-	-	-	-	-	-	-

Tabela 16 - Municípios, total e com existência de Guarda Municipal, por tipo de atividade, segundo classes de tamanho da população dos municípios, Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2004

Classes de tamanho da população dos municípios, Grandes Regiões e Unidades da Federação	(conclusão)						
	Municípios						
	Com existência de Guarda Municipal						
	Atividades exercidas						
	Auxílio ao público	Posto de guarda	Barreira física ou cancelas	Serviços administrativos	Vigilância e segurança patrimonial	Atividades da defesa civil	Poteção ambiental
Total	815	257	96	584	886	457	408
Classes de tamanho da população							
Até 5 000	41	6	3	24	57	17	13
De 5 001 a 20 000	263	52	17	155	308	128	124
De 20 001 a 100 000	361	126	51	273	367	204	174
De 100 001 a 500 000	124	61	23	108	128	90	78
Mais de 500 000	26	12	2	24	26	18	19
Grandes Regiões e Unidades da Federação							
Norte	53	22	6	47	59	27	26
Rondônia	1	1	-	1	1	-	-
Acre	-	-	-	-	-	-	-
Amazonas	28	10	4	22	29	15	16
Roraima	2	1	-	1	2	1	1
Pará	17	7	1	18	22	6	6
Amapá	2	2	1	2	2	2	2
Tocantins	3	1	-	3	3	3	1
Nordeste	407	89	38	260	439	182	177
Maranhão	43	13	7	20	40	23	12
Piauí	13	2	-	7	13	10	5
Ceará	53	20	14	35	52	27	24
Rio Grande do Norte	17	5	1	13	19	8	8
Paraíba	17	1	-	9	27	3	8
Pernambuco	43	11	7	33	59	21	24
Alagoas	26	9	-	9	25	19	16
Sergipe	20	4	1	13	21	7	10
Bahia	175	24	8	121	183	64	70
Sudeste	280	127	43	219	294	207	169
Minas Gerais	30	6	-	17	35	19	17
Espírito Santo	6	1	1	4	9	1	-
Rio de Janeiro	64	27	15	58	64	41	36
São Paulo	180	93	27	140	186	146	116
Sul	61	14	7	44	74	35	26
Paraná	16	8	3	12	16	13	13
Santa Catarina	10	-	1	7	7	6	3
Rio Grande do Sul	35	6	3	25	51	16	10
Centro-Oeste	14	5	2	14	20	6	10
Mato Grosso do Sul	4	2	-	4	4	4	3
Mato Grosso	5	1	-	4	3	2	2
Goiás	5	2	2	6	13	-	5
Distrito Federal	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2004.

Tabela 17 - Municípios, total e com existência e número de Juizados Especiais Cíveis, Juizados Especiais Criminais e Delegacias de Mulheres, segundo classes de tamanho da população dos municípios, Grandes Regiões, Unidades da Federação - 2004

Classes de tamanho da população dos municípios, Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios						
	Total	Existência e número de Juizados Especiais Cíveis		Existência e número de Juizados Especiais Criminais		Existência e número de Delegacias de Mulheres	
		Existência	Número	Existência	Número	Existência	Número
Total	5 560	1 732	2 105	1 475	1 702	345	357
Classes de tamanho da população							
Até 5 000	1 359	60	60	28	28	-	-
De 5 001 a 20 000	2 631	671	683	549	555	11	11
De 20 001 a 100 000	1 317	766	840	684	715	158	158
De 100 001 a 500 000	219	201	287	184	246	142	142
Mais de 500 000	34	34	235	30	158	34	46
Grandes Regiões e Unidades da Federação							
Norte	449	116	173	115	136	36	36
Rondônia	52	13	17	12	15	7	7
Acre	22	14	16	15	17	2	2
Amazonas	62	19	48	19	28	4	4
Roraima	15	2	2	3	3	1	1
Pará	143	39	55	38	44	14	14
Amapá	16	12	13	12	13	2	2
Tocantins	139	17	22	16	16	6	6
Nordeste	1 792	331	425	307	359	51	52
Maranhão	217	33	33	25	26	9	9
Piauí	222	15	25	14	24	4	5
Ceará	184	59	93	58	78	7	7
Rio Grande do Norte	167	62	64	62	64	4	4
Paraíba	223	42	46	41	41	11	11
Pernambuco	185	20	28	20	21	4	4
Alagoas	102	20	34	25	38	2	2
Sergipe	75	25	35	26	30	3	3
Bahia	417	55	67	36	37	7	7
Sudeste	1 668	639	755	542	644	169	179
Minas Gerais	853	248	262	217	226	39	39
Espírito Santo	78	53	63	50	53	10	10
Rio de Janeiro	92	76	115	71	94	7	9
São Paulo	645	262	315	204	271	113	121
Sul	1 188	426	472	328	348	62	62
Paraná	399	147	171	132	139	19	19
Santa Catarina	293	80	88	68	70	15	15
Rio Grande do Sul	496	199	213	128	139	28	28
Centro-Oeste	463	220	280	183	215	27	28
Mato Grosso do Sul	77	48	57	42	44	14	15
Mato Grosso	139	78	89	57	60	4	4
Goiás	246	93	106	83	89	8	8
Distrito Federal	1	1	28	1	22	1	1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2004.

Tabela 18 - Municípios, total e com estrutura na área de meio ambiente, por tipo de órgão existente, segundo classes de tamanho da população, Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2004

(continua)

Classes de tamanho da população, Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios						
	Total (1)	Com estrutura na área de meio ambiente, por tipo de órgão existente					
		Total	Secretaria de Meio Ambiente				
			Exclusivamente de meio ambiente	Associada a outra área da administração municipal			
	Total (2)	Agri-cultura	Defesa Civil	Educação/ Cultura			
Total	5 560	3 953	388	1 487	962	34	68
Classes de tamanho da população							
Até 5 000	1 359	791	31	287	194	5	12
De 5 001 a 20 000	2 631	1 782	118	663	458	14	23
De 20 001 a 100 000	1 317	1 135	154	459	280	13	32
De 100 001 a 500 000	219	211	69	69	30	2	1
Mais de 500 000	34	34	16	9	-	-	-
Grandes Regiões e Unidades da Federação							
Norte	449	310	58	161	84	2	8
Rondônia	52	40	6	21	20	-	-
Acre	22	17	1	13	11	-	-
Amazonas	62	57	19	27	5	-	5
Roraima	15	15	1	11	5	-	-
Pará	143	122	26	53	31	1	3
Amapá	16	15	-	14	6	-	-
Tocantins	139	44	5	22	6	1	-
Nordeste	1 792	1 129	82	370	224	10	18
Maranhão	217	126	12	38	24	-	1
Piauí	222	139	11	18	13	-	-
Ceará	184	137	3	42	17	-	4
Rio Grande do Norte	167	80	5	33	10	1	3
Paraíba	223	111	9	43	28	1	1
Pernambuco	185	141	10	31	17	1	1
Alagoas	102	77	11	32	20	-	-
Sergipe	75	55	2	22	15	-	1
Bahia	417	263	19	111	80	7	7
Sudeste	1 668	1 099	130	348	224	13	22
Minas Gerais	853	548	51	182	111	3	12
Espírito Santo	78	78	12	33	30	-	3
Rio de Janeiro	92	90	29	44	27	7	1
São Paulo	645	383	38	89	56	3	6
Sul	1 188	1 039	63	443	331	7	6
Paraná	399	351	27	125	106	6	4
Santa Catarina	293	258	11	119	103	1	1
Rio Grande do Sul	496	430	25	199	122	-	1
Centro-Oeste	463	376	55	165	99	2	14
Mato Grosso do Sul	77	65	2	19	8	1	1
Mato Grosso	139	117	8	71	52	1	5
Goiás	246	193	44	75	39	-	8
Distrito Federal	1	1	1	-	-	-	-

Tabela 18 - Municípios, total e com estrutura na área de meio ambiente, por tipo de órgão existente, segundo classes de tamanho da população, Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2004

(continuação)

Classes de tamanho da população, Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios						
	Com estrutura na área de meio ambiente, por tipo de órgão existente						
	Secretaria de Meio Ambiente						
	Associada a outra área da administração municipal						
	Indústria	Obras	Pesca	Planejamento	Saúde	Turismo	Outra
Total	78	115	60	76	154	299	257
Classes de tamanho da população							
Até 5 000	16	14	6	5	61	44	41
De 5 001 a 20 000	30	47	23	23	57	143	95
De 20 001 a 100 000	25	45	25	32	35	100	90
De 100 001 a 500 000	7	8	6	12	1	12	24
Mais de 500 000	-	1	-	4	-	-	7
Grandes Regiões e Unidades da Federação							
Norte	5	3	11	5	21	61	19
Rondônia	1	-	-	1	-	3	1
Acre	1	1	-	1	1	2	3
Amazonas	-	-	5	-	-	19	4
Roraima	-	-	1	-	-	7	1
Pará	1	2	3	3	14	9	5
Amapá	-	-	-	-	-	11	5
Tocantins	2	-	2	-	6	10	-
Nordeste	13	40	19	22	25	84	71
Maranhão	-	7	1	2	1	6	2
Piauí	-	1	-	-	2	2	4
Ceará	2	9	1	1	-	17	12
Rio Grande do Norte	-	3	4	2	6	11	8
Paraíba	-	4	2	1	7	9	9
Pernambuco	5	1	-	5	3	3	10
Alagoas	-	1	2	1	1	10	2
Sergipe	-	2	1	1	1	2	2
Bahia	6	12	8	9	4	24	22
Sudeste	11	48	11	23	17	50	76
Minas Gerais	8	24	1	6	12	28	39
Espírito Santo	1	3	1	-	1	5	2
Rio de Janeiro	-	4	8	2	1	5	9
São Paulo	2	17	1	15	3	12	26
Sul	31	18	15	18	74	46	59
Paraná	10	7	8	3	3	22	13
Santa Catarina	7	6	5	6	-	14	15
Rio Grande do Sul	14	5	2	9	71	10	31
Centro-Oeste	18	6	4	8	17	58	32
Mato Grosso do Sul	1	2	-	2	1	11	12
Mato Grosso	10	2	2	2	3	29	8
Goiás	7	2	2	4	13	18	12
Distrito Federal	-	-	-	-	-	-	-

Tabela 18 - Municípios, total e com estrutura na área de meio ambiente, por tipo de órgão existente, segundo classes de tamanho da população, Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2004

(continuação)

Classes de tamanho da população, Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios					
	Com estrutura na área de meio ambiente, por tipo de órgão existente					
	Departamento, Assessoria, Setor ou órgão similar para tratar da questão ambiental					
	Total (2)	Área da administração municipal ao qual está associada				
Agricultura		Defesa Civil	Educação / Cultura	Indústria	Obras	
Total	2 078	1 252	36	166	54	356
Classes de tamanho da população						
Até 5 000	473	304	5	46	7	58
De 5 001 a 20 000	1001	642	25	93	28	166
De 20 001 a 100 000	522	294	4	25	17	107
De 100 001 a 500 000	73	11	2	2	2	23
Mais de 500 000	9	1	-	-	-	2
Grandes Regiões e Unidades da Federação						
Norte	91	40	-	9	4	11
Rondônia	13	9	-	1	2	8
Acre	3	1	-	-	-	-
Amazonas	11	2	-	2	1	1
Roraima	3	3	-	-	-	2
Pará	43	23	-	2	-	-
Amapá	1	-	-	-	-	-
Tocantins	17	2	-	4	1	-
Nordeste	677	409	9	53	12	110
Maranhão	76	54	-	4	1	3
Piauí	110	56	3	8	2	7
Ceará	92	59	4	9	4	28
Rio Grande do Norte	42	24	-	3	-	14
Paraíba	59	27	-	6	1	6
Pernambuco	100	65	1	5	-	20
Alagoas	34	24	-	3	-	2
Sergipe	31	17	-	3	-	11
Bahia	133	83	1	12	4	19
Sudeste	621	317	19	71	6	167
Minas Gerais	315	147	4	42	3	73
Espírito Santo	33	25	1	2	1	2
Rio de Janeiro	17	5	2	-	1	4
São Paulo	256	140	12	27	1	88
Sul	533	412	8	21	25	44
Paraná	199	173	1	12	13	16
Santa Catarina	128	107	5	3	5	13
Rio Grande do Sul	206	132	2	6	7	15
Centro-Oeste	156	74	-	12	7	24
Mato Grosso do Sul	44	20	-	4	4	9
Mato Grosso	38	28	-	3	2	3
Goiás	74	26	-	5	1	12
Distrito Federal	-	-	-	-	-	-

Tabela 18 - Municípios, total e com estrutura na área de meio ambiente, por tipo de órgão existente, segundo classes de tamanho da população, Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2004

(conclusão)

Classes de tamanho da população, Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios					
	Com estrutura na área de meio ambiente, por tipo de órgão existente					Sem órgão de meio ambiente na estrutura da Prefeitura
	Departamento, Assessoria, Setor ou órgão similar para tratar da questão ambiental					
	Área da administração municipal ao qual está associada					
Pesca	Planeja- mento	Saúde	Turismo	Outra		
Total	12	134	276	149	300	1 605
Classes de tamanho da população						
Até 5 000	2	15	94	25	47	568
De 5 001 a 20 000	2	41	120	74	130	847
De 20 001 a 100 000	7	56	56	47	92	182
De 100 001 a 500 000	1	18	6	3	27	8
Mais de 500 000	-	4	-	-	4	-
Grandes Regiões e Unidades da Federação						
Norte	2	6	24	10	14	139
Rondônia	-	2	-	1	-	12
Acre	-	-	-	1	2	5
Amazonas	1	2	1	2	5	5
Roraima	-	-	-	-	-	-
Pará	1	1	17	4	3	21
Amapá	-	-	-	-	1	1
Tocantins	-	1	6	2	3	95
Nordeste	2	28	103	49	101	661
Maranhão	-	2	6	5	7	91
Piauí	-	3	42	1	6	83
Ceará	2	1	7	18	15	47
Rio Grande do Norte	-	2	8	7	2	85
Paraíba	-	2	11	3	21	112
Pernambuco	-	8	9	3	19	44
Alagoas	-	-	3	2	3	25
Sergipe	-	1	9	1	4	20
Bahia	-	9	8	9	24	154
Sudeste	5	69	44	45	102	569
Minas Gerais	1	23	25	24	55	305
Espírito Santo	1	-	2	3	5	2
Rio de Janeiro	-	3	-	1	3	262
São Paulo	3	43	17	17	39	-
Sul	3	26	79	24	48	149
Paraná	1	5	5	12	24	48
Santa Catarina	2	9	5	4	8	35
Rio Grande do Sul	-	12	69	8	16	66
Centro-Oeste	-	5	26	21	35	87
Mato Grosso do Sul	-	3	-	8	17	12
Mato Grosso	-	1	3	8	3	22
Goiás	-	1	23	5	15	53
Distrito Federal	-	-	-	-	-	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2004.

(1) Inclusive os ignorados e sem declaração de existência. (2) A secretaria ou departamento de meio ambiente pode estar associada a mais de uma área administrativa do município.

**Tabela 19 - Funcionários ativos na área de meio ambiente,
por regime de contratação, segundo classes de tamanho da população,
Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2004**

Classes de tamanho da população, Grandes Regiões e Unidades da Federação	Funcionários ativos na área de meio ambiente				
	Total (1)	Regime de contratação			
		Estatutários	Celetistas	Somente comissionados	Outros
Total	36 001	18 215	4 433	6 719	6 634
Classes de tamanho da população					
Até 5 000	1 688	890	150	481	167
De 5 001 a 20 000	6 102	2 753	717	1 804	828
De 20 001 a 100 000	11 018	5 772	1 560	2 050	1 636
De 100 001 a 500 000	9 588	4 480	1 019	1 399	2 690
Mais de 500 000	7 605	4 320	987	985	1 313
Grandes Regiões e Unidades da Federação					
Norte	3 258	1 860	229	640	529
Rondônia	494	289	53	148	4
Acre	140	0	103	34	3
Amazonas	696	428	9	108	151
Roraima	169	29	0	55	85
Pará	1 177	766	60	189	162
Amapá	291	184	0	41	66
Tocantins	291	164	4	65	58
Nordeste	7 105	3 133	877	1 834	1 261
Maranhão	691	254	222	141	74
Piauí	350	107	38	137	68
Ceará	2 011	966	237	270	538
Rio Grande do Norte	719	355	4	183	177
Paraíba	652	350	25	220	57
Pernambuco	727	280	54	339	54
Alagoas	489	255	56	139	39
Sergipe	134	28	8	93	5
Bahia	1 332	538	233	312	249
Sudeste	15 474	7 605	2 403	2 156	3 310
Minas Gerais	5 500	2 786	270	616	1 828
Espírito Santo	1 440	751	154	303	232
Rio de Janeiro	2 526	1 069	473	590	394
São Paulo	6 008	2 999	1 506	647	856
Sul	7 516	4 516	655	1 186	1 159
Paraná	3 295	2 359	187	435	314
Santa Catarina	1 452	652	87	270	443
Rio Grande do Sul	2 769	1 505	381	481	402
Centro-Oeste	2 648	1 101	269	903	375
Mato Grosso do Sul	325	145	7	114	59
Mato Grosso	529	320	23	117	69
Goiás	1 088	507	27	461	93
Distrito Federal	706	129	212	211	154

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2004.

(1) Inclusive os sem declaração de regime de contratação.

Tabela 20 - Municípios, total e com existência de Conselho Municipal de Meio Ambiente e de Fundo Municipal de Meio Ambiente, com participação de Comitê de Bacia Hidrográfica, por número de comitês segundo classes de tamanho da população, Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2004

Classes de tamanho da população, Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios						
	Total (1)	Com existência de					
		Conselho Municipal de Meio Ambiente		Com Fundo Municipal	Participação de Comitê de Bacia Hidrográfica		
		Total	Realizou reunião nos últimos 12 meses		Número de comitês de que participa		
				1	2 e 3	mais de 3	
Total	5 560	2 039	1 515	804	2 384	428	17
Classes de tamanho da população							
Até 5 000	1 359	337	229	131	528	45	5
De 5 001 a 20 000	2 631	816	594	274	1 088	171	6
De 20 001 a 100 000	1 317	683	524	269	622	162	3
De 100 001 a 500 000	219	172	138	102	128	41	2
Mais de 500 000	34	31	30	28	18	9	1
Grandes Regiões e Unidades da Federação							
Norte	449	118	92	49	25	-	2
Rondônia	52	16	13	7	3	-	-
Acre	22	11	7	2	6	-	-
Amazonas	62	11	9	6	2	-	1
Roraima	15	10	8	6	1	-	1
Pará	143	52	43	24	4	-	-
Amapá	16	4	2	-	1	-	-
Tocantins	139	14	10	4	8	-	-
Nordeste	1 792	363	262	144	538	67	4
Maranhão	217	31	23	9	22	2	1
Piauí	222	13	8	6	14	-	-
Ceará	184	41	31	5	112	9	-
Rio Grande do Norte	167	23	16	12	36	5	-
Paraíba	223	19	13	6	36	1	-
Pernambuco	185	38	24	9	101	26	-
Alagoas	102	20	16	9	35	6	1
Sergipe	75	12	10	5	24	2	-
Bahia	417	166	121	83	158	16	2
Sudeste	1 668	781	561	197	1 127	264	5
Minas Gerais	853	491	365	116	488	168	2
Espírito Santo	78	35	27	9	41	17	-
Rio de Janeiro	92	53	35	25	46	24	-
São Paulo	645	202	134	47	552	55	3
Sul	1 188	589	458	320	558	81	6
Paraná	399	120	97	67	134	20	1
Santa Catarina	293	171	117	26	171	20	2
Rio Grande do Sul	496	298	244	227	253	41	3
Centro-Oeste	463	188	142	94	136	16	-
Mato Grosso do Sul	77	26	21	14	37	1	-
Mato Grosso	139	55	43	20	25	2	-
Goiás	246	106	77	59	74	12	-
Distrito Federal	1	1	1	1	1	1	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2004.

(1) Inclusive os ignorados e sem declaração de existência.

Tabela 21 - Municípios, total e que implementaram convênio ou cooperação técnica com vistas a desenvolver ações na área ambiental, por tipo de parceria implementada, segundo classes de tamanho da população dos municípios, Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2004

(continua)

Classes de tamanho da população dos municípios, Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios					
	Total (1)	Que implementaram convênio ou cooperação técnica com vistas a desenvolver ações na área ambiental				
		Total	Tipo de parceria implementada (2)			
			Órgão público	Empresa estatal	Iniciativa privada	Instituição/ órgão internacional
Total	5 560	2 177	1 589	355	467	77
Classes de tamanho da população						
Até 5 000	1 359	402	296	60	68	3
De 5 001 a 20 000	2 631	890	642	159	156	19
De 20 001 a 100 000	1 317	684	503	106	169	27
De 100 001 a 500 000	219	171	126	28	63	19
Mais de 500 000	34	30	22	2	11	9
Grandes Regiões e Unidades da Federação						
Norte	449	160	130	19	29	7
Rondônia	52	19	13	2	2	1
Acre	22	9	8	1	1	
Amazonas	62	26	21	1	3	2
Roraima	15	10	7	2	4	-
Pará	143	60	53	8	13	1
Amapá	16	10	10	1	1	1
Tocantins	139	26	18	4	5	2
Nordeste	1 792	381	274	51	70	19
Maranhão	217	23	16	1	3	1
Piauí	222	22	20	4	2	1
Ceará	184	55	40	8	8	4
Rio Grande do Norte	167	34	23	6	7	2
Paraíba	223	28	20	4	7	1
Pernambuco	185	51	36	3	8	8
Alagoas	102	23	14	3	6	1
Sergipe	75	14	11	5	3	1
Bahia	417	131	94	17	26	-
Sudeste	1 668	818	611	150	175	31
Minas Gerais	853	410	292	109	98	13
Espírito Santo	78	49	41	6	8	2
Rio de Janeiro	92	69	50	10	17	1
São Paulo	645	290	228	25	52	15
Sul	1 188	630	419	108	152	11
Paraná	399	243	189	51	44	6
Santa Catarina	293	142	101	35	20	-
Rio Grande do Sul	496	245	129	22	88	5
Centro-Oeste	463	188	155	27	41	9
Mato Grosso do Sul	77	38	21	5	12	5
Mato Grosso	139	55	48	5	12	2
Goiás	246	94	85	17	17	2
Distrito Federal	1	1	1	-	-	-

Tabela 21 - Municípios, total e que implementaram convênio ou cooperação técnica com vistas a desenvolver ações na área ambiental, por tipo de parceria implementada, segundo classes de tamanho da população dos municípios, Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2004

Classes de tamanho da população dos municípios, Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios			(conclusão)
	Que implementaram convênio ou cooperação técnica com vistas a desenvolver ações na área ambiental			
	Tipo de parceria implementada			
	ONG - Organização não-governamental	Universidade/ Órgão de ensino e pesquisa	Outros	
Total	428	455	165	
Classes de tamanho da população				
Até 5 000	29	56	33	
De 5 001 a 20 000	157	132	59	
De 20 001 a 100 000	169	171	56	
De 100 001 a 500 000	61	77	16	
Mais de 500 000	12	19	1	
Grandes Regiões e Unidades da Federação				
Norte	33	31	12	
Rondônia	4	2	4	
Acre	4	3		
Amazonas	6	9	3	
Roraima	2	-	3	
Pará	12	12	2	
Amapá	1	1	-	
Tocantins	4	4	-	
Nordeste	126	80	29	
Maranhão	4	3	1	
Piauí	8	3	2	
Ceará	17	10	6	
Rio Grande do Norte	12	6	4	
Paraíba	4	8	2	
Pernambuco	22	9	4	
Alagoas	11	4	4	
Sergipe	5	3	-	
Bahia	43	34	6	
Sudeste	162	163	43	
Minas Gerais	77	78	15	
Espírito Santo	8	6	5	
Rio de Janeiro	25	30	4	
São Paulo	52	49	19	
Sul	66	142	66	
Paraná	26	41	19	
Santa Catarina	18	18	14	
Rio Grande do Sul	22	83	33	
Centro-Oeste	41	39	15	
Mato Grosso do Sul	12	18	5	
Mato Grosso	16	7	4	
Goiás	13	13	6	
Distrito Federal	-	1		

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2004.

(1) Inclusive os ignorados e os sem declaração de existência. (2) Variável com múltiplas respostas.

Tabela 22 - Municípios, total e que participam de consórcio intermunicipal na área ambiental, pelos três principais temas abordados nos referido (s) consórcio (s), segundo classes de tamanho da população dos municípios, Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2004

(continua)

Classes de tamanho da população dos municípios, Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios					
	Total (1)	Que participam de consórcio intermunicipal na área ambiental				
		Total	Principais temas abordados no (s) referido (s) consórcio (s)(2)			
			Disposição de resíduos sólidos	Despoluição de recursos hídricos	Captação e distribuição de água	Tratamento de esgoto
Total	5 560	1 080	611	409	254	199
Classes de tamanho da população						
Até 5 000	1 359	180	113	52	40	20
De 5 001 a 20 000	2 631	442	250	154	105	76
De 20 001 a 100 000	1 317	340	183	141	85	77
De 100 001 a 500 000	219	96	52	50	23	20
Mais de 500 000	34	22	13	12	1	6
Grandes Regiões e Unidades da Federação						
Norte	449	60	23	17	13	7
Rondônia	52	6	3	3	4	-
Acre	22	5	3	3	3	1
Amazonas	62	7	4	-	3	1
Roraima	15	3	1	1	-	2
Pará	143	25	8	1	2	2
Amapá	16	1	1	-	-	-
Tocantins	139	13	3	9	1	1
Nordeste	1 792	150	94	66	35	28
Maranhão	217	8	2	-	-	1
Piauí	222	6	1	2	1	1
Ceará	184	14	8	7	2	3
Rio Grande do Norte	167	6	4	4	1	1
Paraíba	223	10	9	1	3	-
Pernambuco	185	32	25	14	6	7
Alagoas	102	8	5	5	4	2
Sergipe	75	7	5	-	1	-
Bahia	417	59	35	33	17	13
Sudeste	1 668	442	219	200	125	128
Minas Gerais	853	163	90	72	53	41
Espírito Santo	78	51	18	27	16	15
Rio de Janeiro	92	56	27	38	20	17
São Paulo	645	172	84	63	36	55
Sul	1 188	332	252	83	60	24
Paraná	399	100	63	29	22	8
Santa Catarina	293	104	85	30	22	8
Rio Grande do Sul	496	128	104	24	16	8
Centro-Oeste	463	96	23	43	21	12
Mato Grosso do Sul	77	41	14	23	11	2
Mato Grosso	139	14	3	6	1	2
Goiás	246	40	6	13	8	7
Distrito Federal	1	1	-	1	1	1

Tabela 22 - Municípios, total e que participam de consórcio intermunicipal na área ambiental, pelos três principais temas abordados nos referido (s) consórcio (s), segundo classes de tamanho da população dos municípios, Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2004

(conclusão)

Classes de tamanho da população dos municípios, Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios			
	Que participam de consórcio intermunicipal na área ambiental			
	Principais temas abordados no (s) referido (s) consórcio (s)(2)			
	Uso dos recursos florestais e do solo	Recuperação de áreas degradadas	Planos diretores locais e regionais	Outros
Total	218	346	131	185
Classes de tamanho da população				
Até 5 000	37	61	13	20
De 5 001 a 20 000	111	160	45	78
De 20 001 a 100 000	59	91	48	63
De 100 001 a 500 000	7	26	19	19
Mais de 500 000	4	8	6	5
Grandes Regiões e Unidades da Federação				
Norte	27	32	15	5
Rondônia	3	1	-	-
Acre	2	2	-	1
Amazonas	3	5	2	-
Roraima	-	3	1	-
Pará	14	13	10	4
Amapá	1	-	1	-
Tocantins	4	8	1	-
Nordeste	33	36	22	20
Maranhão	3	4	2	2
Piauí	2	2	1	2
Ceará	1	4	2	3
Rio Grande do Norte	1	1	1	-
Paraíba	1	2	-	1
Pernambuco	4	2	4	2
Alagoas	-	2	-	1
Sergipe	-	-	-	3
Bahia	21	19	12	6
Sudeste	72	145	62	77
Minas Gerais	36	50	29	14
Espírito Santo	6	14	4	8
Rio de Janeiro	6	18	9	11
São Paulo	24	63	20	44
Sul	62	77	23	61
Paraná	27	43	10	20
Santa Catarina	18	15	4	13
Rio Grande do Sul	17	19	9	28
Centro-Oeste	24	56	9	22
Mato Grosso do Sul	10	26	4	10
Mato Grosso	4	8	1	2
Goiás	10	22	4	10
Distrito Federal	-	-	-	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2004.

(1) Inclusive os ignorados e os sem declaração de existência. (2) Variável com múltiplas respostas.

Referências

AFONSO, J. R. R.; ARAUJO, E. A. *A capacidade de gastos dos municípios brasileiros: arrecadação própria e receita disponível*. 2000. Disponível em: <http://federativo.bndes.gov.br/destaques/docs_pagina_LRF/adenauer.doc>. Acesso em: abr. 2004.

BISCAIA, A. C. et al. (Coord.). Reformas substantivas na esfera municipal: segurança pública no município: a guarda municipal. In: _____. *Projeto segurança pública para o Brasil*. Desenvolvido pelo Instituto Cidadania em parceria com a Fundação Djalma Guimarães. Disponível em: <<http://www.mj.gov.br/noticias/2003/abril/pnsp.pdf>>. Acesso em: out. 2005.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/sf/legislacao/const>>. Acesso em: out. 2005.

BRASIL. Constituição (1988). Emenda constitucional nº 39, de 19 dezembro de 2002. Acrescenta o artigo 149-A à Constituição Federal, instituindo contribuição para custeio do serviço de iluminação pública nos municípios e no Distrito Federal. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 20 dez. 2002. p. 2, c. 1

BRASIL. Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979. Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 20 dez. 1979. p. 19457.

BRASIL. Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995. Dispõe sobre os juizados especiais cíveis e criminais e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 27 set. 1995. p. 15033, c. 1.

BRASIL. Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do Artigo 21 da Constituição Federal, e altera o Artigo 1 da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 9 jan. 1997. p. 470, c. 1.

Brasil. Lei nº 9.785, de 29 de janeiro de 1999. Altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941 (desapropriação por utilidade pública) e as Leis nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (registros públicos) e nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979 (parcelamento do solo urbano). *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 01 fev. 1999. p. 5

BRASIL. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os Artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 11 set. 2001. p. 1.

BRASIL. Lei nº 10.259, de 12 de julho de 2001. Dispõe sobre a instituição dos juizados especiais cíveis e criminais no âmbito da Justiça Federal. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 13 jul. 2001. p. 1, c. 1.

BRASIL. Lei nº 10.867, de 12 de maio de 2004. Altera o Artigo 6 da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas - SINARM, define crimes e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 13 de maio de 2004. p. 1, c. 2.

BRASIL. Lei complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 5 maio 2000. p. 1, c. 1.

BRASIL. Medida provisória nº 157, de 23 de dezembro de 2003. Altera o inciso IV do Artigo 6 da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas - SINARM e define crimes. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 24 dez. 2003. p. 9, c. 3.

MATRIZ curricular nacional para a formação das guardas municipais. Brasília, DF: Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2005. Disponível em: <www.mj.gov.br/senasp/prevencao/prevencao_matriz.htm>. Acesso em: out. 2005.

MEIRELLES, H. L. *Direito municipal brasileiro*. 12. ed. São Paulo: Malheiros, 2001. 882 p.

MUKAI, T. *O estatuto da cidade: anotações à lei n. 10.257, de 10-7-2001*. São Paulo: Saraiva, 2001. 186 p.

OBJETIVOS de desenvolvimento do milênio: relatório nacional de acompanhamento. Supervisão Grupo Técnico para Acompanhamento dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio. Coordenação IPEA e IBGE. Brasília: IPEA, 2005. 208 p.

PERFIL dos municípios brasileiros: gestão pública 2002. Rio de Janeiro: IBGE, 2005a. 131 p. Acompanha 1 CD-ROM. Acima do título: Pesquisa de Informações Básicas Municipais.

PERFIL dos municípios brasileiros: meio ambiente 2002. Rio de Janeiro: IBGE, 2005b. 382 p. Acompanha 1 CD-ROM. Acima do título: Pesquisa de Informações Básicas Municipais.

SANTOS, C. M. dos. *Delegacias da mulher em São Paulo: percurso e percalços*. Disponível em: <<http://copodeleite.rits.org.br/apc-aa-patriciagalvao/home/noticias.shtml?x=189>>. Acesso em: out. 2005.

SISTEMA de contas nacionais: Brasil 2003. Rio de Janeiro: IBGE, 2004. 140 p. (Contas nacionais, n. 12). Acompanha 1 CD-ROM.

Anexo

Pesquisa de Informações Básicas Municipais - 2004

Questionário de Gestão

 PESQUISA DE INFORMAÇÕES BÁSICAS MUNICIPAIS - 2004 QUESTIONÁRIO DE GESTÃO	01 Identificação do Questionário	
	1 - Nome do responsável pela coleta: <input type="text"/>	
2 - SIAPE: <input type="text"/>		3 - Data de início do preenchimento: <input type="text"/> / <input type="text"/> / <input type="text"/>
		4 - Data de finalização: <input type="text"/> / <input type="text"/> / <input type="text"/>
02 Identificação do Município		
1 - UF <input type="text"/>	2 - Município <input type="text"/>	
3 - Nome <input type="text"/>		
03 Informações Cadastrais da Prefeitura		
1 - CNPJ da prefeitura <input type="text"/> / <input type="text"/> / <input type="text"/>		2 - Telefone <input type="text"/> / <input type="text"/>
3 - Endereço da prefeitura (logradouro): <input type="text"/> <input type="text"/>		4 - Número <input type="text"/>
		5 - Complemento <input type="text"/>
		6 - CEP <input type="text"/> / <input type="text"/>
7 - A prefeitura tem e-mail/endereço eletrônico? 1 <input type="checkbox"/> Sim 3 <input type="checkbox"/> Não (passe para o quesito 9)	8 - E-mail da prefeitura <input type="text"/> <input type="text"/>	
9 - Nome do responsável pelas informações na prefeitura <input type="text"/>		
10 - Função do responsável na prefeitura <input type="text"/>		
11 - Órgão em que trabalha <input type="text"/>		
12 - E-mail <input type="text"/>		
13 - Telefone <input type="text"/> / <input type="text"/>	14 - Fax <input type="text"/> / <input type="text"/>	Assinatura <input type="text"/>
04 Informações sobre o atual Prefeito		
Outra situação Um exemplo é o caso das Prefeituras sob intervenção, onde o exercício do governo não é efetuado pelo prefeito eleito, ou na sua falta, pelos que deveriam substituí-lo na linha regular de sucessão, mas sim por pessoa indicada para isso por poder externo e superior.		
1 - Nome do prefeito <input type="text"/>		
2 - Partido atual do prefeito: preencha com o número referente ao partido ou o número da alternativa escolhida, segundo a lista a seguir <input type="text"/>		
11 - PP 12 - PDT 13 - PT 14 - PTB 15 - PMDB	16 - PSTU 17 - PSL 19 - PTN 20 - PSC 21 - PCB	22 - PL 23 - PPS 25 - PFL 26 - PAN 27 - PSDC
	28 - PRTB 29 - PCO 31 - PHS 33 - PMN 36 - PTC	40 - PSB 43 - PV 44 - PRP 45 - PSDB 56 - PRONA
		65 - PCdoB 70 - PTdoB 88 - Sem partido 89 - Outra situação

05		Estrutura Administrativa	
<p>Funcionários estatutários - são os servidores, ativos e efetivos da prefeitura, regidos por um estatuto próprio do Serviço Público Municipal.</p> <p>Funcionários celetistas - são os servidores contratados sob o regime da Consolidação das Leis Trabalhistas.</p> <p>Somente comissionados - são funcionários comissionados, que não são efetivos na Prefeitura, e que tem como único vínculo o cargo comissionado que exercem.</p> <p>Outros - funcionários que trabalham na Prefeitura e não se enquadram nas três situações anteriores. Exemplos: agentes políticos dos primeiros escalões; trabalhadores voluntários; funcionários cedidos por outros órgãos; trabalhadores autônomos; trabalhadores terceirizados: pessoal de apoio - serventes, faxineiros, vigias, porteiros, motoristas, etc, empregados de outra pessoa jurídica, inclusive trabalhadores cooperativados a serviço da prefeitura; dentre outros.</p> <p>Administração direta e indireta - A administração pública classifica-se em direta e indireta. A administração direta é aquela que se encontra integrada e ligada diretamente ao Poder Executivo. Já a Administração Indireta é aquela transferida do núcleo do poder público, para outra entidade por ele criada ou cuja criação é por ele autorizada.</p> <p>Observação: Serão considerados somente os servidores alocados em cada unidade, devendo desconsiderar aqueles que, apesar de seu vínculo com a Prefeitura, encontram-se cedidos ou colocados à disposição de outros órgãos.</p> <p>Instrução de Preenchimento: os campos numéricos devem ser preenchidos com 0 (zero) quando a quantidade for nula</p>			
A) Composição do quadro de pessoal na Administração Direta			
1 - Registre o número de pessoas ocupadas na Prefeitura, segundo o regime de contratação.		2 - Registre o número de funcionários ativos, celetistas (CLT) e estatutários, na prefeitura, segundo o nível do cargo:	
1.1 - Estatutários	<input type="text"/>	1.3 - Total (1.1 + 1.2)	<input type="text"/>
1.2 - Celetistas (CLT)	<input type="text"/>	1.4 - Somente comissionados	<input type="text"/>
1.2.1 - Contrato por tempo indeterminado	<input type="text"/>	1.5 - Outros	<input type="text"/>
1.2.2 - Contrato por tempo determinado	<input type="text"/>		
1.2.3 - Estagiários	<input type="text"/>		
		2.1 - Nível auxiliar	<input type="text"/>
		2.2 - Nível médio	<input type="text"/>
		2.3 - Nível superior	<input type="text"/>
		2.4 - Total (igual ao do 1.3)	<input type="text"/>
B) Composição do quadro de pessoal na Administração Indireta			
3 - Nesta Prefeitura existe administração indireta (empresas públicas, fundações, autarquias ou sociedades de economia mista)?		4 - Informe abaixo o número de órgãos da administração indireta existentes neste município:	
1 <input type="checkbox"/> Sim		4.1 - Fundações	<input type="text"/>
3 <input type="checkbox"/> Não (passe para o quesito 7)		4.2 - Autarquias	<input type="text"/>
		4.3 - Empresas públicas	<input type="text"/>
		4.4 - Sociedades de economia mista	<input type="text"/>
5 - Registre o número de pessoas ocupadas na administração indireta, segundo o regime de contratação		6 - Qual o número de funcionários ativos, celetistas (CLT) e estatutários, na administração indireta, segundo o nível do cargo?	
5.1 - Estatutários	<input type="text"/>	5.3 - Total (5.1 + 5.2)	<input type="text"/>
5.2 - Celetistas (CLT)	<input type="text"/>	5.4 - Somente comissionados	<input type="text"/>
5.2.1 - Contrato por tempo indeterminado	<input type="text"/>	5.5 - Outros	<input type="text"/>
5.2.2 - Contrato por tempo determinado	<input type="text"/>		
5.2.3 - Estagiários	<input type="text"/>		
		6.1 - Nível auxiliar	<input type="text"/>
		6.2 - Nível médio	<input type="text"/>
		6.3 - Nível superior	<input type="text"/>
		6.4 - Total (igual ao do 5.3)	<input type="text"/>
C) Previdência			
Regime Próprio de Previdência Social - é um sistema criado com o objetivo de instituir e administrar planos de concessão e manutenção de benefícios previdenciários, complementares ou assemelhados aos da Previdência Social, ao pessoal que têm um vínculo empregatício com a prefeitura.			
7 - O município possui um regime próprio de previdência social?			
1 <input type="checkbox"/> Sim		3 <input type="checkbox"/> Não (passe para o Bloco 6)	
8 - Qual o número de funcionários aposentados que recebem benefícios pelo Regime Próprio?		9 - Qual o número de pensionistas que recebem benefícios pelo Regime Próprio?	
<input type="text"/>		<input type="text"/>	
10 - Qual o número total de funcionários aposentados e pensionistas que recebem benefícios pelo Regime Próprio?		11 - Qual o número total de contribuintes do Regime Próprio?	
<input type="text"/>		<input type="text"/>	

06		Legislação e Instrumentos de Planejamento Municipal									
<p>Lei de Diretrizes Orçamentárias - Baseia-se no Plano Plurianual, que é detalhado a cada ano, e deve dar as diretrizes que vão permitir a elaboração da Lei do Orçamento Anual.</p> <p>Lei do Orçamento Anual - Refere-se ao instrumento através do qual o município discrimina e projeta suas receitas e suas despesas, segundo as diretrizes traçadas em seu Plano de Governo e reforçadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias.</p> <p>Plano Diretor ou Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano - é voltado para a orientação racional do desenvolvimento físico da área urbana do município, visando organizar o seu crescimento, estimular e ordenar as principais atividades urbanas (habitação, indústria, comércio, serviços, etc.).</p> <p>Lei do Perímetro Urbano - define a área urbana do município. A fixação do perímetro urbano é de exclusiva competência municipal e serve tanto para fins urbanísticos quanto tributários. O perímetro urbano indica o limite oficial entre as áreas urbanas e rurais.</p> <p>Lei de Parcelamento do Solo - tem como objetivo criar normas para loteamentos urbanos no município. Estabelece diretrizes urbanísticas e de implantação de serviços públicos. As leis específicas de loteamento ou parcelamento complementam as de zoneamento e devem ser estabelecidas pelos municípios.</p> <p>Lei de Zoneamento ou equivalente - define os possíveis usos do solo em zonas determinadas do município. É de responsabilidade municipal e visa tornar as cidades eficientes pondo cada edificação, cada atividade e cada grupo humano em um lugar próprio (por exemplo: zona comercial, zona industrial, zona residencial etc.). Também estabelece gabaritos de altura e limites volumétricos dos prédios.</p>											
Informar sobre a existência de cada instrumento legal abaixo, o número da respectiva lei e o ano em que entrou em vigor											
1 - Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)		2 - Lei do Orçamento Anual (LOA)									
2 <input type="checkbox"/> Sim	1.1 - Número da Lei <input type="text"/>	1 <input type="checkbox"/> Sim	2.1 - Número da Lei <input type="text"/>								
4 <input type="checkbox"/> Não (passe para o quesito 2)	1.2 - Ano <input type="text"/>	3 <input type="checkbox"/> Não (passe para o quesito 3)	2.2 - Ano <input type="text"/>								
3 - Plano Diretor		4 - Lei de Perímetro Urbano									
2 <input type="checkbox"/> Sim	3.1 - Número da Lei <input type="text"/>	1 <input type="checkbox"/> Sim	4.1 - Número da Lei <input type="text"/>								
4 <input type="checkbox"/> Não (passe para o quesito 4)	3.2 - Ano <input type="text"/>	3 <input type="checkbox"/> Não (passe para o quesito 5)	4.2 - Ano <input type="text"/>								
5 - Lei de Parcelamento do Solo		6 - Lei de Zoneamento ou equivalente									
2 <input type="checkbox"/> Sim	5.1 - Número da Lei <input type="text"/>	1 <input type="checkbox"/> Sim	6.1 - Número da Lei <input type="text"/>								
4 <input type="checkbox"/> Não (passe para o quesito 6)	5.2 - Ano <input type="text"/>	3 <input type="checkbox"/> Não (passe para o Bloco 7)	6.2 - Ano <input type="text"/>								
07		Recursos para Gestão Municipal									
<p>Planta de Valores - é o conjunto de parâmetros de valorização de imóveis que permite apurar a base de cálculo do IPTU.</p> <p>A planta de valores, aprovada em lei pela Câmara Municipal, consiste no mapa detalhado das áreas a serem tributadas pelo imposto predial e territorial urbano. Dela constam os valores do metro quadrado de terrenos e preços básicos por metro quadrado de construção, para efeito de apuração do valor venal dos imóveis sujeitos a tributação.</p> <p>Cadastro Imobiliário - o Cadastro Imobiliário consiste em um conjunto de informações de identificação, localização e características dos imóveis da área urbana municipal, que tem como base dados coletados em campo, e que possibilitam identificar o terreno e a edificação e localizar o imóvel de forma unívoca.</p>											
A) Cadastro do IPTU											
1 - A prefeitura possui cadastro imobiliário?		2 - O Cadastro Imobiliário está informatizado?									
1 <input type="checkbox"/> Sim	3 <input type="checkbox"/> Não (passe para o quesito 8)	2 <input type="checkbox"/> Sim	4 <input type="checkbox"/> Não								
3 - Este cadastro contém:											
1 <input type="checkbox"/> Unidades prediais e territoriais cadastradas separadamente, de modo que é possível separá-las no cadastro.											
3 <input type="checkbox"/> Unidades prediais e territoriais cadastradas em conjunto, de modo que NÃO é possível separá-las no cadastro (passe para o quesito 6).											
4 - Quantas unidades prediais estão cadastradas?		5 - Quantas unidades territoriais estão cadastradas ?									
<input type="text"/>		<input type="text"/>									
6 - Qual o ano da última atualização da planta de valores para o IPTU?		7 - Qual o ano em que foi realizado o último recadastramento ?									
<input type="text"/>		<input type="text"/>									
B) Cadastro do ISS											
8 - A prefeitura possui cadastro de prestadores de serviço?		11 - Qual o número de contribuintes inscritos?									
1 <input type="checkbox"/> Sim	3 <input type="checkbox"/> Não (passe para o quesito 12)	<table border="1"> <thead> <tr> <th>Tipo de contribuinte</th> <th>Número de contribuintes</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Empresas</td> <td>11.1 <input type="text"/></td> </tr> <tr> <td>Outros</td> <td>11.2 <input type="text"/></td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>11.3 <input type="text"/></td> </tr> </tbody> </table>		Tipo de contribuinte	Número de contribuintes	Empresas	11.1 <input type="text"/>	Outros	11.2 <input type="text"/>	Total	11.3 <input type="text"/>
Tipo de contribuinte	Número de contribuintes										
Empresas	11.1 <input type="text"/>										
Outros	11.2 <input type="text"/>										
Total	11.3 <input type="text"/>										
9 - O Cadastro de prestadores de serviço está informatizado?											
2 <input type="checkbox"/> Sim	4 <input type="checkbox"/> Não										
10 - Em que ano foi feito o último recadastramento dos prestadores de serviço?											
<input type="text"/>											

09	Habitação	(continua)
<p>O bloco sobre habitação visa coletar informações sobre como a administração municipal se organiza e com que programas e ações vem enfrentando as carências e os problemas habitacionais. As informações devem ser coletadas junto ao órgão habitacional de maior hierarquia na estrutura administrativa da Prefeitura, responsável pelo setor. Caso o município não disponha de uma secretaria específica que trate da questão habitacional, as informações deverão ser coletadas junto ao departamento, setor ou órgão similar municipal indicado pela Prefeitura</p>		
<p>1 - Informações cadastrais do setor responsável:</p> <p>1.1 - Nome: <input type="text"/></p> <p>1.2 - Telefone: <input type="text"/> / <input type="text"/></p> <p>1.3 - E-mail: <input type="text"/></p> <p>1.4 - Fax: <input type="text"/> / <input type="text"/></p> <p>1.5 - Órgão em que trabalha (escrever por extenso): <input type="text"/></p> <p>1.6 - Função (escrever por extenso): <input type="text"/></p> <p>1.7 - Endereço do órgão (logradouro): <input type="text"/></p> <p>1.8 - Número: <input type="text"/></p> <p>1.9 - Complemento: <input type="text"/></p> <p>1.10 - CEP: <input type="text"/> / <input type="text"/></p> <p>Assinatura: _____</p>		
<p>Instrução de Preenchimento: os campos numéricos devem ser preenchidos com 0 (zero) quando a quantidade for nula</p>		
<p>Programas ou ações na área de habitação</p>		
<p>2 - Esta Prefeitura dispõe de algum órgão específico (Secretaria ou Departamento) para implementação de programas ou ações na área de habitação?</p> <p>2 <input type="checkbox"/> Sim 4 <input type="checkbox"/> Não</p>		<p>3 - Esta Prefeitura tem cadastro ou levantamento de famílias interessadas em programas habitacionais?</p> <p>1 <input type="checkbox"/> Sim 3 <input type="checkbox"/> Não (passe para o quesito 4)</p> <p>3.1 - Este cadastro é informatizado?</p> <p>2 <input type="checkbox"/> Sim 4 <input type="checkbox"/> Não</p>
<p>4 - Foram realizadas ao longo desta gestão, até a presente data, ações ou programas na área de habitação?</p> <p>1 <input type="checkbox"/> Sim 3 <input type="checkbox"/> Não (passe para o quesito 11)</p>		
<p>5 - Foram realizadas ao longo desta gestão, programas ou ações de construção de unidades?</p> <p>2 <input type="checkbox"/> Sim 4 <input type="checkbox"/> Não (passe para o quesito 6)</p> <p>5.1 - Estes programas ou ações foram executados (admite dupla marcação):</p> <p>5.1.1 <input type="checkbox"/> Por iniciativa exclusiva da prefeitura</p> <p>5.1.2 <input type="checkbox"/> Em convênio(s) da prefeitura com outros órgão(s) público(s) ou privados</p> <p>5.2 - Quantas famílias foram beneficiadas? <input type="text"/></p>		<p>6 - Foram realizadas ao longo desta gestão, programas ou ações de urbanização de assentamentos?</p> <p>1 <input type="checkbox"/> Sim 3 <input type="checkbox"/> Não (passe para o quesito 7)</p> <p>6.1 - Estes programas ou ações foram executados (admite dupla marcação):</p> <p>6.1.1 <input type="checkbox"/> Por iniciativa exclusiva da prefeitura</p> <p>6.1.2 <input type="checkbox"/> Em convênio(s) da prefeitura com outros órgão(s) público(s) ou privados</p> <p>6.2 - Quantas famílias foram beneficiadas? <input type="text"/></p>
<p>7 - Foram realizadas ao longo desta gestão, programas ou ações de oferta de material de construção?</p> <p>2 <input type="checkbox"/> Sim 4 <input type="checkbox"/> Não (passe para o quesito 8)</p> <p>7.1 - Estes programas ou ações foram executados (admite dupla marcação):</p> <p>7.1.1 <input type="checkbox"/> Por iniciativa exclusiva da prefeitura</p> <p>7.1.2 <input type="checkbox"/> Em convênio(s) da prefeitura com outros órgão(s) público(s) ou privados</p> <p>7.2 - Quantas famílias foram beneficiadas? <input type="text"/></p>		<p>8 - Foram realizadas ao longo desta gestão, programas ou ações de oferta de lotes?</p> <p>1 <input type="checkbox"/> Sim 3 <input type="checkbox"/> Não (passe para o quesito 9)</p> <p>8.1 - Estes programas ou ações foram executados (admite dupla marcação):</p> <p>8.1.1 <input type="checkbox"/> Por iniciativa exclusiva da prefeitura</p> <p>8.1.2 <input type="checkbox"/> Em convênio(s) da prefeitura com outros órgão(s) público(s) ou privados</p> <p>8.2 - Quantas famílias foram beneficiadas? <input type="text"/></p>
<p>9 - Foram realizadas ao longo desta gestão, programas ou ações de regularização fundiária?</p> <p>2 <input type="checkbox"/> Sim 4 <input type="checkbox"/> Não (passe para o quesito 10)</p> <p>9.1 - Estes programas ou ações foram executados (admite dupla marcação):</p> <p>9.1.1 <input type="checkbox"/> Por iniciativa exclusiva da prefeitura</p> <p>9.1.2 <input type="checkbox"/> Em convênio(s) da prefeitura com outros órgão(s) público(s) ou privados</p> <p>9.2 - Quantas famílias foram beneficiadas? <input type="text"/></p> <p>9.3 - Dentre os programas executados, algum tratou especificamente de regularização de loteamento?</p> <p>1 <input type="checkbox"/> Sim 3 <input type="checkbox"/> Não</p>		

09	Habitação	(conclusão)
<p>10 - Foram realizadas ao longo desta gestão, outros programas ou ações na área de habitação?</p> <p>2 <input type="checkbox"/> Sim 4 <input type="checkbox"/> Não (passe para o quesito 11)</p> <p>Especifique os programas e o número de famílias beneficiadas em cada um (os 3 principais programas).</p>		
10.1	<input type="text"/>	10.2 <input type="text"/>
10.3	<input type="text"/>	10.4 <input type="text"/>
10.5	<input type="text"/>	10.6 <input type="text"/>
<p>11 - Existe Consórcio Intermunicipal que atue na área de habitação?</p> <p>2 <input type="checkbox"/> Sim 4 <input type="checkbox"/> Não</p>		
<p>12 - Existe Conselho Municipal de Habitação?</p> <p>1 <input type="checkbox"/> Sim 3 <input type="checkbox"/> Não (passe para o Bloco 10)</p>		
<p>12.1 - O Conselho de Habitação realizou reuniões no último ano?</p> <p>2 <input type="checkbox"/> Sim 4 <input type="checkbox"/> Não (passe para o item 12.3)</p>		<p>12.3 - O Conselho de Habitação é paritário?</p> <p>1 <input type="checkbox"/> Sim 3 <input type="checkbox"/> Não</p>
<p>12.2 - Estas reuniões foram realizadas com que periodicidade?</p> <p>1 <input type="checkbox"/> quinzenal ou menos 4 <input type="checkbox"/> semestral</p> <p>2 <input type="checkbox"/> mensal 5 <input type="checkbox"/> irregular</p> <p>3 <input type="checkbox"/> bimestral/trimestral</p>		<p>12.4 - Existe Fundo Municipal especial na área de habitação?</p> <p>2 <input type="checkbox"/> Sim 4 <input type="checkbox"/> Não</p>

10	Segurança Pública e Justiça	(continua)
<p>O bloco sobre Segurança Pública e Justiça visa coletar informações sobre alguns equipamentos de segurança pública e de justiça no âmbito municipal, de forma a auxiliar no planejamento e na formulação de políticas para essa área.</p> <p>As informações devem ser coletadas junto ao órgão de maior hierarquia na estrutura administrativa da Prefeitura, responsável pelo setor. Caso o município não disponha de uma secretaria que trate da questão de segurança e/ou de justiça, as informações deverão ser coletadas junto ao departamento, setor ou órgão similar municipal indicado pela Prefeitura</p>		
<p>1 - Informações cadastrais do setor responsável:</p>		
<p>1.1 - Nome:</p> <input type="text"/>		<p>1.2 - Telefone:</p> <input type="text"/> / <input type="text"/>
<p>1.3 - E-mail:</p> <input type="text"/>		<p>1.4 - Fax:</p> <input type="text"/> / <input type="text"/>
<p>1.5 - Órgão em que trabalha (escrever por extenso):</p> <input type="text"/>		
<p>1.6 - Função (escrever por extenso):</p> <input type="text"/>		
<p>1.7 - Endereço do órgão (logradouro):</p> <input type="text"/> <input type="text"/>		<p>1.8 - Número</p> <input type="text"/>
		<p>1.9 - Complemento</p> <input type="text"/>
		<p>1.10 - CEP</p> <input type="text"/> / <input type="text"/>
<p>Assinatura: _____</p>		
<p>Guarda municipal - corpo de servidores responsável pela proteção do patrimônio público municipal e pela observância de regras de conduta previstas em lei. Em alguns municípios desenvolve, somente, atividades como fiscalização do trânsito. Em geral, exerce funções de patrulhamento ostensivo a pé e motorizado, atendimento de ocorrências policiais, auxílio à Polícia Militar, entre outras.</p> <p>Juizados Especiais Cíveis e Juizados Especiais Criminais - Instâncias criadas pela emenda constitucional 9099/95 para permitir à população o acesso mais rápido à justiça em caso de demandas de baixa complexidade e que envolvem valores reduzidos (até 40 salários mínimos). Esses Juizados sucederam os antigos Tribunais de Pequenas Causas. Aos Juizados Especiais Cíveis cabe processar e julgar as causas que versarem sobre direitos patrimoniais. Aos Juizados Especiais Criminais competem a conciliação, o julgamento e a execução das infrações penais de menor potencial ofensivo.</p> <p>Delegacia de mulheres - Delegacias especializadas que têm como fim atender aos casos de violência contra as mulheres.</p>		

10	Segurança Pública e Justiça		(conclusão)
2 - O município tem guarda municipal em efetivo funcionamento ? 1 <input type="checkbox"/> Sim 3 <input type="checkbox"/> Não (passe para o quesito 6)		3 - Indique o efetivo da guarda municipal: 3.1 <input type="text"/> homens 3.2 <input type="text"/> mulheres 3.3 <input type="text"/> total	
4 - A guarda municipal utiliza arma de fogo? 1 <input type="checkbox"/> Sim 3 <input type="checkbox"/> Não			
5 - Indique as atividades exercidas pela guarda municipal no último ano 5.1 - Proteção de bens, serviços e instalações do município 1 <input type="checkbox"/> Sim 3 <input type="checkbox"/> Não 5.2 - Patrulhamento ostensivo a pé, motorizado ou montado 2 <input type="checkbox"/> Sim 4 <input type="checkbox"/> Não 5.3 - Atendimento de ocorrências policiais 1 <input type="checkbox"/> Sim 3 <input type="checkbox"/> Não 5.4 - Fiscalização do trânsito 2 <input type="checkbox"/> Sim 4 <input type="checkbox"/> Não 5.5 - Auxílio à Polícia Militar 1 <input type="checkbox"/> Sim 3 <input type="checkbox"/> Não 5.6 - Ronda escolar 2 <input type="checkbox"/> Sim 4 <input type="checkbox"/> Não 5.7 - Auxílio ao público 1 <input type="checkbox"/> Sim 3 <input type="checkbox"/> Não 5.8 - Posto de guarda (bairros, entradas da cidade, etc.) 2 <input type="checkbox"/> Sim 4 <input type="checkbox"/> Não 5.9 - Barreira física ou cancelas (bairros, entradas da cidade, etc.) 1 <input type="checkbox"/> Sim 3 <input type="checkbox"/> Não 5.10 - Serviços administrativos 2 <input type="checkbox"/> Sim 4 <input type="checkbox"/> Não 5.11 - Vigilância e segurança patrimonial 1 <input type="checkbox"/> Sim 3 <input type="checkbox"/> Não 5.12 - Atividades da defesa civil 2 <input type="checkbox"/> Sim 4 <input type="checkbox"/> Não 5.13 - Proteção ambiental 1 <input type="checkbox"/> Sim 3 <input type="checkbox"/> Não			
6 - No município há Juizados Especiais Cíveis? 1 <input type="checkbox"/> Sim 3 <input type="checkbox"/> Não (passe para o quesito 7) 6.1 - Quantos? <input type="text"/>		7 - No município há Juizados Especiais Criminais? 2 <input type="checkbox"/> Sim 4 <input type="checkbox"/> Não (passe para o quesito 8) 7.1 - Quantos? <input type="text"/>	
8 - Neste município há delegacia de mulheres? 1 <input type="checkbox"/> Sim 3 <input type="checkbox"/> Não (passe para o Bloco 11) 8.1 - Quantos? <input type="text"/>			

11	Meio Ambiente		(continua)
O bloco sobre Meio Ambiente visa coletar informações sobre como a estrutura administrativa se organiza e sobre os mecanismos de articulação institucional implementados pela Prefeitura nessa área. As informações devem ser coletadas junto ao órgão ambiental de maior hierarquia na estrutura administrativa da Prefeitura, responsável pelo setor. Caso o município não disponha de uma secretaria que trate da questão ambiental, as informações deverão ser coletadas junto ao departamento, setor ou órgão similar municipal indicado pela Prefeitura.			
1 - Informações cadastrais do setor responsável: 1.1 - Nome: <input type="text"/> 1.2 - Telefone: <input type="text"/> / <input type="text"/> 1.3 - E-mail: <input type="text"/> 1.4 - Fax: <input type="text"/> / <input type="text"/> 1.5 - Órgão em que trabalha (escrever por extenso): <input type="text"/> 1.6 - Função (escrever por extenso): <input type="text"/> 1.7 - Endereço do órgão (logradouro): <input type="text"/> 1.8 - Número: <input type="text"/> 1.9 - Complemento: <input type="text"/> 1.10 - CEP: <input type="text"/> / <input type="text"/> Assinatura: _____			

11	Meio Ambiente		(continuação)
A) Estrutura administrativa			
2 - Esta Prefeitura possui uma Secretaria de Meio Ambiente?		3 - A secretaria trata unicamente de Meio Ambiente?	
1 <input type="checkbox"/> Sim	3 <input type="checkbox"/> Não (passe para o quesito 4)	2 <input type="checkbox"/> Sim (passe para o quesito 6)	4 <input type="checkbox"/> Não (passe para o quesito 5)
4 - Esta Prefeitura possui um departamento ou órgão similar para tratar da questão ambiental?			
1 <input type="checkbox"/> Sim		3 <input type="checkbox"/> Não (passe para o quesito 7)	
5 - A que secretaria a área de meio ambiente está associada/subordinada? (admite múltipla resposta)			
5.1 - Agricultura	<input type="checkbox"/> 1	5.5 - Obras	<input type="checkbox"/> 5
5.2 - Defesa Civil	<input type="checkbox"/> 2	5.6 - Pesca	<input type="checkbox"/> 6
5.3 - Educação/Cultura	<input type="checkbox"/> 3	5.7 - Planejamento	<input type="checkbox"/> 7
5.4 - Indústria	<input type="checkbox"/> 4	5.8 - Saúde	<input type="checkbox"/> 8
		5.9 - Turismo	<input type="checkbox"/> 9
		5.10 - Outra(s)	<input type="checkbox"/> 10
Observações:			
A definição de Funcionários Estatutários, CLT, somente comissionados, sem vínculo e outros pode ser encontrada na bloco 5. Serão considerados somente os funcionários efetivamente alocados em cada unidade, devendo desconsiderar aqueles cedidos ou colocados à disposição de outros órgãos.			
Instrução de Preenchimento: os campos numéricos devem ser preenchidos com 0 (zero) quando a quantidade for nula.			
6 - Registre número de funcionários ativos na área de meio ambiente, segundo o regime de contratação:			
6.1 - Estatutários	<input type="text"/>	6.3 - Somente comissionados	<input type="text"/>
6.2 - Celetistas (CLT)	<input type="text"/>	6.4 - Outros	<input type="text"/>
		6.5 - Total	<input type="text"/>
B) Articulação institucional			
7 - O município possui um Conselho Municipal de Meio Ambiente?		8 - O Conselho de Meio Ambiente realizou reunião nos últimos 12 meses?	
1 <input type="checkbox"/> Sim	3 <input type="checkbox"/> Não (passe para o quesito 9)	2 <input type="checkbox"/> Sim	4 <input type="checkbox"/> Não
9 - O município conta com o Fundo Municipal de Meio Ambiente?		10 - A Prefeitura implementou nos últimos 12 meses convênio, cooperação técnica ou outro tipo de parceria com vistas a desenvolver ações na área ambiental?	
1 <input type="checkbox"/> Sim	3 <input type="checkbox"/> Não	2 <input type="checkbox"/> Sim	4 <input type="checkbox"/> Não (passe para o quesito 12)
11 - Este convênio (ou convênios), cooperação técnica ou outro tipo de parceria foi implementado com: (admite múltipla resposta)			
11.1 - Órgão público	<input type="checkbox"/> 1	11.4 - Instituição/órgão internacional	<input type="checkbox"/> 4
11.2 - Empresa estatal	<input type="checkbox"/> 2	11.5 - ONG - Organização não governamental	<input type="checkbox"/> 5
11.3 - Iniciativa privada	<input type="checkbox"/> 3	11.6 - Universidade/Órgão de ensino e pesquisa	<input type="checkbox"/> 6
		11.7 - Outro(s)	<input type="checkbox"/> 7
Consórcio intermunicipal na área ambiental: É um acordo firmado entre duas ou mais Prefeituras visando à execução de projetos, obras, serviços ou consultorias de interesse mútuo envolvendo a questão ambiental.			
12 - O município participa de consórcio intermunicipal ou outra forma de associação de municípios na área ambiental?			
1 <input type="checkbox"/> Sim		3 <input type="checkbox"/> Não (passe para o quesito 14)	
13 - Quais os principais temas abordados no(s) referido(s) consórcio(s) intermunicipal(is) (ou outra forma de associação de municípios), na área ambiental? (anote os códigos numéricos correspondentes - até três - nas quadrículas abaixo)			
1 - Disposição de resíduos sólidos domésticos (lixo) e/ou industriais		5 - Uso dos recursos florestais e do solo (inclui recursos minerais)	
2 - Despoluição de recursos hídricos (afetados por esgotos doméstico, acidentes com vazamentos de óleo etc.)		6 - Recuperação de áreas degradadas	13.1 <input type="text"/>
3 - Sistema de captação e de distribuição de água potável		7 - Planos Diretores Locais e Regionais	13.2 <input type="text"/>
4 - Tratamento de esgoto urbano		8 - Outro(s)	13.3 <input type="text"/>
Especifique: <input type="text"/>			
Comitê de Bacia Hidrográfica: É um órgão colegiado constituído por representantes dos governos (União, estado e município) integrantes da bacia, dos usuários das águas e de entidades da sociedade civil cujo objetivo é a gestão dos recursos hídricos em uma bacia hidrográfica.			
14 - O município participa de Comitê de Bacia Hidrográfica?		15 - De quantos Comitês de Bacia Hidrográfica o município participa?	
1 <input type="checkbox"/> Sim	3 <input type="checkbox"/> Não (finalize o Bloco)	<input type="text"/>	

Glossário

cadastro imobiliário Cadastro que reúne informações sobre os prédios existentes na cidade sujeitos a impostos e alíquotas desses tributos referentes a cada área da cidade.

comitê de bacia hidrográfica Órgão colegiado constituído por representantes dos governos (União, estado e município) integrantes da bacia, dos usuários das águas e de entidades da sociedade civil, cujo objetivo é a gestão dos recursos hídricos em uma bacia hidrográfica.

conselho paritário Órgão que apresenta um número igual de representantes da sociedade civil e do setor governamental.

consórcio intermunicipal Acordo firmado entre duas ou mais prefeituras visando a execução de projetos, obras, serviços ou consultorias de interesse mútuo.

contribuintes ativos Total de pessoas que efetivamente estão contribuindo para o sistema de previdência do município, independentemente de estarem trabalhando ou já estarem aposentadas.

convênio Acordo firmado por entidades públicas de qualquer espécie, ou entre estas e organizações particulares, para realização de objetivos de interesse comum dos partícipes.

convênio de parceria Acordo firmado entre a prefeitura e o setor privado, em que as partes assumem e dividem responsabilidades de projetos e/ou serviços. Geralmente envolve divisão de trabalho e contrapartida financeira, não se incluindo, neste caso, as contratações de serviços terceirizados.

funcionário estatutário Funcionário contratado sob o Regime Jurídico Único - RJU que rege a contratação no serviço público.

funcionário regido pela CLT Funcionário contratado pela prefeitura sob o regime da Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT.

fundo municipal Fundo destinado ao gerenciamento dos recursos financeiros obtidos para conclusão de políticas setoriais estabelecidas por um Conselho Municipal.

Guarda Municipal Corpo de servidores municipais responsável pela guarda do patrimônio municipal e pela observância de regras de conduta previstas em lei.

lei de diretrizes orçamentárias Conjunto de diretrizes para elaboração da lei de orçamento anual, baseada no plano plurianual de investimentos que é detalhado a cada ano.

lei de parcelamento do solo Instrumento que tem como objetivo criar normas para loteamentos urbanos no município.

lei de perímetro urbano Instrumento que define a área urbana do município. A fixação do perímetro urbano é de exclusiva competência municipal e serve tanto para fins urbanísticos quanto tributários.

lei de zoneamento ou equivalente Instrumento que define os possíveis usos do solo em zonas determinadas do município.

lei do orçamento anual Instrumento através do qual o município discrimina e projeta suas receitas e suas despesas, segundo as diretrizes traçadas em seu plano de governo e reforçadas na lei de diretrizes orçamentárias.

outro funcionário Funcionário que trabalha por prestação de serviços, sem vínculo empregatício e sem carteira de trabalho assinada, inclusive os comissionados não-efetivos da prefeitura. Também são incluídos nesta categoria os autônomos, estagiários, os terceirizados e aqueles cedidos por outras administrações.

plano diretor Plano voltado para a orientação racional do desenvolvimento físico da área urbana do município, visando organizar o seu crescimento, estimular e ordenar as principais atividades urbanas.

planta de valores do IPTU Registro das alíquotas do imposto, de acordo com a localização dos prédios na cidade.

unidades prediais Prédios (apartamentos, casas etc.) que devem pagar impostos.

unidades territoriais Terrenos nos quais não existem construções e que pagam apenas o imposto predial.

Equipe técnica

Diretoria de Pesquisas

Coordenação de População e Indicadores Sociais

Luiz Antônio Pinto de Oliveira

Gerência de Estudos e Pesquisas Sociais

Nely Silveira da Costa

Gerência do Projeto de Pesquisa de Informações Básicas Municipais

Vânia Maria Pacheco

Aristides Pereira Lima Green

Planejamento e apuração do Questionário de Gestão

Altino Ventura Neto

André Geraldo de Moraes Simões

Antônio Carlos Alkmin dos Reis

Aristides Pereira Lima Green

Cassio Rogério Ramos

Geraldo de Majela Viana Abreu

Jailson Mangueira Assis

Márcia Estellita Lins Silva

Miguel Frederico Perrelli

Silvia Reize Bregman

Sonia Maria Moreira Carvalho de Oliveira

Vânia Maria Pacheco

Vera Lúcia Moreira

Elaboração de sistemas e processamento de dados

Ailton Jose Lima Martins Furtado

Jailson Mangueira Assis

Paulo Roberto Voss Gen Rudolphi

Programação e execução do plano tabular

Paulo Roberto Voss Gen Rudolphi

Vânia Maria Pacheco

Elaboração dos mapas

Jorge Kleber Teixeira Silva¹

Elaboração dos textos analíticos

Quadro de servidores - Herleif Novaes Roberg

Legislação e Instrumentos de planejamento - Cassio Rogério Ramos

Instrumentos de modernização da administração tributária dos municípios brasileiros - André Geraldo de Moraes Simões

Informática e serviços de atendimento ao público - Altino Ventura Neto

Habitação - Sonia Maria Moreira Carvalho de Oliveira

Segurança e justiça - Rosane Texeira de Siqueira e Oliveira

Meio ambiente - estrutura administrativa e articulação institucional - Sonia Maria Moreira Carvalho de Oliveira

Revisão técnica dos textos

Vânia Maria Pacheco

Nadja Loureiro Pernes Silva

Supervisores Estaduais da Pesquisa

RO - Angela Ilcelina Holanda Nery

AC - Célia Brandão Souza

AM - Sandra Maria Torres de Brito

RR - Angela Patrícia Lima de Souza e Tania Mara Delorenci Frazeto

PA - Paulo Sergio Borges

AP - Jaison Luis Cervi

TO - Raimundo Costa Barbosa

MA - Francisco Sousa Lima e José Reinaldo Barros Ribeiro Junior

PI - Jesus Ribeiro Soares

CE - Antonio Nogueira Amora

RN - Maria Alzenira Silva

PB - José Pereira de Araújo

PE - José Homero Vieira

AL - Albany Lopes Tavares Albuquerque

SE - Marise Lima Silva Santos

BA - Jomélia Santana de Oliveira Cirqueira

MG - Maria Sueli Ribeiro Ladeira

ES - Maria Cristina Provedel Rocha e Ilmar Vicente Moreira

RJ - Lino Jose Queiroz de Araújo

SP - Marco Antonio Ornelas

PR - Jussara dos Santos Langowski

SC - Darcio Francisco Borges

RS - Angelino Neto e Fernando Maioli

MS - Loide Bueno de Souza

MT - Deajan David Montanha

GO - Elisene Meireles

DF - Marcos Dantas Barbosa

¹ Técnico da Diretoria Geociências.

Projeto Editorial

Centro de Documentação e Disseminação de Informações

Coordenação de Produção

Marise Maria Ferreira

Gerência de Editoração

Estruturação textual, tabular e de gráfico

Beth Fontoura
Carmen Heloisa Pessoa Costa
Katia Vaz Cavalcanti
Neuza Damásio

Diagramação tabular e de gráfico

Beth Fontoura
L Gonzaga

Copidesque e revisão

Anna Maria dos Santos
Cristina R. C. de Carvalho
José Luis Nicola
Kátia Domingos Vieira
Maria de Lourdes Amorim
Sueli Alves de Amorim

Diagramação textual

Sebastião Monsores

Programação visual da publicação

Luiz Carlos Chagas Teixeira
Sebastião Monsores

Tratamento dos mapas

Evilmerodac Domingos da Silva

Produção de multimídia

Márcia do Rosário Brauns
Marisa Sigolo Mendonça
Mônica Pimentel Cinelli Ribeiro
Roberto Cavararo

Gerência de Gráfica

Impressão e acabamento

José Augusto dos Santos

Gerência de Documentação

Normalização bibliográfica e de glossário

Ana Raquel Gomes da Silva
Aparecida Tereza Rodrigues Regueira
Diva de Assis Moreira
Solange de Oliveira Santos
Renata Luiza de Souza Dias (estagiária)

Elaboração de quartas-capas

Ana Raquel Gomes da Silva
Elizabeth Saramela Nogueira

Gráfica Digital

Impressão

Ednalva Maia do Monte